

MATERIAL DIDÁTICO

(com vídeo-aulas)

Módulo 1

Poder e Performatividade Pública: Introdução ao pensamento de Michel Foucault e Judith Butler

Módulo 2

Nas Fronteiras do Pensamento de Hannah Arendt e Judith Butler

Docente Responsável
Silvana de Souza Nascimento

Docentes Ministrantes
Jacqueline Moraes Teixeira e Crislei Custódio

Monitor
Felipe Gabriel Oliveira

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia

MATERIAL DIDÁTICO (com vídeo-aulas)

Módulo 1: Poder e Performatividade Pública: Introdução ao pensamento de Michel Foucault e Judith Butler

Docente Responsável: Silvana de Souza Nascimento

Docente Ministrante: Jacqueline Moraes Teixeira

Monitor: Felipe Gabriel Oliveira

Módulo 2: Nas Fronteiras do Pensamento de Hannah Arendt e Judith Butler

Docente Responsável: Silvana de Souza Nascimento

Docentes Ministrantes: Jacqueline Moraes Teixeira e Crislei Custódio

Monitor: Felipe Gabriel Oliveira

OBJETIVOS

Os cursos têm como objetivo fundamental introduzir de maneira aprofundada alguns conceitos chave das teorias de Michel Foucault, de Judith Butler e de Hannah Arendt com o intuito de compreender, a partir do percurso teórico desses autores, formas de poder e de desigualdade que são socialmente produzidas, e que acabam por tornarem-se referências na configuração das políticas sociais.

RELAÇÃO E ROTEIRO DAS VÍDEO-AULAS

MÓDULO 1

Aula 01: Arqueologia do saber como princípio metodológico

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=qxPmOJW9AmQ>

Leituras: Foucault, Michel. “A descrição arqueológica” in Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro. Forense Universitária. (p. 153-199)

Leitura complementar: Flynn, Thomas. “O mapeamento da história por Foucault” in Gutting, Gary (Org.) Foucault. São Paulo. Editora Ideias & Letras

Aula 02: Discurso, dispositivo e saber-poder

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Fe3LIho7zpc&t=1s>

Leituras: Foucault, Michel. Cap. 1: “As meninas” & Cap VII “Os limites da representação” in As palavras e as coisas. São Paulo. Martins Fontes.

Leitura complementar: Canguilhem, Georges. “Morte ao homem ou exaustão do cogito?” in Gutting, Gary (Org.) Foucault. São Paulo. Editora Ideias & Letras

Aula 3. O Governo dos outros e a anatomopolítica do corpo

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=LzhQ49HEA2M> (parte 1)

<https://www.youtube.com/watch?v=YNBTDWXe9kw> (parte 2)

Leituras: Foucault, Michel. “As cabeças da política”, “A angustia de julgar”, “O bom uso do criminoso”. In: Segurança, Penalidade e Prisão. Coleção Ditos e Escritos VIII. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Leitura Complementar: Rouse, Joseph. “Poder e Conhecimento”. in Gutting, Gary (Org.) Foucault. São Paulo. Editora Ideias & Letras

Aula 04: Biopolíticas e governamentalidade: O dispositivo do Poder Pastoral

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=t2il2AyfWeo> (parte 1)

<https://www.youtube.com/watch?v=HfA1lF2Fio0> (parte 2)

Leituras: FOUCAULT. Michel. Segurança, Território e População. São Paulo: Martins Fontes.2008

Aula 05: Sexualidade e Política da Identidade

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=O55nhu9YOZY> (parte 1)

<https://www.youtube.com/watch?v=SF6z3ZLZonI> (parte 2)

Leituras: FOUCAULT. Michel. História da Sexualidade: a vontade de saber (Vol I.) São Paulo, Edições Graal

Leitura Complementar: Riot-Sarcey, Michèle. "Michel Foucault para pensar o gênero: sujeito e poder". in Rychter et all. O gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. Brasília. Editora UnB.

Aula 06: Performatividade de gênero e reflexividade

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=nU8AsOM8YyY> (parte 1)

<https://www.youtube.com/watch?v=IFqrF0BtKk0>

Leituras: BUTLER. Judith. Problemas de Gênero. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003

Aula 07: Violência, Estado e éticas do reconhecimento

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Gm--GCODQjw>

Leitura: BUTLER. Judith. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Belo Horizonte. Autêntica. 2015.

Aula 08: Precariedade, performatividade pública e Teoria do Ajuntamento

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=IO4uo5VQj5U> (parte 1)

https://www.youtube.com/watch?v=ZKpM7b_vYzo (parte 2)

Leituras: Butler. Judith. Notes toward a performative theory of assembly. Havard. 2015

Butler. Judith. Vidas Precárias. Dossiê Diferenças e Desigualdades. Revista Contemporânea n.1, p- 13-33, jan-jun- 2011

Aula 09: Performatividade e Teoria da Assembleia

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=IpeyWBaGvaw>

Leitura: BUTLER, Judith. Notes Toward a performative theory of assembly. Cap. 2: Nodies in Alliance and the politics os the Street.

MÓDULO 2

Aula 01 – Introdução ao Curso + Introdução a Hannah Arendt – Atividades da vida ativa: esfera pública e esfera privada

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=JghSqPvI-DA>

Leitura sugerida: ARENDT, Hannah. Trabalho, obra e ação. Tradução de Adriano Correia e revisão de Theresa Calvet de Magalhães. Cadernos de Ética e Filosofia Política, São Paulo, n. 7, p. 175-201, 2005.

_____. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. Revisão de Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, pp. 8-96.

Aula 02 - Introdução a Judith Butler - Poder, Sujeição e Teoria da Ação

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=RbRqqhVeefY>

Leitura sugerida: BUTLER, Judith. A vida Psíquica do poder: Teorias da Sujeição. Belo Horizonte, 2017 (Introdução e Capítulo 1)

Aula 03 - Hannah Arendt: Ação e Negação da Política

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=XrWxtMvI0cU>

Leitura Indicada: ARENDT, Hannah. A dignidade da política. Tradução de Helena Martins, Fernando Rodrigues, Frida Coelho e Antônio Abranches. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. A promessa da política. Tradução de Pedro Jorgensen Junior. Rio de Janeiro: Difel, 2008a.

Aula 04 - Judith Butler: Violência Ética e Reconhecimento

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=n-822XBBKrY>

Leitura Recomendada: BUTLER, Judith. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Belo Horizonte. Autêntica. 2015.

Aula 05 - Hannah Arendt: totalitarismo e negação da política

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=s972HQmVdaw>

Leitura Recomendada: ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. _____.
Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Aula 06 - Hannah Arendt: totalitarismo e a banalidade do mal
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=fzb954f6OYU>

Leitura: ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. _____.
Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

Aula 07 - Judith Butler: Luto e política da vida
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=RuZAg2fuKDI>

Leitura recomendada: BUTLER, Judith. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Aula 08: Judith Butler - Precariedade como política da alteridade
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=F4JVgjLPBLg>

Leitura recomendada: BUTLER, Judith. Vidas Precárias. Dossiê Diferenças e Desigualdades. Revista Contemporânea n.1, p- 13-33, jan-jun- 2011.

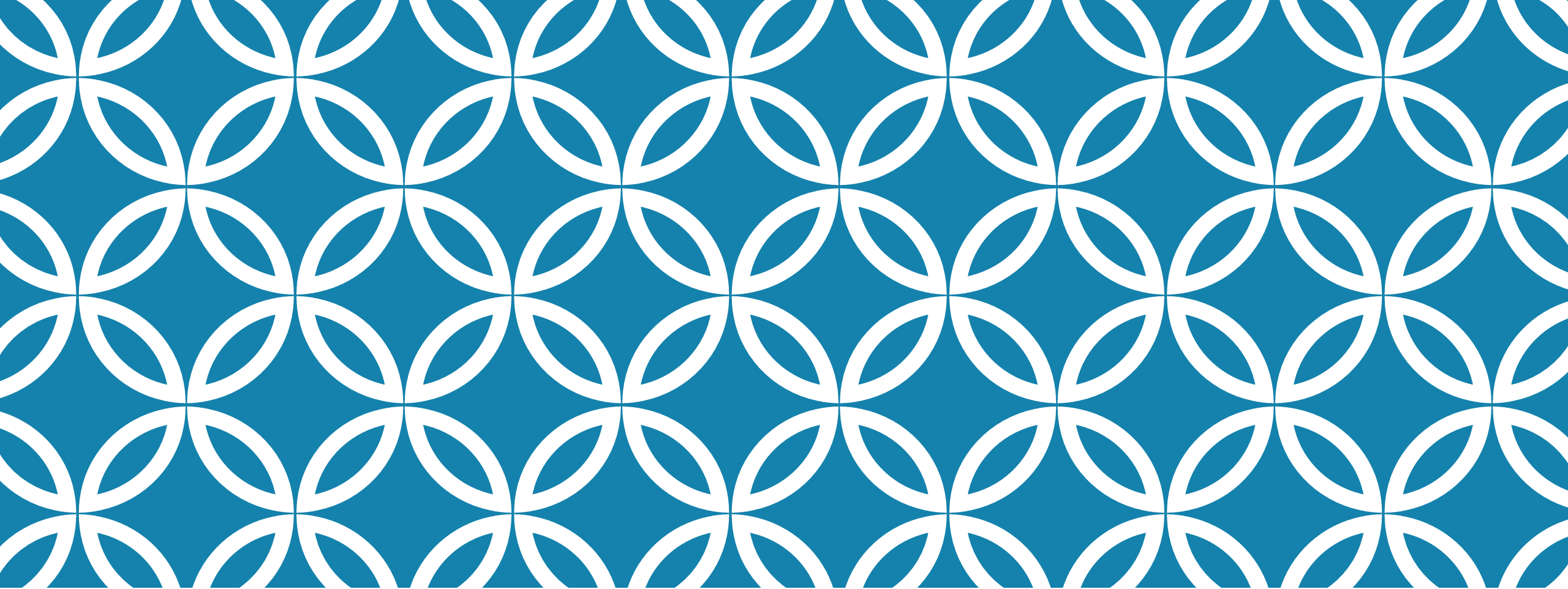
Aula 09: Pensamento e Moral em Hannah Arendt
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=FQ1jEhIfFz8>

Leitura recomendada: ARENDT, Hannah. Responsabilidade e julgamento. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp. 112-212. _____.
Origens do totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989pp. 300-336.

Aula 10: Cena pública e teoria da assembleia

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=aw2HPUPwD1g>

Leitura recomendada: Butler, Judith. *Corpos e Aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa da assembleia*. Civilização Brasileira, São Paulo, 2018.



Poder e Performatividade Pública: Introdução a Michel Foucault e Judith Butler – AULA 1

FOUCAULT, Michel. (2008) *Arqueologia do Saber*. São Paulo: Martins Fontes.

CURSO DE EXTENSÃO

Objetivo: Este curso pretende esquadriñar os modos como Michel Foucault e Judith Butler desenvolvem de forma peculiar e, em alguns pontos, complementar, um arcabouço teórico indispensável para a compreensão das relações na modernidade, ao pensarem a produção política de tecnologias para o saber-poder, a constituição dos sujeitos, o cuidado de si, os processos de subjetivação dos corpos, a dimensão pública das subjetividades, o Estado e os movimentos sociais. Se para Foucault, a compreensão das estruturas de poder na sociedade ocidental moderna está profundamente atrelada a emergência da sexualidade como um dispositivo histórico, Judith Butler, por sua vez, evidencia a partir do conceito de gênero, a importância de se repensar os modelos binários das relações sociais que foram estruturadas pela ideia de sexo biológico. O conceito de gênero emerge assim como um instrumento para a produção de uma teoria da ação política. De modo geral, o curso pretende oferecer a partir deste referencial bibliográfico, instrumentos analíticos para a apreensão dos fenômenos políticos atuais.

ALGUNS DADOS BIOGRÁFICOS

Michel Foucault (1926-1984) nasceu em Poitiers, uma pequena cidade francesa, no dia 15 de outubro de 1926

veio de uma família de médicos, frustrando seu pai ao escolher outra área de atuação. Já na escola

Ao fim da segunda guerra, mudou-se para Paris, onde estudou filosofia e psicologia

Em 1951 após a uma tentativa de suicídio se torna interno do hospital psiquiátrico Saint-Anne

De 1966 a 1968, a Foucault lecionou na [Universidade de Túnis](#), na [Tunísia](#), antes de retornar para a França, onde se tornou chefe do departamento de filosofia de uma nova universidade experimental, a Paris VIII

Em 1970, ele foi admitido no [Collège de France](#), onde permaneceu como professor cátedra de História dos Sistemas de Pensamento no período de 1970 a 1984 ano de sua morte.

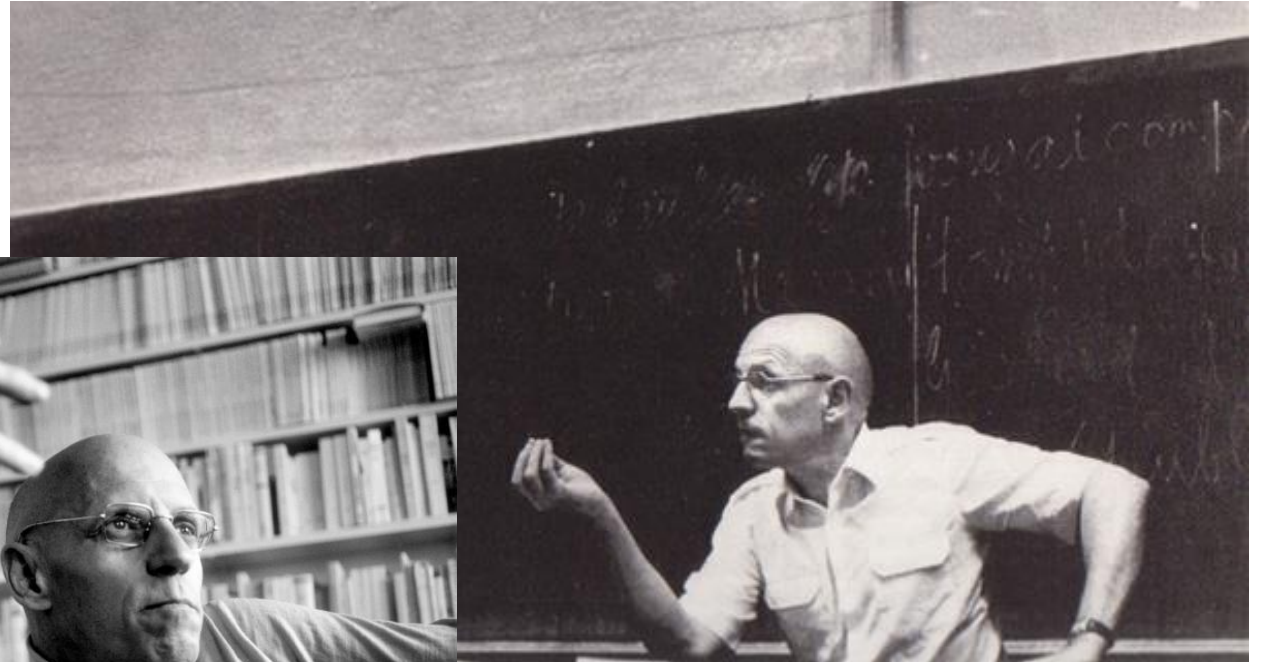
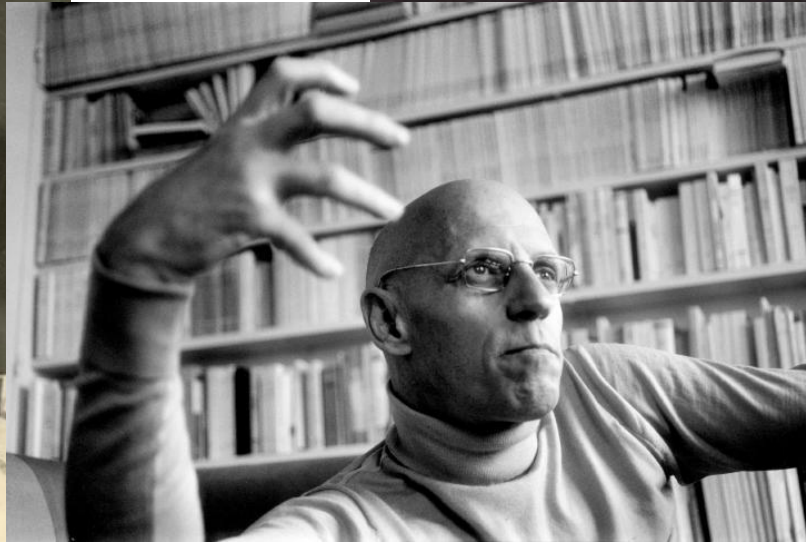
CONTEÚDO SELECIONADO

1. Arqueologia do saber como princípio metodológico
2. Discurso, dispositivo e saber-poder
3. O Governo dos outros e a anatomo-política do corpo
4. Sexualidade, biopolíticas e governamentalidade
5. Performatividade de gênero e reflexividade
6. Sujeição e processos de Subjetivação
7. Violência do Estado e éticas do reconhecimento
8. Precariedade, performatividade pública e Teoria do Ajustamento

AVALIAÇÃO/LISTA DE PRESENÇA

É necessário ter participado de pelo menos 85% das aulas para receber o certificado.

MICHEL FOUCAULT



FRANZ BOAS



FRANZ BOAS



Michel Foucault



ALGUNS DADOS BIOGRÁFICOS

Michel Foucault (1926-1984) nasceu em Poitiers, uma pequena cidade francesa, no dia 15 de outubro de 1926

veio de uma família de médicos, frustrando seu pai ao escolher outra área de atuação. Já na escola

Ao fim da segunda guerra, mudou-se para Paris, onde estudou filosofia e psicologia

Em 1951 após a uma tentativa de suicídio se torna interno do hospital psiquiátrico Saint-Anne

De 1966 a 1968, a Foucault lecionou na [Universidade de Túnis](#), na [Tunísia](#), antes de retornar para a França, onde se tornou chefe do departamento de filosofia de uma nova universidade experimental, a Paris VIII

Em 1970, ele foi admitido no [Collège de France](#), onde permaneceu como professor cátedra de História dos Sistemas de Pensamento no período de 1970 a 1984 ano de sua morte.

CRONOLOGIA BIBLIOGRÁFICA

1954 – Doença Mental e Psicologia

1961 - História da Loucura

1963 – O nascimento da Clínica

1966 – As palavras e as coisas

1969 - Arqueologia do Saber

1975 - Vigiar e Punir

1976 – Vontade de saber (Volume I do História da Sexualidade)

Segurança, território e população Nascimento da biopolítica
(1978-1979)

Microfísica do Poder (1979)

Do governo dos vivos (1979-1980)

Subjetividade e verdade (1980-1981)

A hermenêutica do sujeito (1981-1982)

Le gouvernement de soi et des autres (1983)

Le gouvernement de soi et des autres: le courage de la vérité (1984)



1983 - *O que é um autor?*

1984 – Uso dos Prazeres Volume II do História da Sexualidade)

1984 – Cuidado de Si (Volume III do História da Sexualidade)

PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO E ALGUNS CONCEITOS PRINCIPAIS

Da arqueologia do saber à genealogia do poder

A arqueologia será responsável pela detecção dos discursos e de sua formação histórica em um determinado campo de saber: como, em um determinado campo, dado discurso se formou; como surgiu e se configurou um discurso legitimado sobre determinado assunto. O discurso, dentro da arqueologia, possui uma ordem, uma normatividade – a ordem do discurso –, que ultrapassa as categorias linguísticas e normativas da língua.

“no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições”
([1978],2006,p.255-256).

DA ARQUEOLOGIA DO SABER À GENEALOGIA DO PODER

não existe um “regime de verdade discursivo”. A verdade é produzida *pelo* e *no* discurso, e o que Foucault procura mostrar é que essas “verdades” podem se modificar a partir do momento em que as regras de formação dos discursos que “portam” essas supostas verdades são modificadas. Falaremos sobre a “verdade discursiva” mais adiante neste capítulo.

E se o discurso produz “efeitos de verdade”, está, por sua vez, permeado pelos efeitos de poder que percorrem todo e qualquer discurso, logo torna-se fundamental entender e esquadriinhar o caminho genealógico do poder

GENEALOGIA DO PODER

a noção de genealogia cunhada por Foucault tem herança nietzscheana, que propõe uma genealogia da moral que distancia sua genealogia de uma ideia de natureza, ao contrário, a moral passa a ser fomentada, desde os gregos, perpassando instituições sociais como religião, família e política.

* ver Genealogia da Moral ([1887], 2001)

“O poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos: a família, a vida sexual, a maneira como se tratam os loucos, a exclusão dos homossexuais, as relações entre os homens e as mulheres...” ([1973], 2006, p. 262).

“A genealogia seria portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico” (1979, p. 172).

PROBLEMATIZAÇÕES

- * Descrever a história de um “problema” em vez de um período
- * O termo denota um conjunto de práticas discursivas e não discursivas que faz com que algo entre no jogo do verdadeiro e do falso e constitui esse algo como objeto do pensamento
- * Modos de produção de subjetivação: Ele se pergunta por que a conduta sexual tornou-se objeto de solicitude moral

CONCEITOS E NOÇÕES

- * discurso
- * Regime de verdade
- * Dispositivo
- * anatomopolítica do corpo (disciplina – fazer morrer e deixar viver)
- * biopolítica (gestão de população – fazer viver e deixar morrer)
- * cuidado de si
- * poder pastoral
- * governamentalidade

HISTORIA COMO ARQUEOLOGIA

Arque

X

Arquivo

Língua

X

Discurso

A arqueologia seria a análise de um discurso em sua modalidade de arquivo

Textos que compõem o período arqueológico de Foucault:

- História da Loucura
- O nascimento da Clínica
- As palavras e as coisas
- Arqueologia do saber

ARQUEOLOGIA COMO PROCEDIMENTO

Enunciado/ acontecimento e discurso

O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenha sido formuladas (...)

Um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente. (p. 31)

* Enunciado como acontecimento = eventos históricos

ARQUEOLOGIA COMO PROCEDIMENTO

O que pode oferecer essa arqueologia que as outras descrições não são capazes de dar?

* os procedimentos da arqueologia são distintos aos da História das Ideias

- “a história das ideias é a disciplina dos começos e dos fins” (p.156)

(gênese, continuidade, totalização)

-a arqueologia trata os discursos enquanto práticas: “Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um outro discurso mais oculto[...] não é uma doxologia, mas uma análise diferencial das modalidades de discurso” (p.158)

MODALIDADES DE DISCURSO COMO MODALIDADES ENUNCIATIVAS

1. Quem fala?

“quem, no conjunto de todos os falantes, tem boas razões para estar nessa posição” (p.56)

2. De onde se fala?

“É preciso descrever também os lugares de onde o médico obtém seu discurso, e onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação.” (p.57)

3. Por que fala?

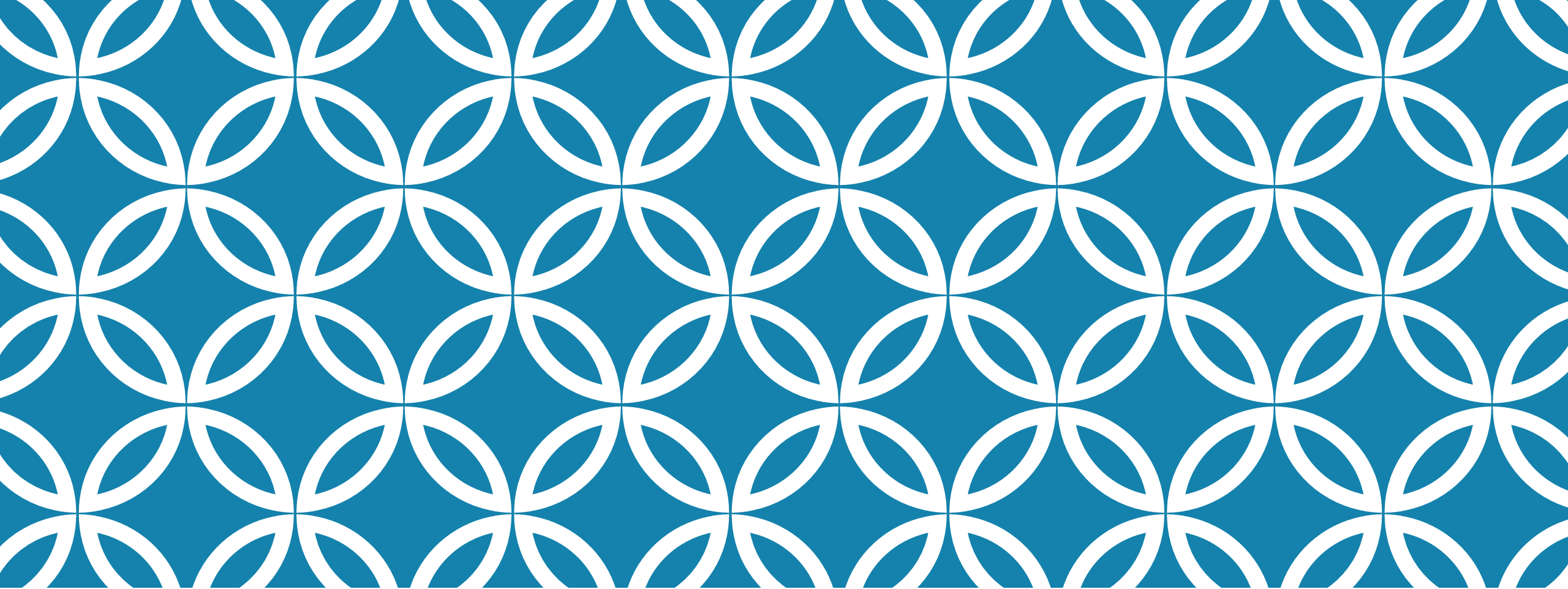
“o sujeito questiona segundo uma certa grade de interrogações e ouve segundo um programa de informação, observa segundo um quadro de traços característicos” (p.58)

4. Pra quem fala?

“(...)observar a utilização de instrumentos que modificam a escala da informação, deslocam o sujeito ao nível perceptível médio e imediato, assegurando sua passagem de um nível superficial a um nível profundo” (p. 59)

Arqueologia como procedimento

1. Nominalismo Histórico
2. Evento
3. Espacialização da Razão
4. História pós estrutural



Introdução a Michel Foucault e Judith Butler

aula 2

Foucault, Michel: Cap. 1: “As meninas” &
Cap VII “Os limites da representação
” in As palavras e as coisas. São Paulo.
Martins Fontes

PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO E ALGUNS CONCEITOS PRINCIPAIS

Da arqueologia do saber à genealogia do poder

A arqueologia será responsável pela detecção dos discursos e de sua formação histórica em um determinado campo de saber: como, em um determinado campo, dado discurso se formou; como surgiu e se configurou um discurso legitimado sobre determinado assunto. O discurso, dentro da arqueologia, possui uma ordem, uma normatividade – a ordem do discurso –, que ultrapassa as categorias linguísticas e normativas da língua.

“no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições”
([1978],2006,p.255-256).

ARQUEOLOGIA DO SABER

E se o discurso produz “efeitos de verdade”, está, por sua vez, permeado pelos efeitos de poder que percorrem todo e qualquer discurso, logo torna-se fundamental entender e esquadriñar o caminho genealógico do poder

DISCURSO E DESCRIÇÃO DOS ACONTECIMENTOS DISCURSIVOS

O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenha sido formuladas (...)

Um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente. (p. 31)

* Enunciado como acontecimento = eventos históricos

DISCURSO

“em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada, temível materialidade” (*in A ordem do Discurso*, p. 58)

- a) a interdição (não se pode dizer tudo);
- b) a separação e a rejeição (um exemplo é a que recusa a palavra do louco)
- c) a vontade de verdade (aquela que legitima o próprio discurso , em si mesmo, e se impõe de modo universalista e excludente)

HISTORIA DA LOUCURA

* Volta pra Descartes – Razão/ Desrazão

Pergunta Cartesiana: o que significa pensar?

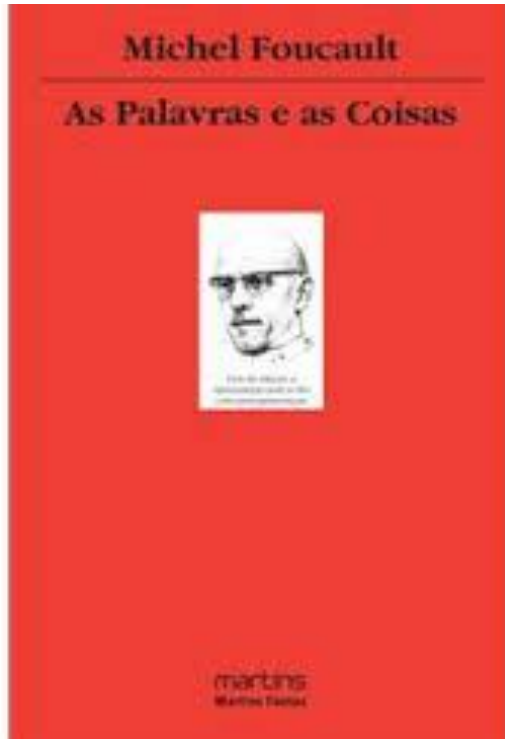
“Cogito ergo sum”

A *Historie de la folie* identificara a ruptura que ocorreu entre Montaigne e Descartes na representação da Loucura

Objetivo:

Pensar como a loucura emerge como objeto na constituição de um corpo que se torna o sujeito da loucura a partir da idade clássica.

AS PALAVRAS E AS COISAS OU AS MENINAS E OS LIMITES DA REPRESENTAÇÃO



AS PALAVRAS E AS COISAS

* Escrito em 1966

O livro antecede Arqueologia do Saber

Arqueologia versus Geologia

Foucault toma emprestado algumas palavras do vocabulário da geologia:

Erosão, ruptura, praças (*plages*/praias), extensão (*nappe*, camada), choques, estratos

A geologia esta voltada para a coleta e análise de sedimentos;

A arqueologia como procedimento analítico pensa a constituição histórica de alguns com os monumentos

AS PALAVRAS E AS COISAS

Pergunta Cartesiana: o que significa pensar?

Pergunta arqueológica: o que significa falar?

“Não estou preocupado, portanto em descrever o progresso do conhecimento rumo a uma objetividade na qual a ciência é hoje reconhecida” (p.22)

Foucault pretende pensar quais são “os códigos fundamentais de uma cultura – aquilo que rege a sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais há se há de encontrar” (p.XVI)



As palavras e as coisas não é um livro amparado na análise discursiva, mas um livro que investiga a ordem que condiciona os discursos no classicismo e, antes dos discursos, os comentários no Renascimento. Ambos são formas manifestas com base em códigos fundamentais da epistémê. Devemos, assim, analisar essas diferenças conforme cada descontinuidade

HISTÓRIA FILOSÓFICA DA EPISTEME OU HISTÓRIA CRÍTICA DO PENSAMENTO

“Entre o uso do que se poderia chamar os códigos ordenadores e as reflexões sobre a ordem, há a experiência nua da ordem e de seus modos de ser. No presente estudo, é essa **experiência que se pretende analisar**. (...)”

“Tal análise, como se vê, não compete à história das ideias ou das ciências:

é antes um estudo que se esforça por encontrar a partir de que foram possíveis conhecimentos e teorias;

1) **segundo qual espaço de ordem se constituiu o saber;**

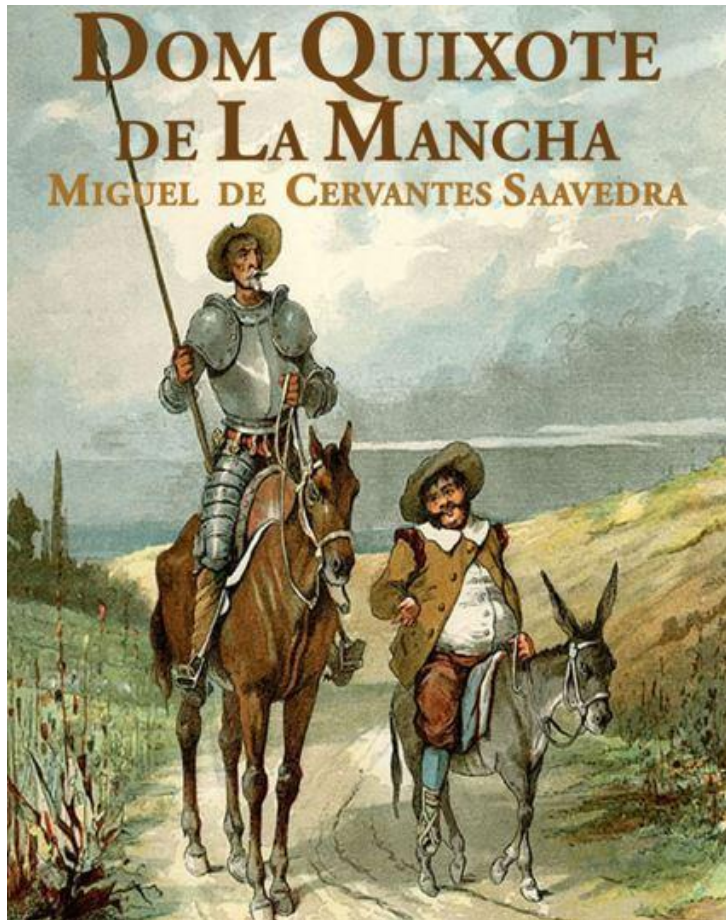
2) **na base de qual a priori histórico e no elemento de qual positividade puderam aparecer ideias, constituir-se ciências, refletisse experiências em filosofias, formar-se racionalidades, para talvez se desarticularem e logo desvanecerem.**

Não se tratará, portanto, de conhecimentos descritos no seu progresso em direção a uma objetividade na qual nossa ciência de hoje pudesse enfim se reconhecer;

3) o que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a epistémê onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou a suas formas objetivas, enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a da sua perfeição crescente, mas, antes a de suas condições de possibilidade; neste relato, o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico. Mais que de uma história no sentido tradicional da palavra, trata-se de uma “arqueologia”. (FOUCAULT, 2002, p. XVIIIIXIX)

1966

Dom Quixote (Cervantes)



Pablo Picasso (1957)

1966

de la
gramatología

jacques
derrida

Antropologia Estrutural



Claude Lévi-Strauss
Bruxelas, 1908 — Paris,
2009

Antropologia Estrutural
Paris, Librairie Plon 1958



go
entuno
flores



Curso livre de Filosofia

* DELEUZE & GUATTARI * O ANTI-ÉDIPO

Por Amauri Ferreira
03 de Agosto * 8 aulas
Às segundas, 20h

Inscrições: filosofia@amauriferreira.com

MUNDO PENSANTE
Rua Treze de Maio 825, Bela Vista, São Paulo

Hipótese

Mostrar que o homem, ao mesmo tempo tomado como objeto de saber e sujeito de conhecimento, é uma invenção recente da virada do sec. XVIII para o século XIX

Objetivo:

Pensar uma arqueologia do nascimento, das transformações e do provável desaparecimento da “forma homem”

ANÁLISE:

Entre os séculos XVIII e XIX – o homem se torna objeto de inúmeras ciências que tentam analisar sua constituição psiquiátrica, a psicologia, comportamento social, e no seu imaginário representativo, pela análise literária dos mitos.

O homem é, assim, um objeto privilegiado na ordem do saber

Foucault vai demonstrando que a centralidade do saber não esteve sempre sobre a ideia de homem,

No período pré-socrático o centro do saber era o cosmos

Para a filosofia clássica do século IV, a política;

Para os medievais era a revelação

VELÁZQUEZ -1656



Jan van Erick
- 1483



VELÁZQUEZ

-1618



VELÁZQUEZ

- 1644





- 1- A infanta Margarida, a primogênita dos reis, é a figura principal.
- 2- Dona Isabel de Velasco
- 3- Dona Maria Agustina Sarmiento de Sotomayor
- 4- Mari-Bárbola é a anã hidrocéfala que vemos à direita
- 5- Nicolasito Pertusato, italiano, está ao seu lado e aparece batendo com o seu pé
- 6 - Dona Marcela de Ulloa está detrás de Dona Isabel
- 7- O personagem que está ao seu lado, meio em penumbra, é um guarda-damas
- 8- Dom José Nieto Velázquez (talvez parente do pintor) é a personagem que se vê ao fundo do quadro
- 9- À esquerda e diante duma grande tela, o espectador vê ao autor da obra, Velázquez
- 10 e 11- Filipe IV e a sua esposa Mariana de Áustria, na distância do quadro, refletem-se num espelho detrás do pintor.

3 POSIÇÕES

3 funções olhantes:

1. o olhar do modelo no momento em que é pintado
2. do espectador que contempla a cena
3. do pintor no momento em que compõe seu quadro

“O rosto que o espelho reflete é igual aquele que o contempla: o que todas as personagens do quadro olham são também as personagens cujos olhos, elas são oferecidas como uma cena a contemplar; o quadro como um todo olha a cena para a qual ele é, por sua vez, uma cena” (p. 17)

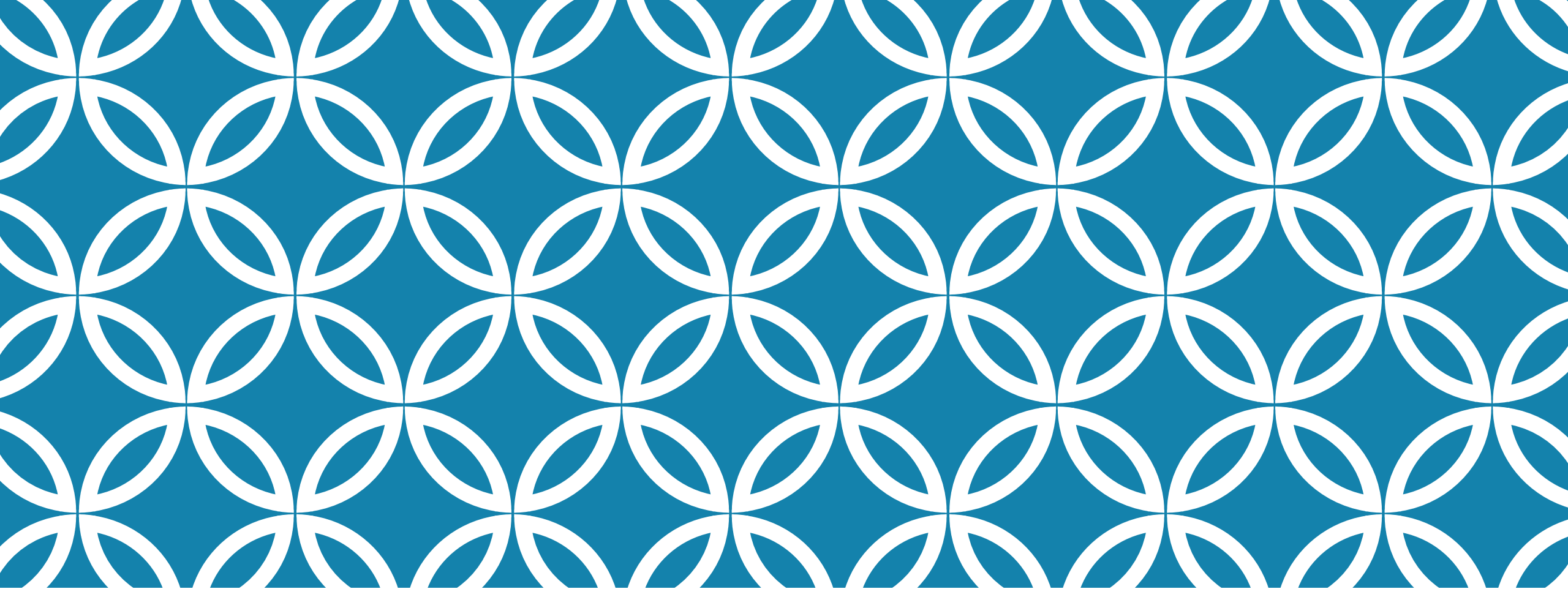
“O espelho que olha é olhado” (p. 17)

“ [...] ela intenta representar-se a si mesmo em todos os seus elementos, com suas imagens e olhares aos quais ela se oferece, os rostos que torna visível, os gestos que a fazem nascer. [...]enfim, dessa relação que a acorrentava, a representação pode se dar como pura representação”. (p. 21)



Nos deram espelhos e vimos um mundo
doente.

(Renato Russo)



Introdução a Michel Foucault e Judith Butler

aula 3

Foucault, Michel: Foucault, Michel. “As cabeças da política” “A angustia de julgar”, “O bom uso do criminoso” In: Segurança, Penalidade e Prisão. Coleção Ditos e Escritos VIII. Rio de Janeiro: Forense Universitária

GENEALOGIA DO PODER

a noção de genealogia cunhada por Foucault tem herança nietzscheana, que propõe uma genealogia da moral que distancia sua genealogia de uma ideia de natureza, ao contrário, a moral passa a ser fomentada, desde os gregos, perpassando instituições sociais como religião, família e política.

* ver Genealogia da Moral ([1887], 2001)

“O poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos: a família, a vida sexual, a maneira como se tratam os loucos, a exclusão dos homossexuais, as relações entre os homens e as mulheres...” ([1973], 2006, p. 262).

“A genealogia seria portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico” (1979, p. 172).

O CONCEITO DE PODER

- * Rompimento com as teorias jurídicas de poder: pensar o poder fora do Estado, da soberania e suas instituições;
- * Rompimento com as teorias marxistas de poder: reprodução da dominação de classe
- * Crítica ao conceito de poder como força/opressão
- * Crítica ao conceito de poder como repressão

* O poder **circula**, não está nas mãos de ninguém: "o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (...) o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu" (Em defesa da Sociedade 1999: 35)

* O que está na base do poder, diz Foucault, não são as ideologias, mas instrumentos de formação e acúmulo de **saber**. Ao exercer-se, o poder forma, organiza e coloca em circulação um dispositivo de saber.

* "somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da **verdade**" (Em defesa da Sociedade 1999: 28)

- * O **poder** é imanente às relações a às coisas que institui
- * O **poder** não é passível de titularidade: todos o possuem ao mesmo tempo em que ninguém o detém, "onde há poder ele se exerce (...) não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui" (Microfísica do Poder 1979: 75)
- * O **poder** não se apóia em posições binárias do tipo dominantes *versus* dominados

II. DESLOCAMENTOS METODOLÓGICOS

- * Substituir a análise das instituições por um ponto de vista global das tecnologias de poder
- * Substituir a análise das funções de uma instituição pela análise genética de suas formas de poder
- * Descentrar a análise com relação ao seu objeto

III. MODALIDADES HISTÓRICAS DE PODER

○ Poder Soberano:

- * Se materializa na pessoa do rei
- * Se apropria dos bens
- * A autoridade do rei centraliza os efeitos do poder
- * Dispositivo: suplicio e tortura que visam a expiação

O PODER DISCIPLINAR

- * Se materializa nos corpos
- * Não tem centro nem figuração
- * É invisível e visa o adestramento
- * Dispositivos: vigilância, sanção normalizadora e exame

O BIOPODER

Se aplica na vida da população

Dispositivos: regulamentação, biopolítica

Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra (Em defesa da Sociedade 1999: 302).

PODER - CORPO

“(...) Não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos” (p.146)

“Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: ‘Fique nu...mas seja magro, bonito, bronzeado’”

“ Nada é mais material, mais físico e mais corporal do que o exercício do poder” (p.147)

PODER - CORPO

“ O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, organico” p. 149

“É pelo estudo dos mecanismos que penetraram nos corpos, nos gestos, nos comportamentos, que é preciso construir a arqueologia das ciências humanas” p. 150

PANÓPTICO E O OLHO DO PODER



O OLHO DO PODER

- Controle do corpo e controle do Espaço

As tecnologias de vigilância dos corpos

(produzidas no cotidiano dos colégios e das escolas militares) se inscrevem também na arquitetura.

- Medicina e controle dos espaços públicos

Os médicos de uma forma geral atuavam como agentes reguladores, “especialistas” do espaço. Eles foram, juntamente com os militares foram os primeiros administradores dos espaços coletivos.

- Olhar como técnica de poder
- Despersonificação do poder

As pessoas passam a ocupar posições de poder, e não mais encarnam o poder, como ocorria durante a monarquia.

DISPOSITIVO

em *Microfísica do Poder* **dispositivo** é definido como um agrupamento heterogêneo que abarca desde discursos (sejam estes científicos, morais, filosóficos, religiosos), passando por organizações arquitetônicas, até decisões regulamentares, leis.

Ou seja, do dito ao não-dito há elementos do **dispositivo**.

É por meio do dispositivo que há a possibilidade de estabelecer relações entre esses elementos constitutivos do mesmo. Torna-se relevante evidenciar o caráter de uso contextual do dispositivo, haja vista que em determinado período histórico houve como imperativo “responder a uma urgência”, ou seja, destaca-se aí a função estratégica do dispositivo, evidenciando a manipulação, a manobra e a tática.

DISPOSITIVO DA SEGURANÇA

- * Vigilância
- * Circulação
- * Disciplina
- * Tecnologias de auto regulação

PODER DISCIPLINADOR

“ A disciplina é essencialmente centrípeta e funciona na medida em que “ela isola um espaço, determina um segmento. A disciplina concentra, centra, encerra. Qual é o primeiro gesto da disciplina? É o de circunscrever um espaço no qual seu poder e seus mecanismos vão funcionar” (p. XL)

“O mecanismo da disciplina codifica perpetuamente o que é permitido e o que é proibido. Assim, o mecanismo disciplinar diz respeito mais as coisas que devem ser feitas do que as que não devem ser feitas” (p.XLI)

AS CABEÇAS DA POLÍTICA E O CORPO COMO LUGAR DA DISCIPLINA

Corpo do Rei

X

Cabeça

“ A charge esconde todo o exterior, apaga as situações, esquiva os parceiros. Em todo o rosto ela faz o vazio. E, sobre o fundo desse nada ela intensifica, dilata a cabeça até o ponto extremo que a fará explodir. Ela faz passar para dentro todas as convulsões de fora. Ela enche até a borda com tudo o que preenche o mundo”
(p.50)



RA



RA

GENTLEMEN

EU
CONDUZO!



NÃO SEJA
RIDÍCULO. NOS
DOIS SABEMOS!
QUEM CONDUZ

RA

NÃO
FALE EM
CRISE.
TRABALHE!



JDTA-A



MAMÃE..?



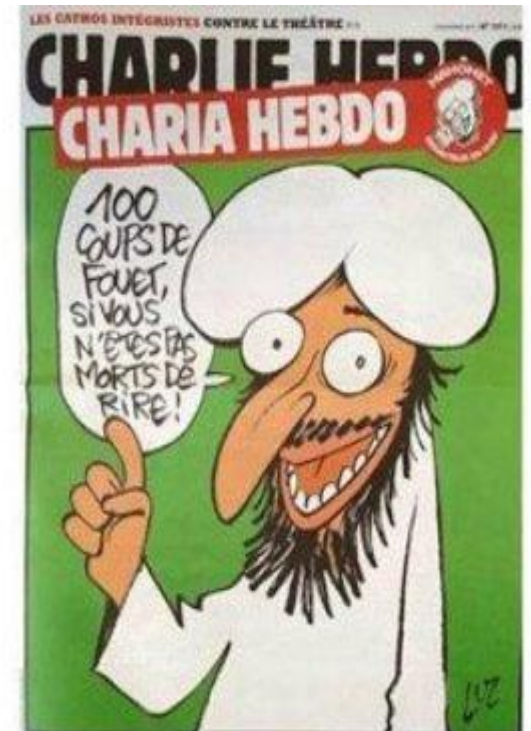
RA

AS CABEÇAS DA POLÍTICA

Cabeça e corpo do rei

Charge X Caricatura:

O desenho charge finge imitar o grande retrato da história: eis aqui, em todo o seu esplendor, o homem que os governa” (p. 51)



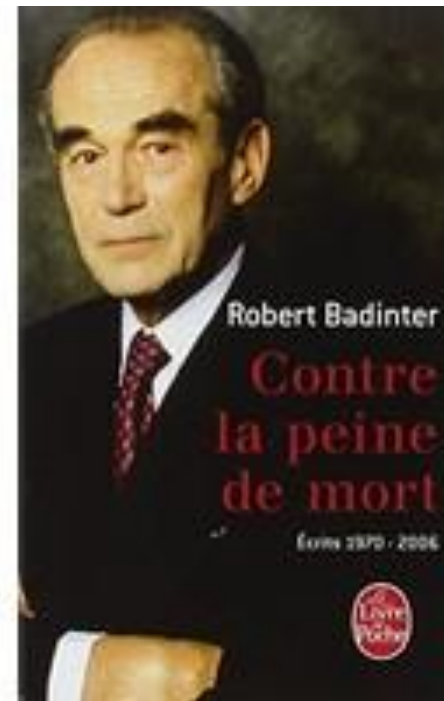
A ANGUSTIA DE JULGAR

- * Em 1970 Foucault teve a oportunidade de acompanhar a formação do GIP (Grupo de Informação sobre as Prisões)

- * 1970 também é o ano em que Foucault passa a ocupar a cadeira de “História dos Sistemas de Pensamento no Collège de France

No GIP além de Foucault, havia J. Laplanche, psicanalista e Robert Badinter, e o caso jurídico mais discutido na França naquele período foi a condenação de [Patrick Henry](#)

AS ANGUSTIAS DE JULGAR



O BOM USO DO CRIMINOSO

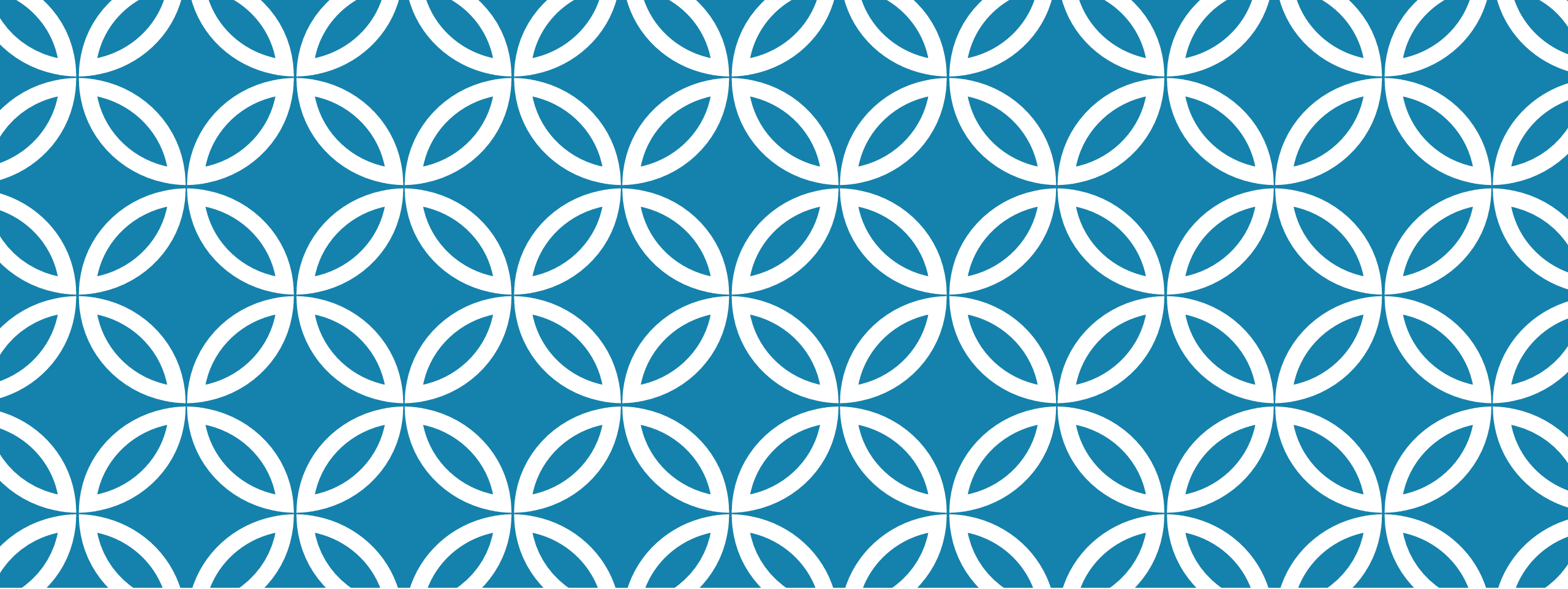
- * Confissão da culpa como expiação das posições que compõe a tecnologia da justiça
- * É na construção do criminoso que se constrói a materialidade do crime
- * na falta de elementos para se compor o crime se desenha o perfil do criminoso

JULGAMOS O CRIMINOSO E NÃO O CRIME

“Temos um sistema arbitrário e constrangedor de relação entre os atos e a punição, que sanciona o crime na pessoa do criminoso”

(P. 80)





Religião, poder pastoral e governamentalidade

FOUCAULT, Michel. (2008). “Por que estudar governamentalidade? O problema do Estado e da população” e “Análise do pastorado: o problema da relação pastor-rebanho na literatura do pensamento grego” in: **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes.

PROBLEMATIZAÇÕES

- * Descrever a história de um “problema” em vez de um período
- * O termo denota um conjunto de práticas discursivas e não discursivas que faz com que algo entre no jogo do verdadeiro e do falso e constitui esse algo como objeto do pensamento
- * Modos de produção de subjetivação: Ele se pergunta por que a conduta sexual tornou-se objeto de solicitude moral

GENEALOGIA COMO PROCEDIMENTO ANALÍTICO

“o que o genealogista deve buscar encontrar por trás das coisas não é um segredo atemporal e essencial, mas o segredo do qual sua essência foi fabricada de maneira gradual a partir de formas que lhe eram estranhas” (p.142)

A investigação genealógica visa, em outras palavras, privar o sujeito da reconfortante estabilidade da vida e da natureza.

Se distancia dos resultados da análise genealógica de Nietzsche focar sua análise nas tecnologias e nos mecanismos de produção de condutas.

DISPOSITIVO

em *Microfísica do Poder* **dispositivo** é definido como um agrupamento heterogêneo que abarca desde discursos (sejam estes científicos, morais, filosóficos, religiosos), passando por organizações arquitetônicas, até decisões regulamentares, leis.

Ou seja, do dito ao não-dito há elementos do dispositivo.

É por meio do dispositivo que há a possibilidade de estabelecer relações entre esses elementos constitutivos do mesmo. Torna-se relevante evidenciar o caráter de uso contextual do dispositivo, haja vista que em determinado período histórico houve como imperativo “responder a uma urgência”, ou seja, destaca-se aí a função estratégica do dispositivo, evidenciando a manipulação, a manobra e a tática.

BIOPODER

Se aplica na vida da população

Dispositivos: regulamentação, biopolítica

Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra (Em defesa da Sociedade 1999: 302).

PODER PASTORAL E GOVERNAMENTALIDADE

Objetivo - Abordar o problema do Estado e da população

A análise da disciplina e anatomo-política do corpo permitiu 3 eixos de observação

1. O exterior da instituição
2. Pensar a função de uma instituição: **substituir o ponto de vista interno da função pelo ponto de vista externo das estratégias e táticas**
3. Passagem em relação ao objeto. Assumir o ponto de vista das disciplinas é recusar-se a aceitar um objeto já pronto, seja doença mental, delinquência ou sexualidade.

Esse exercício de pensar o exterior é que deve ser aplicado ao Estado.

PODER COMO CONDUTA

Foucault irá chegar à conclusão de que o aspecto mais próprio do poder é a relação específica de governo. Trata-se de ações sobre as condutas, sobre as possibilidades de ação dos outros. É estruturar um eventual campo de ação possível de outros (Foucault, 1982: 244). A ação sobre outra ação adquire a dimensão de “conduzir condutas”: conduzir as crianças, os estudantes, os doentes, a família. Isto pressupõe não uma relação de igualdade ou parceria, mas uma relação dessimétrica, na qual uns são encarregados de conduzir outros.

O nascimento do biopoder, portanto, pode ser entendido como, por um lado, o desenvolvimento de uma racionalidade pastoral, cuja principal função é cuidar da vida e, por outro, o arsenal jurídico da soberania, que garante a legitimidade do poder.

GOVERNAR

* Governar quer dizer conduzir alguém, seja no sentido espiritual “governo das almas” ou no sentido do Estado, significa impor um regime

* Existe um suposto implícito nos sentidos clássicos da categoria “governo” ou governar” que diz respeito ao controle do corpo

“Nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, quem é governado são sempre pessoas, homens, indivíduos e coletividades.” (p. 173)

PODER PASTORAL E GOVERNO DE SI

Foucault irá chegar à conclusão de que o aspecto mais próprio do poder é a relação específica de governo. Trata-se de ações sobre as condutas, sobre as possibilidades de ação dos outros. É estruturar um eventual campo de ação possível de outros (Foucault, 1982: 244). A ação sobre outra ação adquire a dimensão de “conduzir condutas”: conduzir as crianças, os estudantes, os doentes, a família. Isto pressupõe não uma relação de igualdade ou parceria, mas uma relação dessimétrica, na qual uns são encarregados de conduzir outros.

O nascimento do biopoder, portanto, pode ser entendido como, por um lado, o desenvolvimento de uma racionalidade pastoral, cuja principal função é cuidar da vida e, por outro, o arsenal jurídico da soberania, que garante a legitimidade do poder.

DISPOSITIVO DO PODER PASTORAL

jamais, na Antiguidade greco-romana, houvera a idéia de que certos indivíduos poderiam desempenhar, em relação aos outros, o papel de pastores, guiando-os ao longo de toda a sua vida, do nascimento à morte (Foucault, 1978 b: 65).

O poder pastoral não tem por função fazer mal aos inimigos; sua principal função é fazer o bem em relação àqueles de que cuida. Fazer o bem no sentido mais material do termo significa alimentá-lo, garantir sua subsistência, oferecer-lhe um pasto, conduzi-lo às fontes, permitir-lhe beber, encontrar boas pradarias (Foucault, 1978 b: 66).

PODER PASTORAL

O pastor disporá de meios de análise, de reflexão, de detecção do que se passa, mas também que o cristão será obrigado a dizer ao seu pastor tudo o que se passa no âmago de sua alma; particularmente, ele será obrigado a recorrer, do ponto de vista do seu pastor, a essa prática tão específica do cristianismo: a confissão (Foucault, 1978 b: 70)

O poder pastoral é um governo dos vivos. O biopoder, sob este aspecto, estará muito mais próximo do poder pastoral do que da soberania

PODER PASTORAL E A TECNOLOGIA DA CONFISSÃO

Essa conduta para a salvação é orientada pelo pastor. Logo, é necessária e imprescindível a confissão: relatar ao pastor tudo que possa ser uma “impureza” da alma. O poder pastoral, portanto, implica em uma análise e uma consciência de si. O pastor era aquele que possuía o conhecimento necessário para conduzir o 36 indivíduo nessa análise: ele exercia o papel de diretor de consciências. Eis um trecho de “Os Anormais”, onde Foucault apresenta o relato do teólogo Alcúnio:

O que o poder sacerdotal pode absorver em termos de falta, se ele não conhece os laços que amarram o pecador? Os médicos não poderão fazer mais nada no dia em que os doentes se recusarem a mostrar suas feridas. O pecador deve, pois, ir ver um padre, como um doente deve ir ver o médico, explicando-lhe de que sofre e qual sua doença (Foucault, 1975 d: 218).

PODER PASTORAL

Características e traços específicos do poder pastoral:

1. poder que não se exerce sobre um território, é um poder que por definição é exercido sobre um rebanho. O poder do pastor se exerce sobre uma multiplicidade em movimento.
2. O poder pastoral é fundamentalmente um poder benfazejo.

Sendo o poder pastoral definido pelo bem-fazer ele não tem outra razão de ser senão fazer o bem, porque o objeto essencial para o poder pastoral é a salvação do rebanho. (algo que não está distante do objetivo do soberano que seria a salvação da pátria)

3. A forma que o poder pastoral adquire não é inicialmente, a manifestação da sua força e da sua superioridade. O poder pastoral se manifesta inicialmente por seu zelo, sua dedicação, sua aplicação infinita.

4. O poder pastoral é um poder individualizante.

O pastor dirige todo o rebanho mas ele só pode dirigi-lo bem na medida em que não haja uma só ovelha que lhe possa escapar. Ele faz tudo pela totalidade do rebanho mas faz também para cada uma das ovelhas do rebanho.

5. É um poder que guia para um objetivo e serve de intermediário para esse objetivo

O homem ocidental aprendeu durante milênios a pedir sua salvação a um pastor que se sacrifica por ela.

A MICROFÍSICA DO PASTORADO: O QUE É SER PASTOR?

1. Pastorado é um poder que é exercido por apenas um. Há um único pastor num rebanho.
2. Pastor deve fazer uma porção de coisas: deve alimentar o rebanho, cuidar das ovelhas jovens, deve cuidar das que estão doentes e feridas, deve conduzi-las dando-lhes ordens ou apenas tocando música.
3. Deve arranjar as uniões para que as ovelhas mais vigorosas e fecundas dêem os melhores cordeiros . Portanto, há apenas um único pastor e uma série de funções diferentes.

DISPOSITIVOS DO PODER PASTORAL

1.Com relação ao tipo de condução: **a salvação**

A comunidade de destino obriga o pastor a conduzir levando em conta:

- Princípio de responsabilidade analítica
- Princípio da transferência exaustiva
- Princípio da inversão do sacrifício
- Princípio da correspondência alternada

2.Relação com a **Lei**

- a obediência como virtude
- a submissão como princípio de ordem
- renúncia da vontade própria



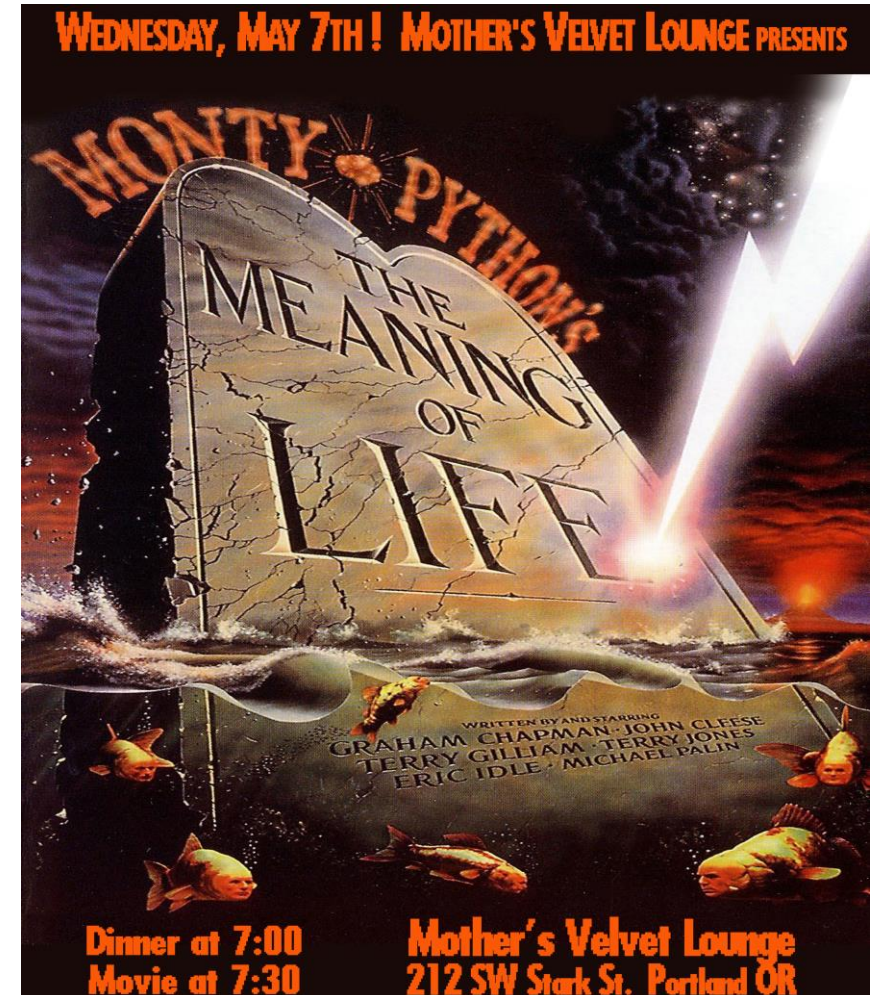
CONCLUSÃO

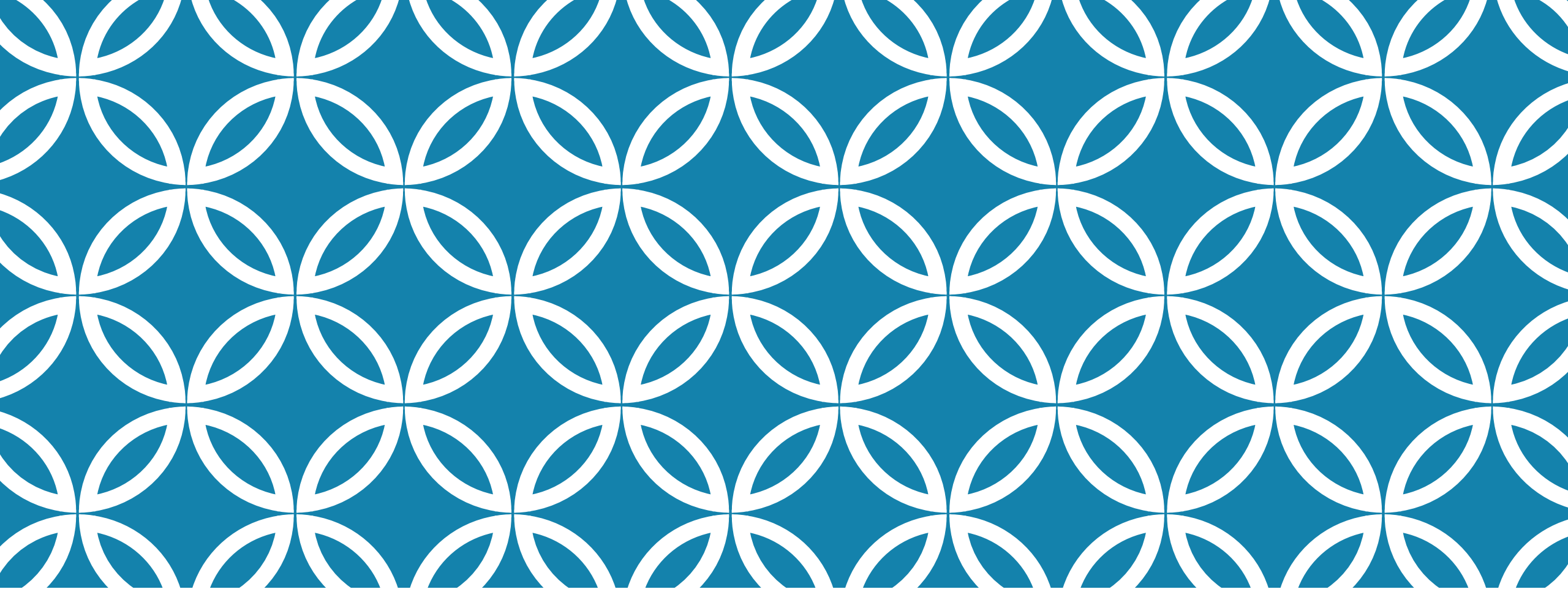
O pastorado cristão é, para Foucault, o prelúdio da governamentalidade – forma de poder que se dá por objeto a conduta dos homens

PODER PASTORAL

“O poder pastoral só se encarrega da alma dos indivíduos na medida em que essa condução das almas também implica numa intervenção permanente na conduta cotidiana, na gestão das vidas, mas também nos bens, nas riquezas e nas coisas”.

Sugestão de vídeo:





INTRODUÇÃO A MICHEL FOUCAULT E JUDITH BUTLER – AULA 5

FOUCAULT, Michel. (2005) “Dispositivo da Sexualidade” e “Direito de morte e poder sobre a vida” in ***História da Sexualidade: a vontade de saber – Volume 1***. São Paulo: Graal.

REPRESSÃO X PRODUÇÃO

Relações de poder não se passam, fundamentalmente, ao nível do direito ou da violência. No sistema capitalista, a dominação não poderia ser mantida se baseada exclusivamente na repressão



Poder não deve ser descrito em termos negativos (“exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura” etc.), pois possui uma **eficácia produtiva**. Em lugar de repressão, portanto, deve-se pensar no **adestramento estratégico** que o **poder disciplinar** produz sobre os corpos

PODER DISCIPLINAR

- * Relação específica de poder que se dá em contextos de clausura (hospitais, escolas, fábricas, prisões etc.). Está ligada à **explosão demográfica do século XVIII** e ao **crescimento do aparelho de produção**.
- * Assegura a **sujeição constante**, impondo uma **relação de docilidade-utilidade**.
- * Técnica de **organização do espaço**: distribui os indivíduos através da inserção dos corpos em um **espaço individualizado, classificatório, esquadrinhado e hierarquizado**.
- * Técnica de **controle do tempo**: estabelece uma sujeição do corpo ao tempo, objetivando o **máximo de rapidez e eficácia**.
- * **Vigilância contínua, perpétua e permanente**: “ver sem ser visto”

(exemplo ideal: Panóptico de Jeremy Bentham)

DISPOSITIVO DA ALIANÇA/ DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE

- * **Objetivo:** fazer uma genealogia do saber sobre o sexo
- * **Caminho metodológico:** tentar dar conta das incitações, lugares, técnicas e procedimentos que tornaram possível um saber sobre o sexo
- * **Ponto de partida inicial:** seguir a partir do problema cristão da carne, para tentar perseguir quais seriam “os mecanismos que induziram sobre sexo um discurso de verdade”

para Foucault a tradição cristã introduz práticas de obrigação destinadas a cada sujeito que deve procurar “no fundo do seu coração, quer seja pela penitencia, quer seja pelo exame de consciência, as pistas da sua concupiscência” (p.2).

- * **Importante ressaltar que:** A história que Foucault deseja escrever não se pauta pela história do poder-repressão, do poder-censura, mas se articula a ideia de um poder-incitação, de um poder-saber

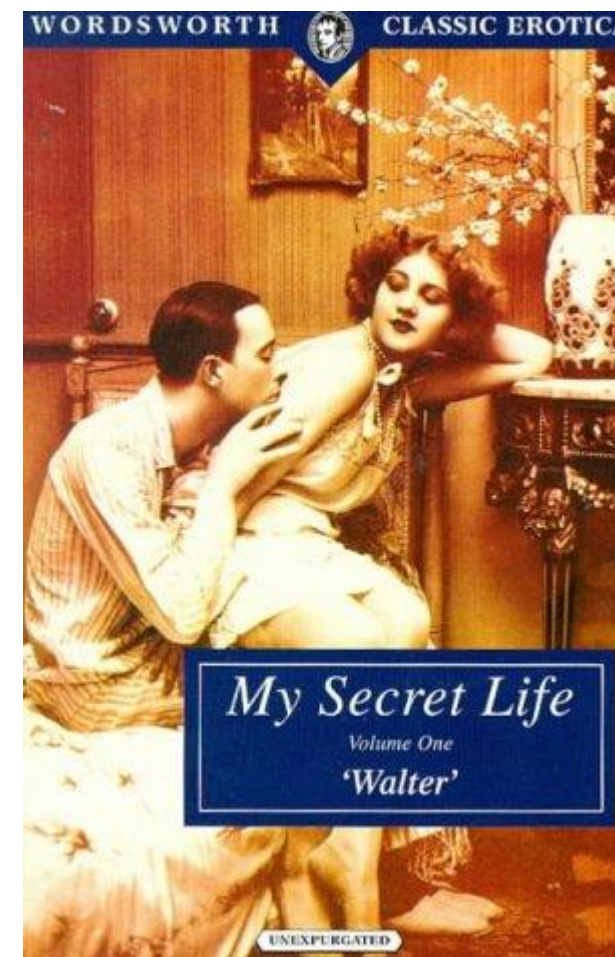
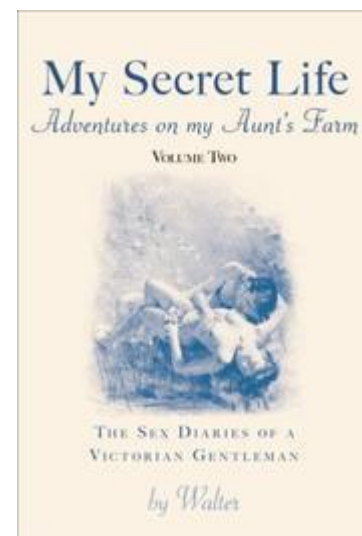
HISTÓRIA DA SEXUALIDADE E A ERÓTICA DA VERDADE

Regime de verdade = efeitos de verdade

A Erótica da verdade

My Secret Life – vol. 1

romance do século XIX no qual
um personagem desconhecido narra minuciosamente
o estilo e a prática da sua vida sexual



OTHER VICTORIANS



OTHER VICTORIANS TRAZ TODA UMA PERSPECTIVA SOBRE A SEXUALIDADE QUE TEM COMO CONCEITO CHAVE A IDEIA DE REPRESSÃO.





LITERATURA ERÓTICA DO SÉCULO XVIII E A BUSCA OBSTINADA DO PRAZER



Daddy's Love



A VONTADE DE SABER / A ERÓTICA DA VERDADE

- Projeto de Pesquisa: [A História da Sexualidade](#)
 - Volume 1: A vontade de saber = trata-se de um livro programa (Foucault o compara a um queijo gruyère, cheio de furos)
 - Volume 2: O uso dos prazeres
 - Volume 3: O cuidado de Si
-]] [Nos dois últimos volumes, Foucault retorna aos gregos e aprofunda a problematização acerca da constituição do sujeito](#)

Seu interesse não é produzir uma história linear da sexualidade, mas sim, pensar na constituição da sexualidade como um objeto histórico

DISPOSITIVO DA ALIANÇA E BIOPOLITICA

A **sexualidade** não é um elemento rígido, ontológico, é um dispositivo dotado de maior instrumentalidade, “utilizável no maior número de manobras, e podendo servir como ponto de apoio, de articulação de variadas estratégias” (p. 98)

4 Conjuntos estratégicos:

- A) Histerização do corpo da mulher
- B) pedagogização do sexo da criança
- C) Socialização das condutas de procriação
- D) psiquiatrização do prazer perverso

DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE

Dispositivo seria um conjunto de estratégias, de relações de força

Estratégia: “ as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de possibilidade e de exercício em microrrelações de poder (p. 49-50)

Evento: Concílio de Trento, em meados do século XVI, e o aparecimento, ao lado das velhas técnicas da confissão, de novos procedimentos “que foram atualizados no interior da instituição eclesiástica (p. 50)

Quais procedimentos? Foram elaborados para os seminários e os conventos “tecnicas minuciosas de colocação em discurso da vida cotidiana, do autoexame, da confissão, da direção da consciência (p.50)

DIREITO DE MORTE E PODER SOBRE A VIDA

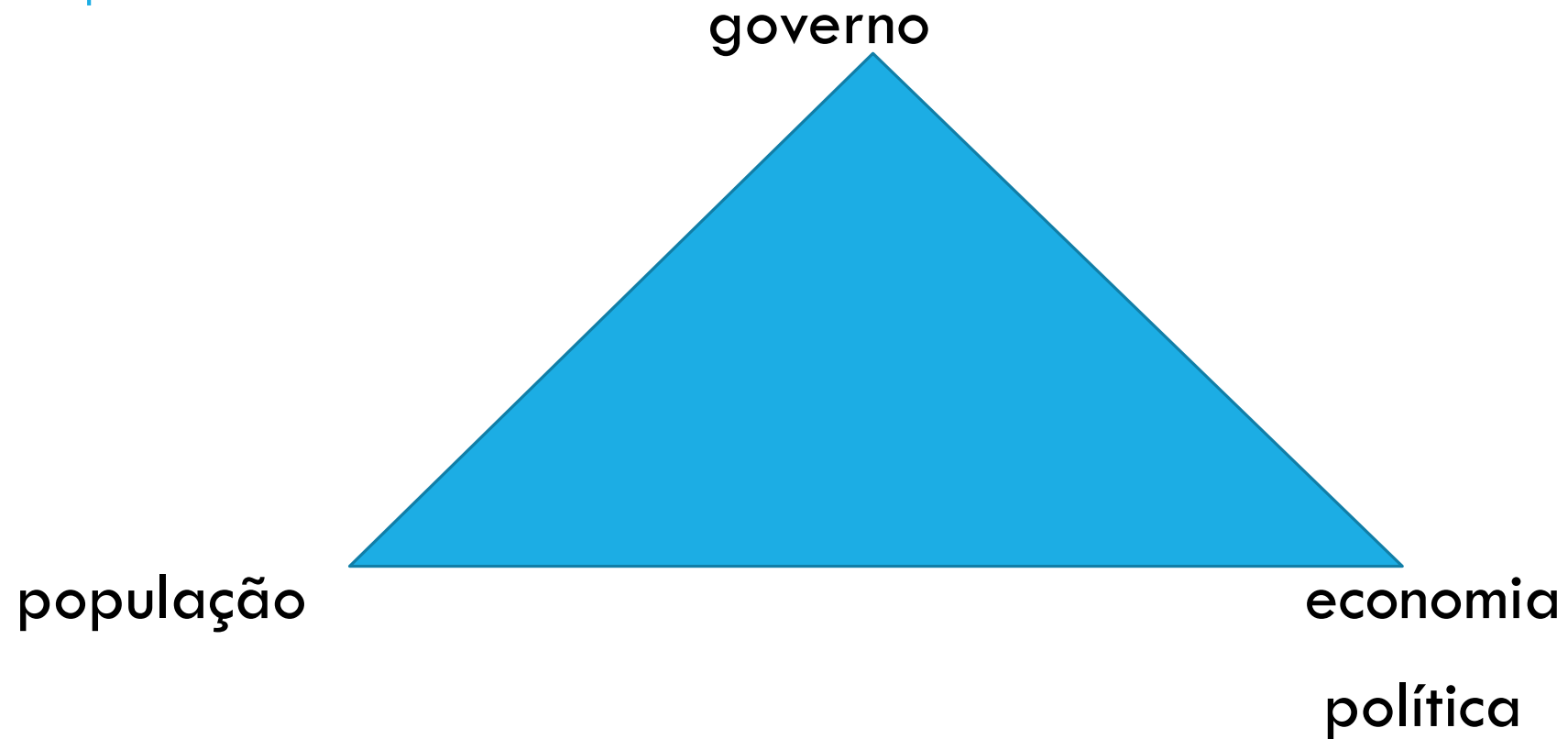
Governamentalidade

Soberania do soberano sobre o Estado;

Arte de governar: modelo da família (economia);

Estatística: população como instrumento do governo.

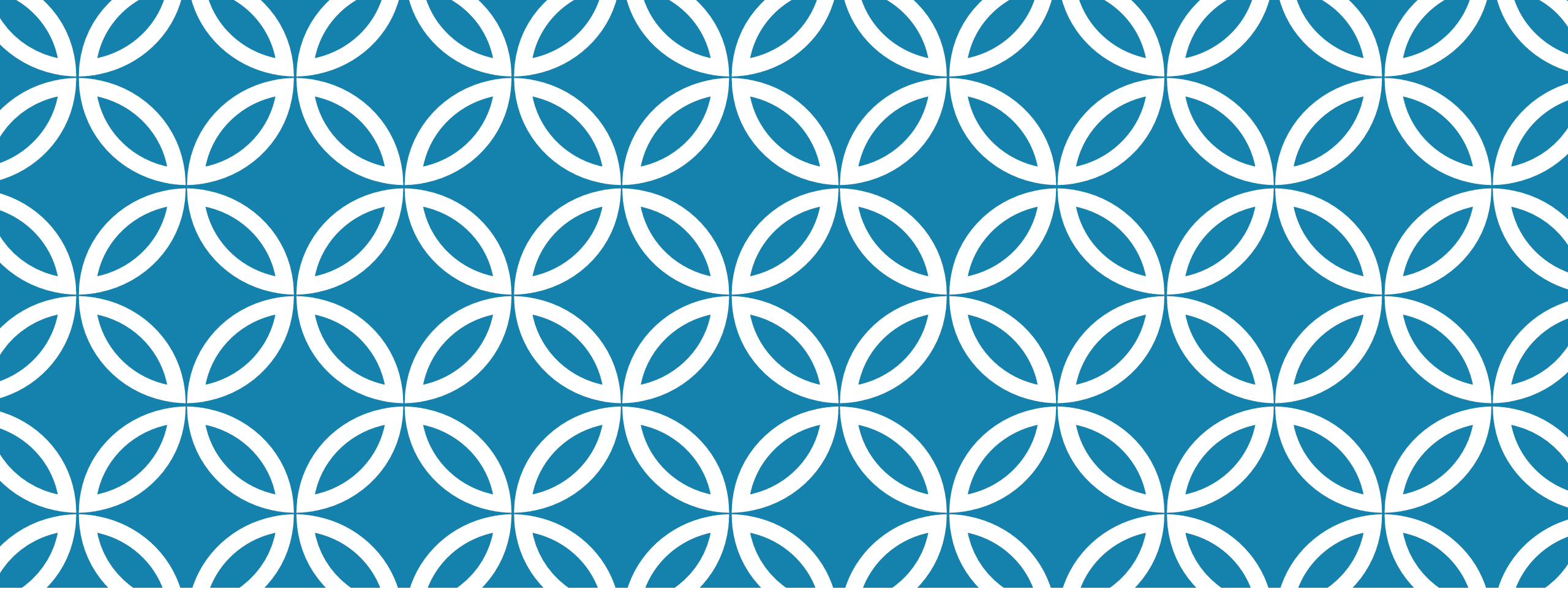
A *GOVERNAMENTALIDADE* É FORMADA POR TRÊS MOVIMENTOS



A “INEXISTÊNCIA” DO PODER

“O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a ideia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não da conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações, mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. Portanto, o problema não é de construir uma teoria do coordenado. Portanto, o problema não é de construir uma teoria do poder (...).”

FOUCAULT, Michel “Sobre a história da sexualidade”. In: *Microfísica do poder* (p. 369)



Problemas de Gênero/
Feminismo e subversão da identidade

JUDITH BUTLER

Filósofa nascida em 24/02/1956 em Cleveland, Ohio, numa família de ascendência judaica e de origem russa e húngara, a maior parte da família de sua avó materna pereceu no Holocausto



Aos 14 anos começou a frequentar aulas de ética como disciplina da escola hebraica em que estudava por ser "muito falante na aula"

Judith Butler

Três questões a levaram para a filosofia:

1. Por que Spinoza foi excomungado da sinagoga?
2. O idealismo alemão foi responsabilizado pelo nazismo?
3. como compreender a teologia existencial, incluindo o trabalho de Martin Buber?

Frequentou o Bennington College e depois a Universidade de Yale, onde estudou filosofia, concluindo seu bacharelado em 1978 e seu Ph.D. em 1984.

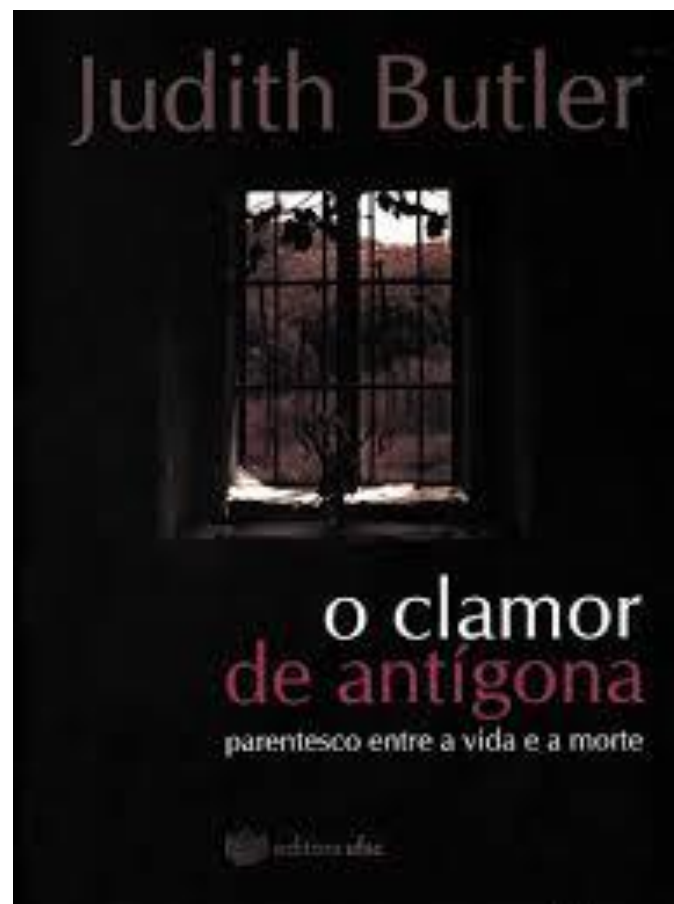
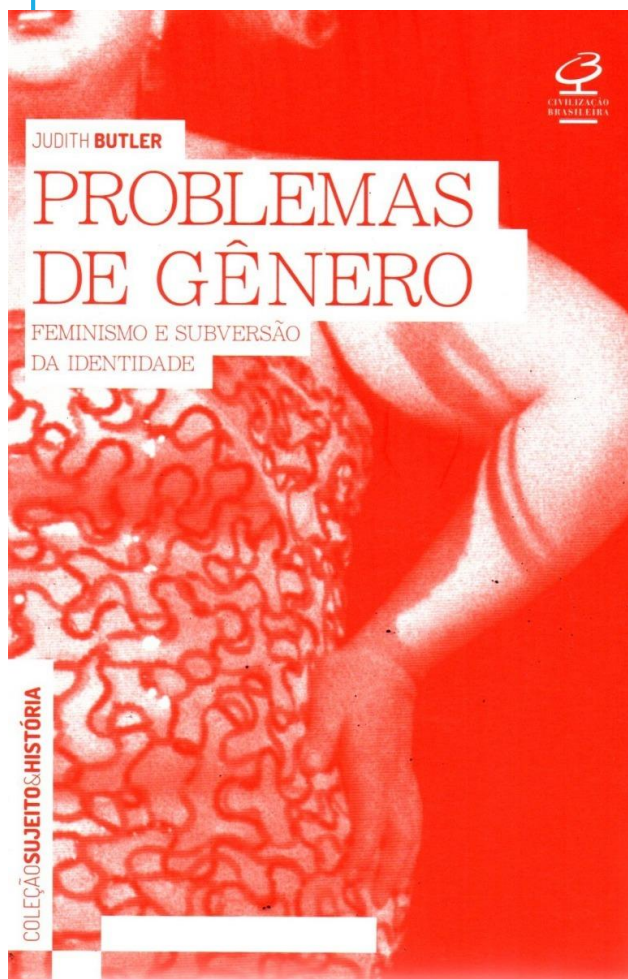


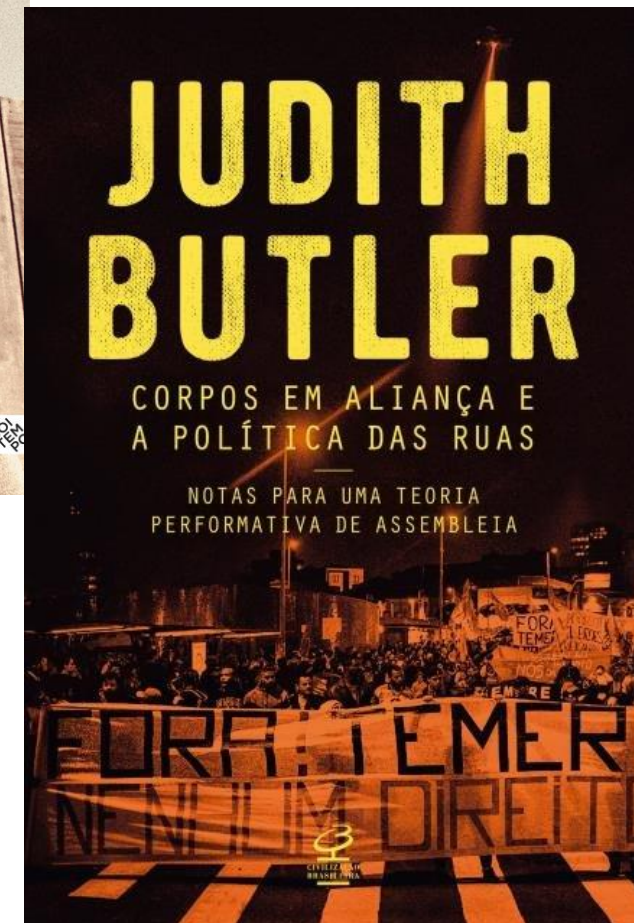
JUDITH BUTLER



Antes de ingressar como docente na Universidade de Berkeley, na Califórnia em 1993, Butler passou um ano acadêmico na Universidade de Heidelberg como Fulbright-Scholar. Ensinou na universidade de Wesleyan, na universidade de George Washington, e na universidade de Johns Hopkins.

Além disso, ela se juntou ao departamento de Inglês e Literatura Comparada na Universidade de Columbia. É também professora da cátedra Hannah Arendt e do Departamento de Filosofia da European Graduate School, em Saas-Fee, na Suíça.





METODOLOGIA E PROBLEMA GERAL DE PESQUISA

Metodologia: Trata-se de entender os mecanismos pelos quais o que é considerado um problema social ganha *status* de problema

(Isso permite a Butler transitar sua análise ampliando seus objetos empíricos, que se estendem desde pessoas *queers*, palestinas apátridas ou mesmo os prisioneiros de Guantánomo)

Problema geral: do construtivismo social ao desconstrutivismo

Pensar uma teoria da ação cujo o efeito são sujeitos reflexivos

Para Butler subjetividade se baseia numa noção de materialidade

- Papel da Linguagem na produção de uma facticidade enquanto realidade dada
- Descartes, Husserl e Sartre = distinção ontológica entre alma(consciência e mente) e corpo
- linguagem = situação e acontecimento histórico
- noção de materialidade = crítica a metafísica da substância

A matéria é um processo em curso, materializar-se é investir-se de poder

A matéria [é sempre materializada:

Para tanto é preciso pensar uma teoria da ação que produz materialidades

“ Todo o esforço de se referir a materialidade se dá através de um processo significante que, na sua fenomenalidade, é desde sempre material. Nesse sentido, então, linguagem e materialidade não se opõem,, pois a linguagem tanto é quanto se refere àquilo que é material, e o que é material nunca escapa do processo pelo qual é significado”

* Tese de doutoramento: (1984)

Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France

Conceito hegeliano de desejo



*O Desejo (*Begierde*) surge no livro IV da *Fenomenologia do Espírito* (*Phänomenologie des Geistes*) como um dos momentos essenciais do desenvolvimento da consciência de si (*Selbstbewusstsein*) na formação do homem.

“Em certo sentido, todos os meus trabalhos permanecem no interior da orbita de um certo conjunto de questões hegelianas: o que é a relação entre desejo e reconhecimento e como a constituição do sujeito implica numa relação radical e constitutiva à alteridade? (Butler, 1987:7)

DESEJO EM HEGEL

Seria aquilo que fratura um eu metafisicamente integrado (...) um modo interrogativo de ser, um questionamento corporal de identidade e lugar

Uma fratura ontológica que faz do meu ser o espaço de um questionamento contínuo a respeito do lugar que ocupo e da identidade que me define

(Safatle, 2012)

O sujeito se constitui pelo exercício da interpelação;

Sujeito é = Trata-se de uma entidade relacional para a qual, há uma relação radical e constitutiva à alteridade

“o desejo é a operação de autoposição da consciência: através do desejo a consciência procura se intuir no objeto, tomar a si mesma como objeto”

DESEJO E DESPOSSESSÃO

O desejo funda a concepção de alteridade:

* Em Hegel, o que a consciência procura no Outro não é a reiteração de um sistema de interesses e necessidades, ela procura o reconhecimento da natureza negativa (falta);

Portanto, implica em encontrar no Outro a opacidade da infinitude que me constitui ao mesmo tempo que me escapa e a respeito da qual só posso voltar a ter alguma experiência à condição de me aceitar ser despossuído.

GÊNERO E DESPOSSESSÃO

Em Butler:

A teoria de gênero não será apenas uma teoria da produção de identidades.

Ela será uma astuta teoria de como, através da experiência de algo no interior da experiência sexual que não se submete integralmente às normas de identidades,

Ter um gênero é um modo de ser despossuído, daquilo que me desfaz a partir da relação com o Outro

JUDITH BUTLER / TEORIAS FEMINISTAS E A EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE “GÊNERO”

- * Como explicar as distribuições desiguais de poder entre homens e mulheres?
- * Como as noções de “**sexo**” e de “**gênero**” são mobilizadas ao longo da história para questionar as desigualdades e hierarquias entre mulheres e homens?

Adriana Piscitelli

Antropóloga,
Professora e pesquisadora da
Univesidade Estadual de Campinas
(Unicamp)



GÊNERO E FEMINISMO

- Feminismo de “primeira onda” – categoria mulher

Movimento que se desenvolveu no final do século XIX



e início do século XX, centrado na reivindicação dos direitos políticos, sociais e econômicos, ou seja, as demandas eram por direito ao voto, trabalho remunerado, direito ao estudo e propriedade privada.

Categoria pensada em oposição a homem, que era vista como uma categoria universal, que deveria incluir todos os seres humanos. Por sentir que não estavam incluídas nessa categoria as mulheres se reuniram em torno de uma identidade comum.

GÊNERO: PRIMEIRA LEITURA SOBRE A DIFERENÇA SEXUAL NO FEMINISMO DE “PRIMEIRA ONDA”

- Margaret Mead (1930): pesquisa comparativa entre 3 sociedades tribais da Nova Guiné, apresentadas no livro sexo e temperamento.
- Mead buscou derrubar uma crença da sociedade americana daquele período de que haveria um temperamento inato, ligado ao sexo. Havia um pressuposto de que as mulheres eram mais dóceis e afetivas por decorrência da maternidade, e que os homens eram naturalmente mais agressivos e dominadores. Essa diferença era vista como natural, como se resultasse das diferenças dos corpos masculinos e femininos.



PAPÉIS SEXUAIS

- Mead conclui que toda sociedade de algum modo determina os papéis de homens e mulheres, porém nem sempre em termos de contraste, dominação ou submissão.
- Ao trabalhar na perspectiva dos papéis sexuais, Margaret Mead destacou o caráter de construção cultural da diferença sexual.
- A perspectiva dos papéis sexuais permite contestar pressupostos biológicos sobre comportamentos de homens e mulheres. Entretanto, essa abordagem não prestava atenção nas desigualdades e relações de poder.
- Produção que não demonstrava interesse em compreender os fatores que contribuem para situar as mulheres em posições inferiores.

“O SEGUNDO SEXO”

Simone de Beauvoir: “O segundo sexo” (1949)

- Livro inovador que contestava o efeito das lutas para eliminar a dominação masculina.
- Considerava que para eliminar a dominação era necessário muito mais do que reformas nas leis.

Era preciso enfrentar os aspectos sociais que colocavam a mulher em posição inferior.

- Para isso seria necessário combater o conjunto de elementos que impediam que as mulheres fossem autônomas.
- Apenas nos anos 60 essas reivindicações foram assimiladas por certas correntes do pensamento feminista que privilegiava as reformas nas leis.



FEMINISMO DE “SEGUNDA ONDA”

O feminismo de “segunda onda” surgiu após a 2º Guerra Mundial e buscou reivindicar igualdade no exercício dos direitos, dando prioridade às lutas por direito ao corpo, prazer e contra a subordinação da mulher.



- em termos políticos, consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos homens (subordinação feminina é pensada como universal, o que significa que as mulheres são sempre atingidas por uma subordinação, o que as coloca em situações de desigualdade).

PATRIARCADO

- Patriarcado refere-se à hierarquia baseada na estrutura familiar e no poder paterno.
- Em linhas gerais diz respeito à capacidade masculina de controlar o corpo da mulher, para fins reprodutivos ou sexuais.

Originalmente se refere aos patriarcas do Velho Testamento.

Poder patriarcal/ opressão patriarcal: poder do pai sobre esposas, filhas e filhos

Termo recebe críticas por ser usado de modo muito genérico, pouco historicizado, como se definisse qualquer tipo de dominação masculina.

TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE GÊNERO

- Segundo a historiadora da ciência e bióloga Donna Haraway o conceito de gênero foi utilizado pela primeira vez em 1963 pelo psicanalista americano Robert Stoller.
- Ele utilizou o termo identidade de gênero para distinguir entre natureza e cultura. Desse modo, sexo estaria vinculado à biologia (hormônios, genes, sistema nervoso e morfologia) e gênero estaria relacionado à cultura (incluindo todo o aprendizado vivido desde o nascimento).
- A não correspondência entre sexo e gênero é possível porque a "identidade de gênero" está no plano da cultura, dos hábitos e aprendizados, não deriva dos genitais, que pertencem à natureza.
- Stoller utilizou o termo gênero como o sexo social-cultural, diferentemente de alguns teóricos posteriores, que o tomam como constituído por relações (Scott).

QUESTIONAMENTOS À UNIDADE DA CATEGORIA MULHER

Anos 80:

discordâncias entre

movimentos feministas → destaque para
feministas negras dos EUA e outros feminismos
do “Terceiro Mundo”.



Identities x diferenças → questionamento de identidade comum: categoria
mulher privilegiaria perspectivas e interesses das mulheres brancas de classe
média?

Exemplo: direitos reprodutivos (mulheres brancas x mulheres negras nos EUA)

ALÉM DAS MULHERES

- Para Butler essas pessoas questionam a coerência entre sexo (genitália), gênero (aparência da pessoa como masculina ou feminina) e desejo (supostamente heterossexual).
- Numa sociedade em que as pessoas são percebidas como seres humanos adequados quando articulam uma coerência entre as modalidades de sexo, gênero e desejo, essas pessoas são colocadas no lugar do abjeto, daquilo que quase não é humano.
- As pessoas que não mostram coerência entre sexo, gênero e desejo parecem desordenar o pensamento hegemônico sobre o gênero.



CORPO COMO MATÉRIA

Gênero é um efeito e não uma causa do discurso

Existir o próprio corpo não é exatamente o mesmo que ser o próprio corpo

CORPO COMO MATÉRIA

O Termo materialização condensa a ideia de que o corpo é um processo temporal que se dá repetidamente na linguagem, que é, ela própria, material”.

“um processo de materialização que se estabiliza ao longo do tempo para produzir o e Feito de limite, fixidez e superfície que chamamos de matéria” p. 9)

Uma análise genealógica do sexo desconstruirá o corpo para mostrar o que (e como) suas diferentes partes vieram a significar, e ainda o que (e como) elas podem vir a ressignificar.

GÊNERO ENQUANTO PARÓDIA

o gênero como um desempenho no qual um agente individual age

Para Butler, o "roteiro" do desempenho de gênero é transmitido sem esforço de geração a geração sob a forma de "significados" socialmente estabelecidos

Dada a natureza social dos seres humanos, a maioria das ações são testemunhadas, reproduzidas e internalizadas e, assim, assumem uma qualidade performativa ou teatral. Atualmente, as ações apropriadas para homens e mulheres foram transmitidas para produzir uma atmosfera social que mantém e legitima um binário de gênero aparentemente natural

ela sugere que nosso conceito de gênero é visto como natural ou inato porque o corpo "se torna seu gênero através de uma série de atos que são renovados, revisados e consolidados através do tempo"

GÊNERO ENQUANTO PARÓDIA

“ As práticas de gênero de Divine, nos limites da cultura gay e lésbica, tematizam frequentemente essa ideia de “natural”, em contextos de paródia que destacam por sua vez, a construção performativa de um sexo originário e verdadeiro”.

O cerne do argumento de Butler em Problemas de Gênero é que a coerência das categorias de sexo, gênero e sexualidade - a coerência aparentemente natural, por exemplo, do gênero masculino e do desejo heterossexual em corpos masculinos - é culturalmente construída através da repetição de estilos estilizados de sujeito no tempo. Estes atos corporais estilizados, em sua repetição, estabelecem a aparência de um gênero essencial, ontológico e de "núcleo".

PERFORMATIVIDADE E QUEER

Uma categoria de identidade é o resultado de certas exclusões e ocultações e, portanto, um local de regulação.

Butler também reconhece que identidades categorizadas são importantes para a ação política nos tempos atuais. Uma idéia importante neste trabalho é também que a identidade se forma através da repetição de atos ou imitação e não devido a uma certa identidade original que existe antes da repetição. A imitação dá a ilusão de continuidade para produzir identidades

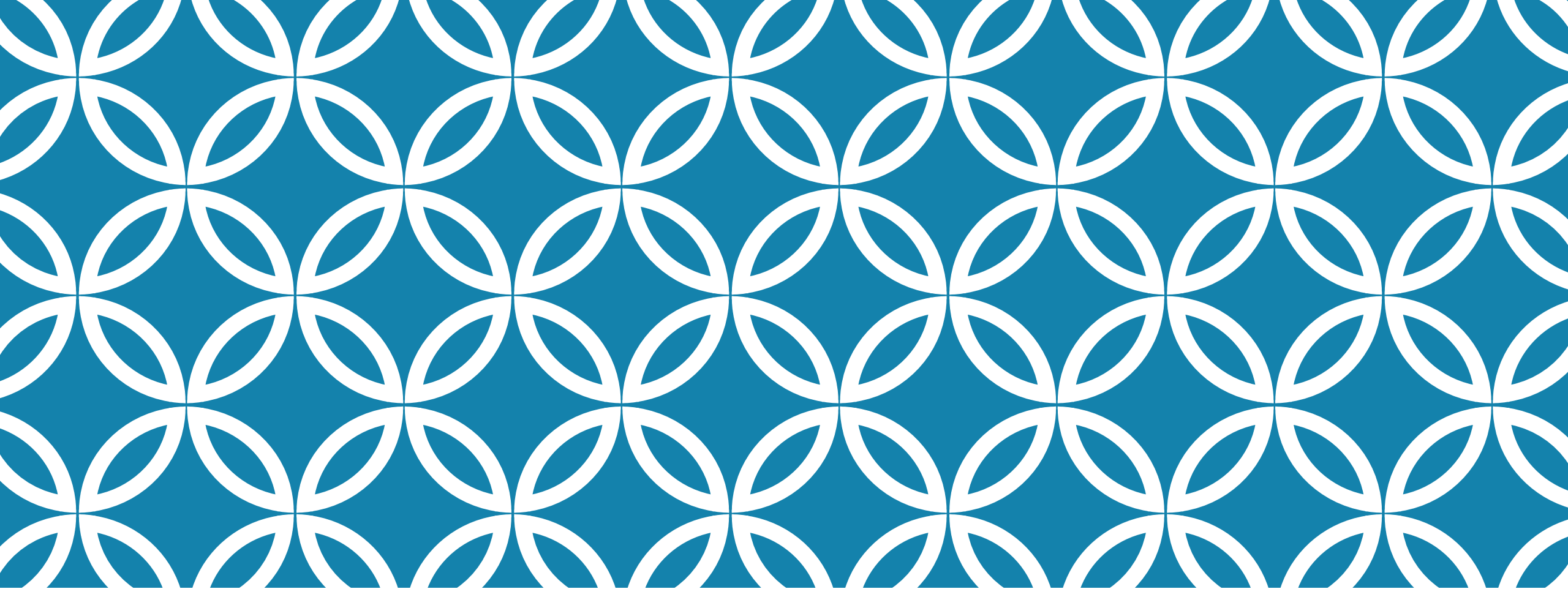
Performatividade como Iterabilidade (Derrida e citacionismo)

PERFORMATIVIDADE E ITERABILIDADE

A performatividade não pode ser compreendida fora de um processo de iterabilidade, uma regularização e restrição de normas. E essa repetição não é realizada por um sujeito;

A **repetição é o que permite um sujeito** e constitui a condição temporal para o sujeito.

Esta iterabilidade implica que o "desempenho" não é um "ato" ou evento singular, mas uma produção ritualizada, um ritual reiterado sob e por meio de restrições, sob e através da força da proibição e do tabu, com a ameaça do ostracismo e até mesmo da morte controlando e compelindo a forma da produção, mas não, determinando-a totalmente ou antecipadamente



Judith Butler:
Relatar a si mesmo:
crítica da violência ética

Judith Butler

Filósofa nascida em 24/02/1956 em Cleveland, Ohio, numa família de ascendência judaica e de origem russa e húngara,

a maior parte da família de sua avó materna pereceu no Holocausto

Aos 14 anos começou a frequentar aulas de ética como castigo da escola hebraica em que estudava por ser "muito falante na aula"

Desde 1993 é professora na

Universidade de Berkley – California (EUA)

É responsável pela Cátedra Hannah Arendt



2015: *Notes Toward a Performative Theory of Assembly* (no prelo, lançamento previsto para Novembro)

2015: *Senses of the Subject*

2013: *Dispossession: the performative in the political* (com [Athena Athanasiou](#))

2012: *Parting Ways: Jewishness and the Critique of Zionism*

([Caminhos Divergentes: Judaicidade e crítica do sionismo](#))

2009: *Frames of War: When Is Life Grievable?*

([Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?](#))

2007: *Who Sings the Nation-State?: Language, Politics, Belonging* (com [Gayatri Spivak](#))

2005: *Giving An Account of Oneself*

([Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética](#))

2004: *Undoing Gender*

2004: *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence*

2003: *Women and Social Transformation* (com [Elisabeth Beck-Gernsheim](#) e [Lidia Puigvert](#))

2000: *Contingency, Hegemony, Universality | Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left* (com [Ernesto Laclau](#) e [Slavoj Žižek](#))

2000: *Antigone's Claim: Kinship Between Life and Death*

([O clamor de antígona: parentesco entre a vida e a morte](#))

1997: *The Psychic Life of Power: Theories in Subjection*

1997: *Excitable Speech: A Politics of the Performative*

1993: *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"*

1990: *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*

([Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade](#))

1987: *Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France*

METODOLOGIA E PROBLEMA GERAL DE PESQUISA

Metodologia: Trata-se de entender os mecanismos pelos quais o que é considerado um problema social ganha *status* de problema

(Isso permite a Butler transitar sua análise ampliando seus objetos empíricos, que se estendem desde pessoas *queers*, palestinas apátridas ou mesmo os prisioneiros de Guantánomo)

Problema geral: (construcionismo social)

Pensar uma teoria da ação cujo o efeito são sujeitos reflexivos

Para Butler subjetividade se baseia numa noção de materialidade

- Papel da Linguagem na produção de uma facticidade enquanto realidade dada
- Descartes, Husserl e Sartre = distinção ontológica entre alma(consciência e mente) e corpo
- linguagem = situação e acontecimento histórico
- noção de materialidade = crítica a metafísica da substância

A matéria é um processo em curso, materializar-se é investir-se de poder

A matéria [é sempre materializada:

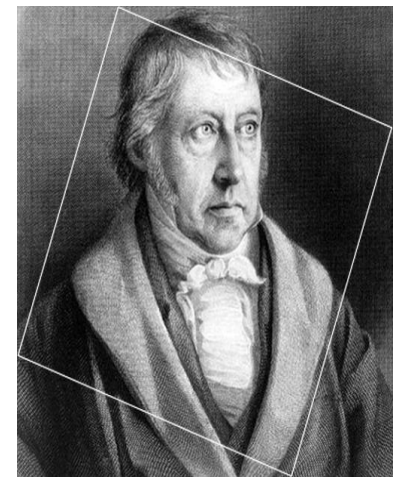
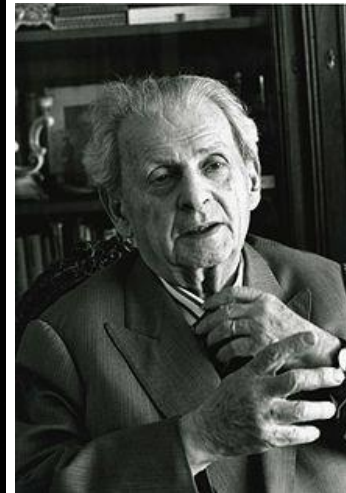
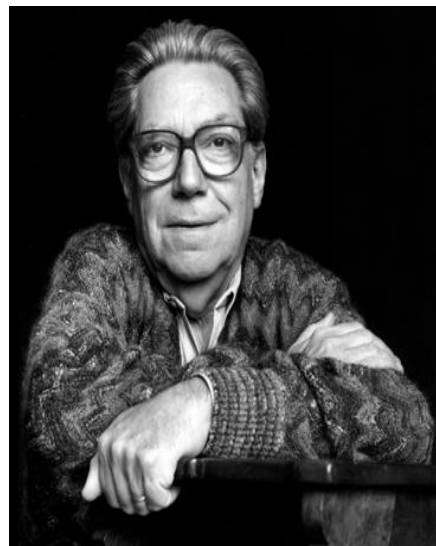
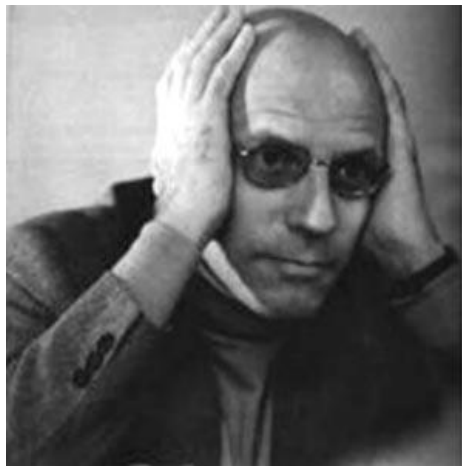
Para tanto é preciso pensar uma teoria da ação que produz materialidades

“ Todo o esforço de se referir a materialidade se dá através de um processo significante que, na sua fenomenalidade, é desde sempre material. Nesse sentido, então, linguagem e materialidade não se opõem,, pois a linguagem tanto é quanto se refere àquilo que é material, e o que é material nunca escapa do processo pelo qual é significado”

RELATAR A SI MESMO

Pensa a produção dos sujeitos a partir do ato do reconhecimento

A partir de um diálogo com Adorno, Foucault, Laplanche, Lévinas, Nietzsche e Hegel, é possível pensar que a exigência de relatar a si mesmo diz respeito a compreender ao mesmo tempo a formação do sujeito e sua relação com a **responsabilidade** (sujeito reflexivo = sujeito ético)



* Tese de doutoramento: (1984)

Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France

Conceito hegeliano de desejo



*O Desejo (*Begierde*) surge no livro IV da *Fenomenologia do Espírito* (*Phänomenologie des Geistes*) como um dos momentos essenciais do desenvolvimento da consciência de si (*Selbstbewusstsein*) na formação do homem.

“Em certo sentido, todos os meus trabalhos permanecem no interior da órbita de um certo conjunto de questões hegelianas: o que é a relação entre desejo e reconhecimento e como a constituição do sujeito implica numa relação radical e constitutiva à alteridade? (Butler, 1987:7)”

DESEJO EM HEGEL

Seria aquilo que fratura um eu metafisicamente integrado (...) um modo interrogativo de ser, um questionamento corporal de identidade e lugar

Uma fratura ontológica que faz do que meu ser o espaço de um questionamento contínuo a respeito do lugar que ocupo e da identidade que me define

(Safatle, 2012)

O sujeito se constitui pelo exercício da interpelação;

Sujeito é = Trata-se de uma entidade relacional para a qual, há uma relação radical e constitutiva à alteridade

“o desejo é a operação de autoposição da consciência: através do desejo a consciência procura se intuir no objeto, tomar a si mesma como objeto”

DESEJO E DESPOSSESSÃO

O desejo funda a concepção de alteridade:

* Em Hegel, o que a consciência procura no Outro não é a reiteração de um sistema de interesses e necessidades, ela procura o reconhecimento da natureza negativa (falta);

Portanto, implica em encontrar no Outro a opacidade da infinitude que me constitui ao mesmo tempo que me escapa e a respeito da qual só posso voltar a ter alguma experiência à condição de me aceitar ser despossuído.

GÊNERO E DESPOSSESSÃO

Em Butler:

A teoria de gênero não será apenas uma teoria da produção de identidades.

Ela será uma astuta teoria de como, através da experiência de algo no interior da experiência sexual que não se submete integralmente às normas de identidades,

Ter um gênero é um modo de ser despossuído, daquilo que me desfaz a partir da relação com o Outro

DIALÉTICA DO RECONHECIMENTO

Ato de reconhecer:

“O reconhecimento se torna o processo pelo qual eu me torno outro diferente do que eu fui e assim deixo de ser capaz de retornar ao que eu era. (...) o eu é transformado pelo ato do reconhecimento (...) o ato altera a organização do passado e seu significado ao mesmo tempo que transforma o presente de quem é reconhecido (...) o encontro com o outro realiza uma transformação de si mesmo na qual não há retorno” (Butler, 2015:41)

VIOLÊNCIA ÉTICA

Caráter histórico mutável da investigação moral

O contexto não é externo ao problema: ele condiciona a forma que o problema vai assumir. As questões que caracterizam a investigação moral são formuladas ou estilizadas pelas condições históricas que as suscitam (p. 16)

Quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse “si mesmo” já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidade de narração (p. 18)

O “eu” não tem história própria que não seja a história de uma relação

O ATO DA INTERPELAÇÃO

Genealogia da Moral: o ato do castigo como criação de uma memória

“ Ao perguntarmos se somos os causadores do sofrimento, um autoridade estabelecida nos pede não apenas para admitir a existência de uma ligação entre nossas ações e o sofrimento resultante, mas também para assumir a responsabilidade por essas ações e seus efeitos (p.21)

Relatamos a nós mesmos porque somos interpelados...

Nietzsche acertou muito bem quando disse que só começamos a contar uma história de nós mesmos frente a um “tu” que nos pede que o façamos

RELATAR E CONTAR UMA HISTÓRIA

A diferença entre relatar a si e contar uma história ...

O ato de relatar a si mesmo adquire uma forma narrativa, que não apenas depende da capacidade de transmitir eventos, mas também recorre a uma autoridade narrativa, cujo objetivo é persuadir o público

Em Nietzsche, a cena da interpelação provocada por um sistema de punição é que vai constituir o sujeito reflexivo

NIETZSCHE *VERSUS* FOUCAULT

A explicação nietzschiana de castigo foi fundamental para Foucault explicar sobre o poder disciplinar na prisão

Porém, diferente de Nietzsche para quem a moral surge como resposta aterrorizante ao castigo, em Foucault investe na ideia de “má consciência como um meio para a criação de uma ética e de valores”.

Foucault o que se produz são códigos de conduta, e não códigos de castigo

Modos de subjetivação:

Não há criação de si fora de um modo de subjetivação (p. 30)

SUJEITOS FOUCAULTIANOS

A constituição de si, ou os termos que possibilitam o reconhecimento de si são dados por um regime de verdade

Regimes e verdade e modos de engendramento de si

“o próprio ser do si-mesmo é dependente não só da existência do outro em sua singularidade, mas também da dimensão social da normatividade que governa a cena de reconhecimento”

CONDIÇÃO CORPORAL DO RELATO NARRATIVO

1. Exposição

A exposição, como a operação da norma, constitui as condições do meu próprio surgimento como ser reflexivo, um ser dotado de memória, um ser de quem se poderia dizer que tem uma história para contar (p. 55)

2. Relações primárias

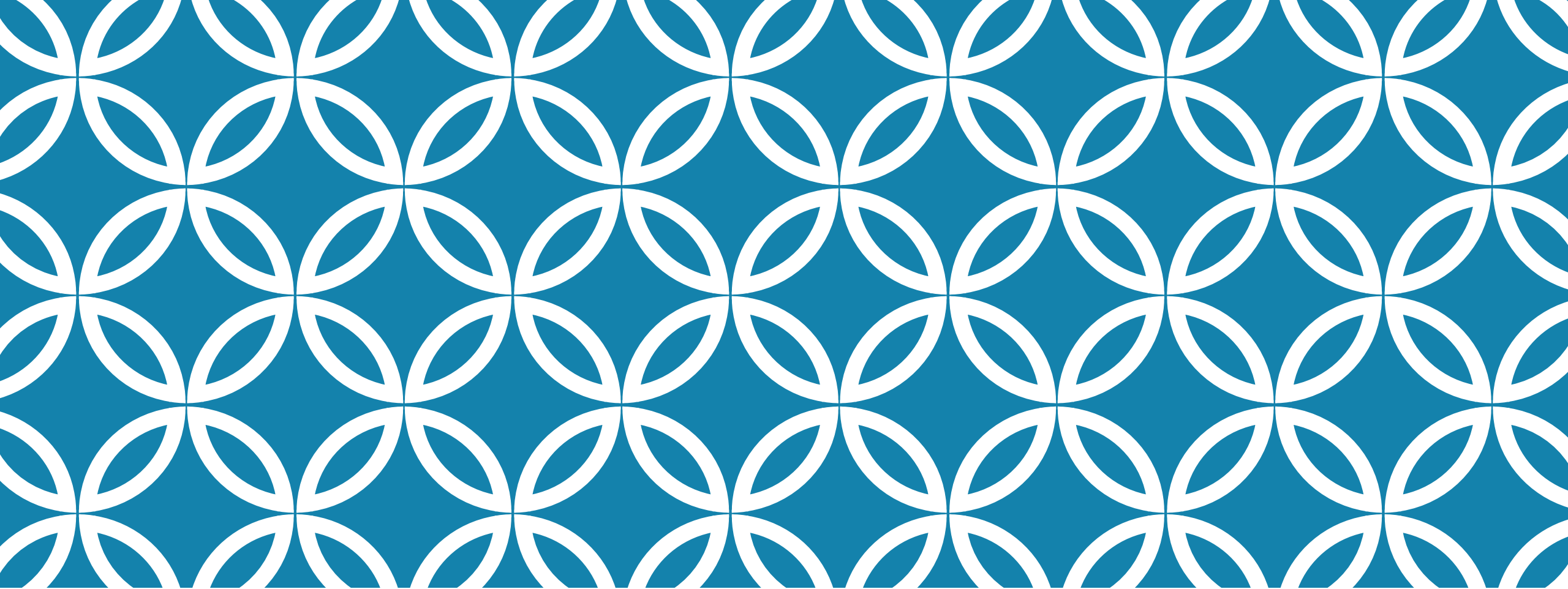
Irrecuperáveis que formam impressões duradouras da minha história de vida

3. História que estabeleça opacidade parcial comigo mesma

Densidade como sujeito singular

4. Normas

Que fazem de mim substituível no momento que conta da minha singularidade



Judith Butler:
Relatar a si mesmo:
crítica da violência ética



Para Butler subjetividade se baseia numa noção de materialidade

- Papel da Linguagem na produção de uma facticidade enquanto realidade dada
- Descartes, Husserl e Sartre = distinção ontológica entre alma(consciência e mente) e corpo
- linguagem = situação e acontecimento histórico
- noção de materialidade = crítica a metafísica da substância

A matéria é um processo em curso, materializar-se é investir-se de poder

A matéria [é sempre materializada:

Para tanto é preciso pensar uma teoria da ação que produz materialidades

“ Todo o esforço de se referir a materialidade se dá através de um processo significante que, na sua fenomenalidade, é desde sempre material. Nesse sentido, então, linguagem e materialidade não se opõem,, pois a linguagem tanto é quanto se refere àquilo que é material, e o que é material nunca escapa do processo pelo qual é significado”

AÇÃO : ENTRE ARENDT E BUTLER

Arendt	Butler
artefato	Materialidade
Ser e aparecer (não há essência)	Fazer e aparecer (não há essência)
A ação é a forma por meio do qual os sujeitos aparecem no mundo	A ação é a forma por meio do qual os sujeitos são
Não se age sozinho	Não se age sozinho
Práxis/ logos	Agir/ falar
O que sobra das ações são histórias/ narrativas	Toda ação produz materialidades que permanecem durante um tempo e se configuram como espaço
É pela ação que revelamos quem nós somos	Pela ação constituímos quem nós somos
Quem? O que?	Como? Quando? Quem?
Singularidades	Aliança
Comportamento não é ação	Tudo é ação
Ação é imprevisível	Ação é imprevisível

Teoria dos Atos de fala

enunciado performativo (*performative utterance*)

conceito desenvolvido pelo filósofo britânico J. L. Austin



para descrever determinada forma dos atos da fala ou da linguagem. Os atos da fala, segundo ele, podem se realizar de duas formas:

1) como ação **constativa**: constatação, relatos ou descrições ou

2) como ação **performativa** (*performative utterance*)

ordens, pedidos, advertências, ofensas, promessas, garantias, perguntas, apostas, vetos..., os quais implicam a realização de uma ação.

DO ATO PERFORMATIVO A PERFORMATIVIDADE

Para Butler, o significado da ação não se dá no tempo exclusivo de sua enunciação, mas é a “condensação” dos significados passados, dos significados presentes e até mesmo de significados futuros e imprevisíveis

* Um enunciado sempre pode “exceder o momento que ocasiona” (*Excitable Speech*, 1998, p. 14)

“Na mesma medida em que os falantes são formados pela linguagem, eles também a formam.”

“não existe um ‘ser’ por trás do fazer, do atuar, do devir; o agente é uma ficção acrescentada a ação – a ação é tudo” (*Excitable Speech*, 1998, p. 36)

AO PENSAR AÇÃO COMO PERFORMATIVIDADE

Fala excitável: toda ação (fala) é ex citada na situação (cena)

A linguagem é uma cadeia citacional que precede e excede os sujeitos falantes

Citacional ou Citacionalidade: Jacques Derrida

a performatividade deve ser compreendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional [3] pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia

Em Problemas de Gênero: não há nenhuma identidade de gênero por trás das expressões de gênero; a identidade é performatividade constituída pelas próprias expressões e supostamente são seus resultados (Problemas de gênero, 1990, p. 25)

FALA EX CITAVEL

Butler focaliza o conceito de linguagem performativa (de Austin), a eficácia da interpelação (de Althusser) e a lógica que move os que dirigem ofensas verbais a grupos ou pessoas sem ser agentes soberanos do que dizem.

“não há nenhum falante-do-ódio por trás das expressões do discurso de ódio; a identidade do falante-do-ódio é performativamente constituída pelas próprias ‘expressões’ que supostamente são seus resultados”

RELATAR A SI MESMO E A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE

“o eu não tem história própria que não seja também a história de uma relação”
(Re465latar a si mesmo, p. 18)

Moral – Ética “as questões que caracterizam a investigação moral são formuladas ou estilizadas pelas condições históricas que as suscitam”

“Temos que perguntar, no entanto, se o “eu” que deve se apropriar das normas morais de uma maneira vital não é, por sua vez, condicionado por essas mesmas normas que estabelecem a viabilidade do sujeito”

RECONHECIMENTO COMO RESPOSTA ÉTICA

“ a possibilidade de uma resposta ética ao sujeito (...) já existe não só um quadro epistemológico dentro do qual o sujeito aparece, mas também uma operação de poder (...) Afinal, sobre quais condições alguns indivíduos adquirem um rosto legível e visível e outros não?” (p. 42)

A pergunta mais central para o reconhecimento é direta e voltada para o outro:

-quem és tu?

“ A ação e o discurso são tão intimamente relacionados porque o ato primordial e especificamente humano deve conter, ao mesmo tempo, a resposta à pergunta que se faz a todo recém chegado: quem és tu” (Arendt apud Butler, p.45)

RESPOSTA ÉTICA E SUJEITO

É a ação (narrativa) que constitui o ser

da ação

DIALÉTICA DO RECONHECIMENTO

Ato de reconhecer:

“O reconhecimento se torna o processo pelo qual eu me torno outro diferente do que eu fui e assim deixo de ser capaz de retornar ao que eu era. (...) o eu é transformado pelo ato do reconhecimento (...) o ato altera a organização do passado e seu significado ao mesmo tempo que transforma o presente de quem é reconhecido (...) o encontro com o outro realiza uma transformação de si mesmo na qual não há retorno” (Butler, 2015:41)

VIOLÊNCIA ÉTICA

Caráter histórico mutável da investigação moral

O contexto não é externo ao problema: ele condiciona a forma que o problema vai assumir. As questões que caracterizam a investigação moral são formuladas ou estilizadas pelas condições históricas que as suscitam (p. 16)

Quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse “si mesmo” já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidade de narração (p. 18)

O “eu” não tem história própria que não seja a história de uma relação

O ATO DA INTERPELAÇÃO

Genealogia da Moral: o ato do castigo como criação de uma memória

“ Ao perguntarmos se somos os causadores do sofrimento, um autoridade estabelecida nos pede não apenas para admitir a existência de uma ligação entre nossas ações e o sofrimento resultante, mas também para assumir a responsabilidade por essas ações e seus efeitos (p.21)

Relatamos a nós mesmos porque somos interpelados...

Nietzsche acertou muito bem quando disse que só começamos a contar uma história de nós mesmos frente a um “tu” que nos pede que o façamos

AÇÃO DE RELATAR E CONTAR UMA HISTÓRIA

A diferença entre relatar a si e contar uma história ...

O ato de relatar a si mesmo adquire uma forma narrativa, que não apenas depende da capacidade de transmitir eventos, mas também recorre a uma autoridade narrativa, cujo objetivo é persuadir o público

Em Nietzsche, a cena da interpelação provocada por um sistema de punição é que vai constituir o sujeito reflexivo

NIETZSCHE *VERSUS* FOUCAULT

A explicação nietzschiana de castigo foi fundamental para Foucault explicar sobre o poder disciplinar na prisão

Porém, diferente de Nietzsche para quem a moral surge como resposta aterrorizante ao castigo, em Foucault investe na ideia de “má consciência como um meio para a criação de uma ética e de valores”.

Foucault o que se produz são códigos de conduta, e não códigos de castigo

Modos de subjetivação:

Não há criação de si fora de um modo de subjetivação (p. 30)

SUJEITOS FOUCAULTIANOS

A constituição de si, ou os termos que possibilitam o reconhecimento de si são dados por um regime de verdade

Regimes e verdade e modos de engendramento de si

“o próprio ser do si-mesmo é dependente não só da existência do outro em sua singularidade, mas também da dimensão social da normatividade que governa a cena de reconhecimento”

CONDIÇÃO CORPORAL DO RELATO NARRATIVO

1. Exposição

A exposição, como a operação da norma, constitui as condições do meu próprio surgimento como ser reflexivo, um ser dotado de memória, um ser de quem se poderia dizer que tem uma história para contar (p. 55)

2. Relações primárias

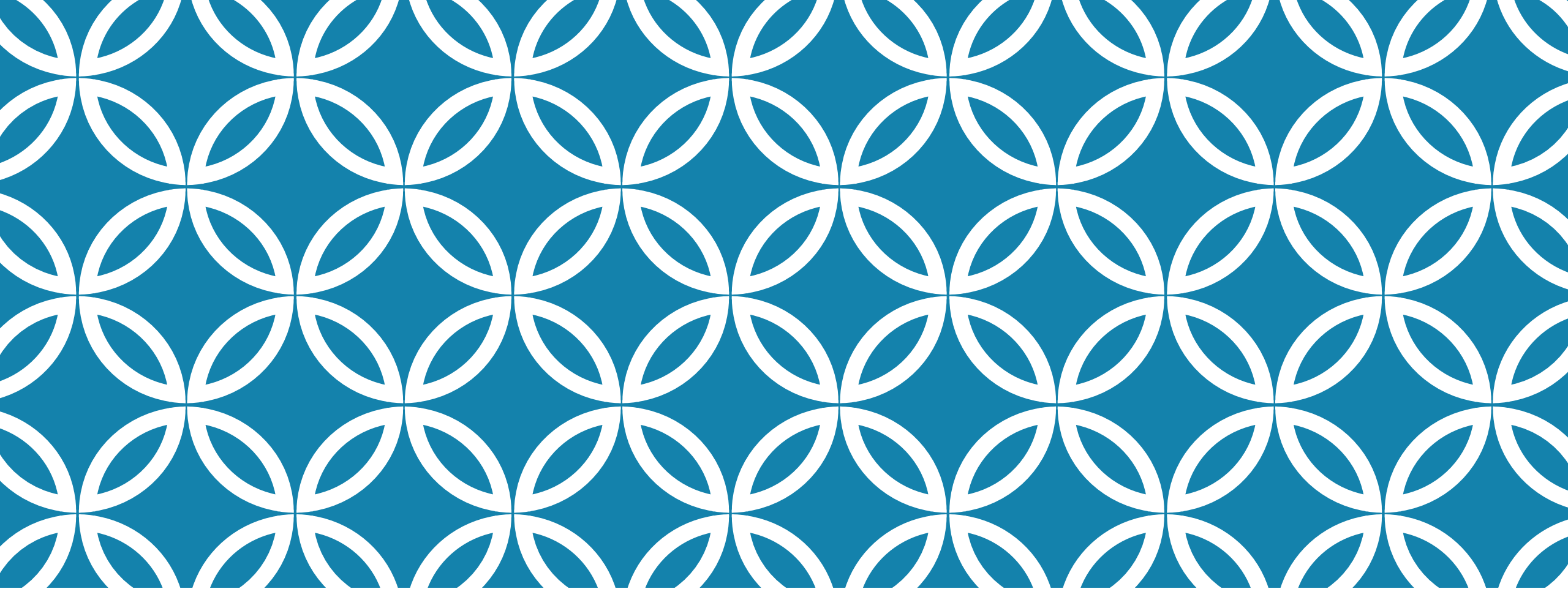
Irrecuperáveis que formam impressões duradouras da minha história de vida

3. História que estabeleça opacidade parcial comigo mesma

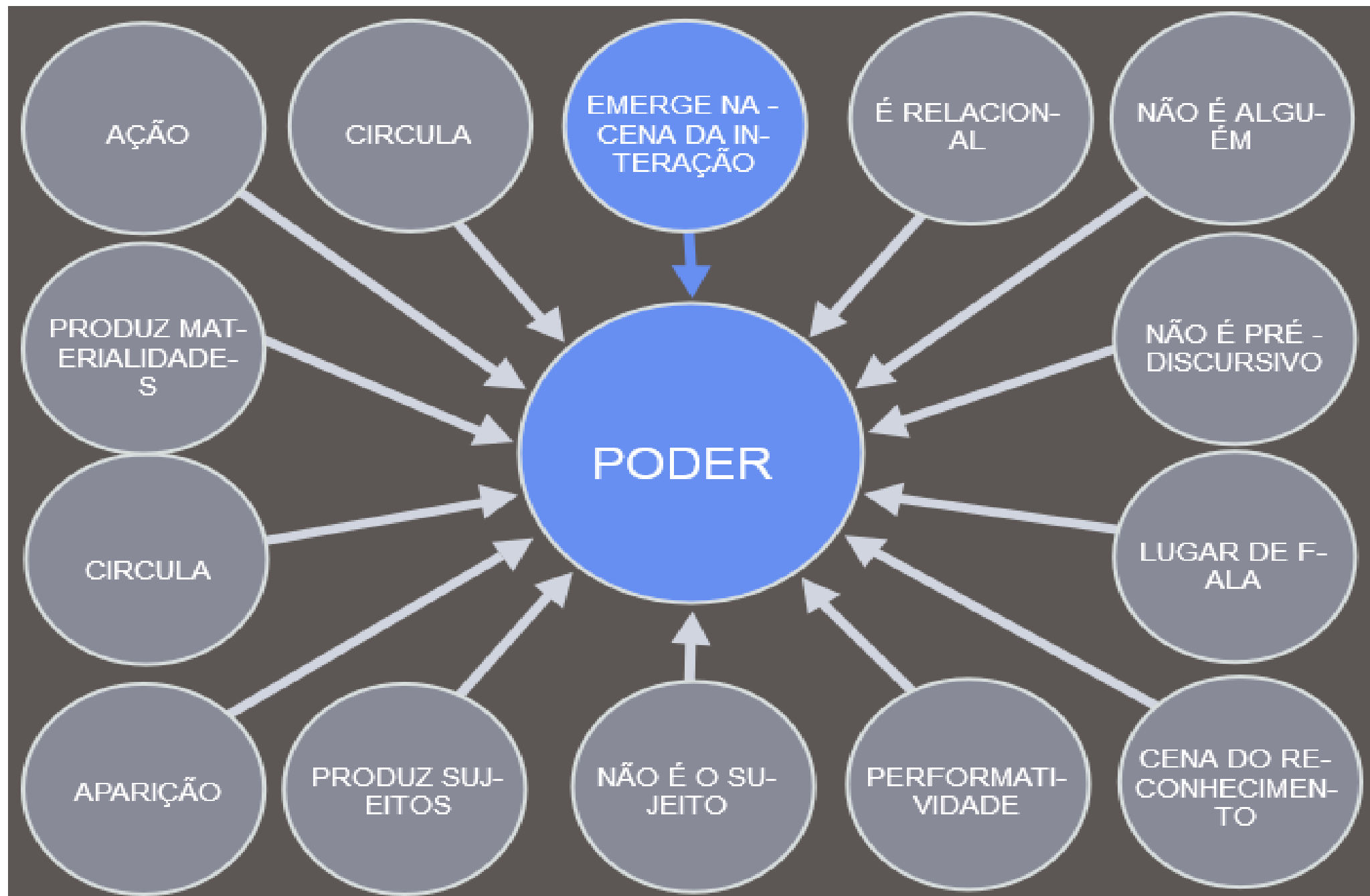
Densidade como sujeito singular

4. Normas

Que fazem de mim substituível no momento que conta da minha singularidade



Judith Butler:
Vidas
Precárias



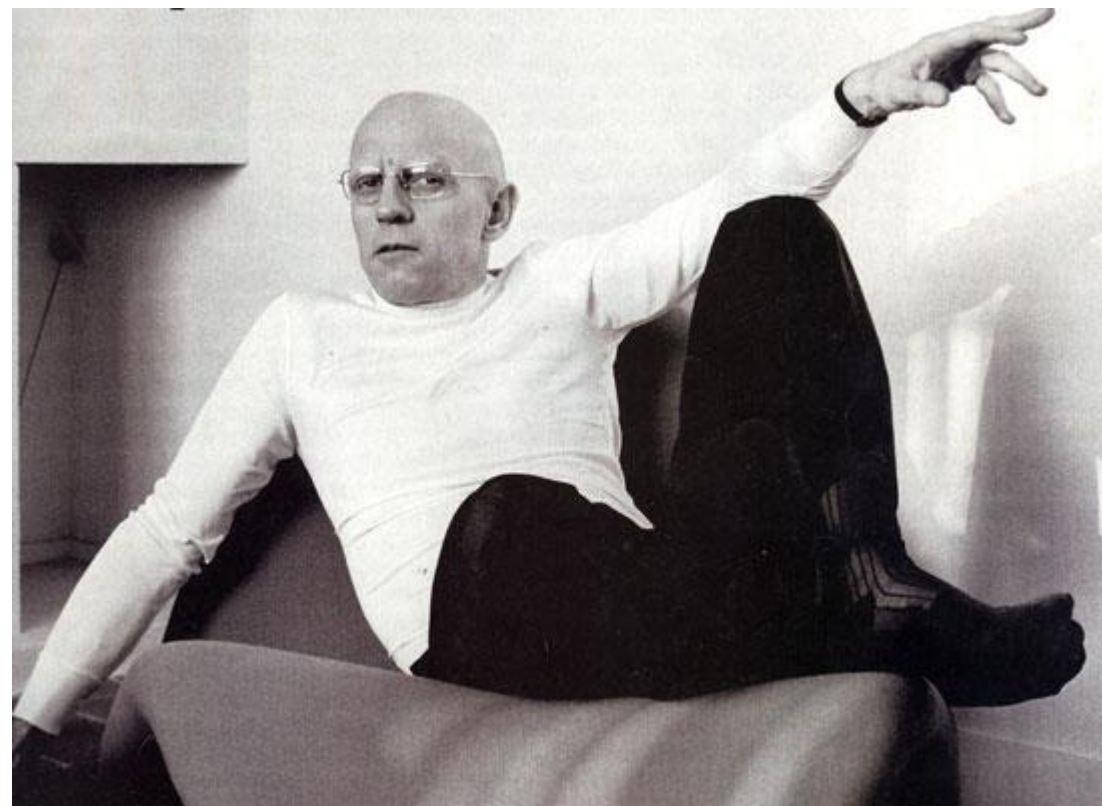
O BIPODER EM FOUCAULT

Se aplica na vida da população

Dispositivos: regulamentação, biopolítica

Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra (Em defesa da Sociedade 1999: 302).

QUAL A DIFERENÇA ENTRE POPULAÇÃO PRECÁRIA (BUTLER) E POPULAÇÃO (FOUCAULT)?



ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Metodologia de análise:

Enquadramento/ quadro: pensar uma moldura que restringem e ao mesmo tempo configuram o olhar

Foco nos modos culturais de regular as disposições afetivas e éticas por meio de um enquadramento seletivo e diferenciado de violência

“Não há vida nem morte sem relação com um determinado enquadramento”

“questionar a moldura significa mostrar que ela nunca conteve de fato a cena que se propunha ilustrar” (QG, p. 24)

QUAL É O ESTATUTO DA VIDA NA OBRA DE BUTLER?

“Há sujeitos que não são necessariamente reconhecidos como sujeitos e há vidas que dificilmente, - ou melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (QG, p. 17)

“o fato de ser passível de luto é uma condição do surgimento e da manutenção de uma vida” (p. 33)

“a vida cuja perda é passível de luto, o que significa que esta será uma vida que poderá ser considerada vida, e será preservada em virtude dessa consideração. Sem a condição de ser enlutada, não há vida”.

OBJETIVO

“Minha contribuição pessoal , contudo, não é para a genealogia dos conceitos de vida e morte, mas para pensar a precariedade como algo ao mesmo tempo pressuposto e orientado por esse discurso” (p. 36)

Vida precária: condição de estar condicionado (p. 43)

“Esses enquadramentos são atuantes em situações de prisão e tortura, mas também nas políticas de imigração, de acordo com as quais determinadas vidas são percebidas como vidas, ao passo que outras, embora aparentemente estejam vivas, não conseguem assumir uma forma percebível como tal.” (p. 44)

VIDAS PRECÁRIAS

* Neste ensaio, Judith Butler reflete sobre o que nos vincula eticamente à alteridade, ao *Outro* compreendido como as pessoas marcadas por vidas precárias.

Na argumentação de Butler, a representação da alteridade constitui-se em um meio de humanização/des-humanização, de reconhecimento do vínculo ético-moral com o *Outro* ou de justificativa para sua eliminação.

O CONCEITO DE PRECARIEDADE

Segundo Judith Butler, a precariedade traduz uma condição politicamente construída através da qual determinadas populações são assimetricamente expostas a contextos de violência, perigo, enfermidade, migração forçada, pobreza ou morte (BUTLER, 2009, p. 25)

É constituído por dois elementos fundamentais:

1. O primeiro elemento é a relacionalidade

A precariedade é uma condição relacional

2. O segundo elemento é a finitude

pois o que se pretende realçar é a medida pela qual o ser humano é absolutamente substituível

a **precariedade** deve ser entendida, não segundo uma ontologia individual, mas segundo uma ontologia social que possa revelar a importância da interdependência e da intersubjetividade na produção da vida precária (BUTLER, 2009)

Biopolítica e poder sobre a vida

o valor concedido à vida de determinadas populações encontra-se condicionado à natureza da articulação entre o poder e o conhecimento e à forma como tal articulação se traduz ao nível do discurso político

A precariedade emerge de uma condição de **vulnerabilidade** que se produz no cerne de uma conjuntura política

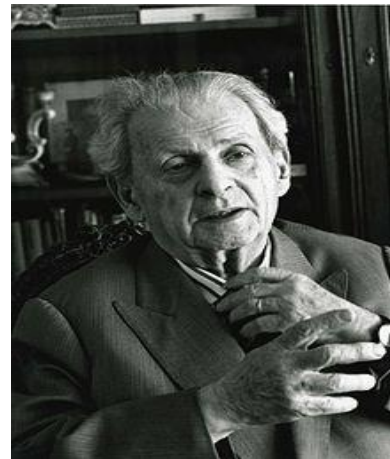
RECONHECIMENTO E ÉTICA DA VIOLÊNCIA

Estrutura do discurso e reconhecimento de si

“A estrutura do **discurso** é importante para a compreensão de como a **autoridade moral** é introduzida e sustentada se concordarmos com o fato de que o discurso está presente não apenas quando nos reportamos ao Outro, mas que, de alguma forma, **passamos a existir no momento em que o discurso nos alcança**, e que algo de nossa existência se torna **precária** quando esse discurso **falha** em nos convencer.”

PENSAR NA RELAÇÃO QUE EXISTE ENTRE MODOS DE DISCURSO E AUTORIDADE MORAL

noção de “rosto” – Immanuel Levinas



“A abordagem do **rosto** é o mais básico **modo de responsabilidade**...

O rosto não está de frente pra mim (en face de moi), mas acima de mim. É o outro diante da morte, olhando através dela e a expondo. Segundo, o rosto é o outro que me pede para que não o deixe morrer só, como se o deixar seria se tornar cúmplice de sua morte. Portanto, o rosto diz a mim: não matarás.

“rosto” opera como uma catacrese

(algo que é usado com tanta frequência que não é mais visto como metáfora)

ROSTO

“o **rost**o do outro em sua precariedade e condição de indefeso é, para mim, ao mesmo tempo, a tentação de matar e um chamado à paz, o ‘**nã**o matarás”

Exodo: a História de Moisés “ não matarás”

Assim:



o rosto pronuncia várias elocuições ao mesmo tempo: ele enuncia uma agonia, uma insegurança, ao mesmo tempo em que indica uma proibição divina do homicídio

ÉTICA DA VIOLÊNCIA

Se o primeiro impulso em relação à vulnerabilidade do outro é o desejo de matar, a injunção ética que dele decorre é precisamente militar contra esse primeiro impulso

Levinas explica que “rosto e discurso estão amarrados... e é nisso que se torna possível e que começa todo discurso”

Se o Outro for anulado, também o será a linguagem, uma vez que esta não pode sobreviver fora da condição do discurso

Poderia se dizer, então, que a inabilidade em matar seja a situação do discurso?

SITUAÇÃO DO DISCURSO

Para Levinas, a **situação do discurso** consiste no fato de que a linguagem chega como um endereçamento que não desejamos e pelo qual somos, num sentido original, capturados, para não dizer – segundo os termos do próprio Levinas – feito cativos.

Levinas deixou claro que o rosto não é exclusivamente um rosto humano e, mesmo assim, é uma condição para a humanização

Talvez tenhamos que pensar sobre as diferentes maneiras em que a violência pode acontecer: uma é precisamente por meio da produção do rosto,

ROSTOS E A POLÍTICA DA DES-HUMANIZAÇÃO



A DESIDENTIFICAÇÃO É PRÁTICA COMUM NA PRODUÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO

O rosto que está lá, no entanto, aquele cujo significado é retratado como a forma do mal, é precisamente aquele que não é humano, não no sentido levinasiano. O “eu” que vê o rosto não se identifica com ele: o rosto representa algo com o que nenhuma identificação é possível, uma realização da desumanização e uma condição para a violência

Nenhuma compreensão da relação entre imagem e humanização pode ocorrer sem uma consideração das condições e significados dos processos de **identificação** e **desidentificação**.

CIRCULAÇÃO DE ROSTOS E HUMANIZAÇÃO DA GUERRA



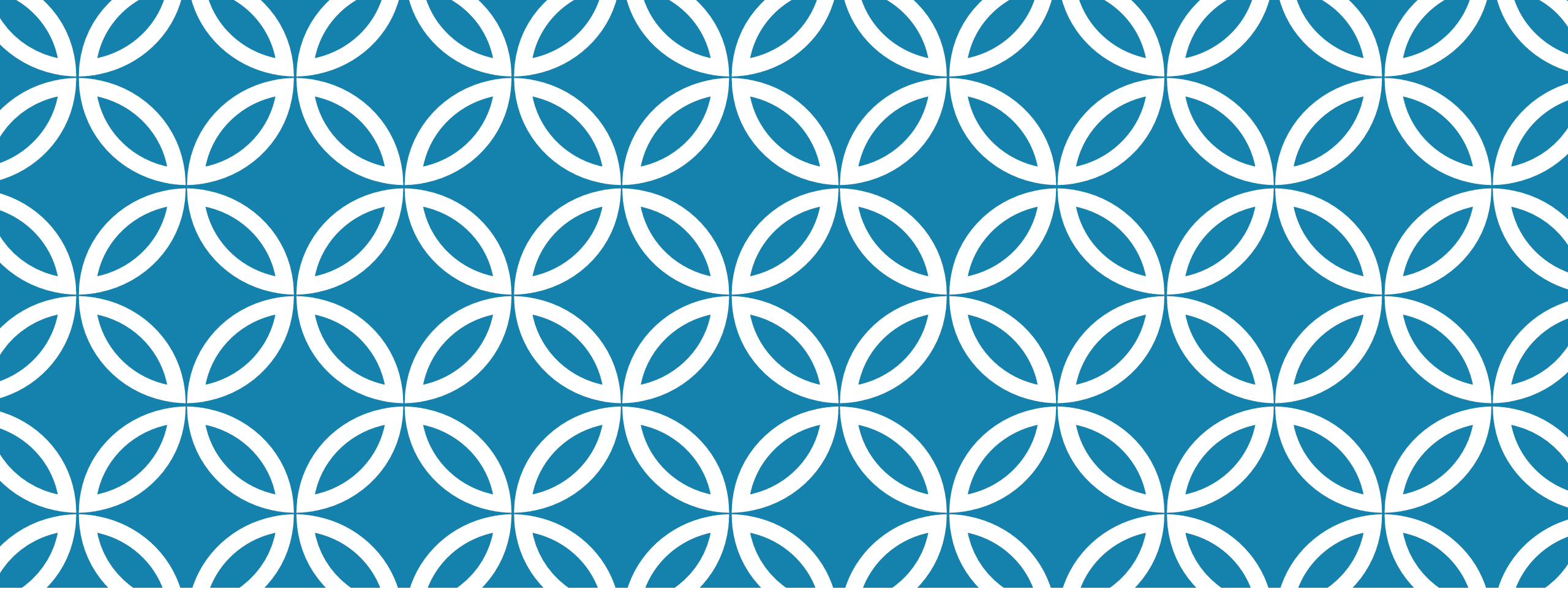
Similarmente, embora possamos querer celebrar os rostos recém-descobertos das jovens mulheres afegãs como uma celebração do humano, temos que perguntar para qual função narrativa essas imagens são mobilizadas, se a incursão no Afeganistão foi realmente feita em defesa do feminismo, e em que forma de feminismo ela, mais tarde, se fantasiou. Ainda mais importante, parece que devemos perguntar quais cenas de dor e lamento essas imagens cobrem e desfazem



ESFERA PÚBLICA E DOMÍNIO DA APARIÇÃO

A tarefa às mãos é estabelecer **modos públicos** de **ver** e **ouvir** que possam responder ao clamor do humano no interior da esfera da aparência, uma esfera na qual os rastros do clamor se tornaram hiperbolicamente inflados ou totalmente obliterados a fim de racionalizar um nacionalismo glutão, onde ambas as alternativas se revelam a mesma.

Eles não mostram violência, mas há uma violência na moldura do que é mostrado. Esta **violência é o mecanismo por meio do qual certas vidas e certas mortes permanecem não representadas ou são representadas de maneiras que efetivam sua captura** (mais uma vez) pelo esforço de guerra



Judith Butler:
Corpos em aliança e a política das ruas

VIDA PRECÁRIA E ÉTICA DA CONVIVÊNCIA

Entre a filosofia da ética e a filosofia política

tanto Arendt quanto Levinas contestam a concepção liberal clássica de individualismo, ou seja, a ideia de que os indivíduos concordam conscientemente com certos contratos, resultando daí a obrigação de terem entrado de maneira deliberada e voluntária com o outro

Butler, diz que Arendt, ao falar de Eichmann dizia que ele achava que podia escolher quais populações deveriam viver e morrer, e nesse sentido pensava que poderia escolher com quem conviver na terra. O que ele não entendia, de acordo com Arendt, é que ninguém goza da prerrogativa de escolher com quem conviver na terra.

podemos escolher de certa maneira como e onde viver mas estamos impedidos de decidir qual porção da humanidade deve viver e qual porção deve morrer

qualquer escolha sobre quem pode ou não pode viver é invariavelmente uma prática genocida (p. 123)

Na visão de Arendt, Eichmann já teria destruído a si mesmo ao deixar de perceber que sua própria vida estaria ligada a vida daqueles que distribui a vida individual não faz sentido, não tem realidade fora de um enquadramento social e político no qual todas as vidas são igualmente valorizadas

Eichmann e seus superiores falharam em perceber que a heterogeneidade da população na terra é uma condição irreversível da vida política e social

aqueles com os quais convivemos na terra nos são dados, algo que é precedente a qualquer escolha e quaisquer contratos sociais e políticos nos quais possamos entrar com nossa deliberação e vontade

No caso de Eichmann, o esforço para escolher com quem conviver na terra era um esforço explícito para aniquilar uma determinada parte da população, judeus, ciganos, homossexuais, comunistas, pessoas com deficiência e doentes, entre outros -, e, assim, o exercício de liberdade que ele insistia era o genocídio. Essa escolha não apenas é um ataque à convivência como uma precondição da vida política

que nos compromete com a seguinte proposição:

devemos conceber instituições e políticas que preservem e afirmem, de maneira ativa, o caráter compulsório de uma convivência plural e ilimitada

ÉTICA DA COABITAÇÃO

Pensar uma política de alianças que se baseia e requer, uma ética da coabitação

A ação humana é sempre uma ação apoiada

1) porque se dá numa relação

2) porque requer um espaço (produz seu próprio espaço de ação)

“ a ação tem a capacidade de criar uma localização” (p. 83)

“espaço e localização são criados pela ação plural”

“Hannah Arendt certamente tinha tanto a polis grega clássica quanto o fórum romano em mente quando afirmou que toda ação política requer um “espaço de aparecimento”

CORPOS EM ALIANÇA E A POLÍTICA DAS RUAS

Para Butler, toda a ação pode se tornar política dependendo de sua capacidade de produzir localidades, de produzir um espaço de aparição

Uma ação política sempre acontece na condição de aparecimento de um corpo

Conceito de público

CORPOS EM ALIANÇA E A POLÍTICA DAS RUAS

A Política de Gênero e o Direito de Aparecer

as políticas de gênero devem necessariamente implicar o estabelecimento de alianças com outras populações caracterizadas, de modo bastante abrangente, como populações “precárias”

Para que a luta pelos direitos das minorias de gênero e sexualidade consista em uma luta por justiça social – ou seja, para que ela venha a ser caracterizada como um projeto democrático radical – é necessário tomarmos consciência de que não somos senão uma *única* população, que tem sido e pode vir a ser exposta a condições de precariedade e de revogação de direitos políticos.

“Disenfranchisement”: designa em um sentido estrito a suspensão do direito ao voto em regimes democráticos

PERFORMATIVIDADE PÚBLICA

exercício público do gênero

“o exercício público do gênero (o exercício público do direito ao gênero) já é, poderíamos dizer, desde sempre um movimento social, um movimento que depende mais fortemente dos laços entre pessoas do que de qualquer noção de “individualismo”. Movimento social que depende mais fortemente dos laços entre pessoas do que da noção de individualismo”

“O oposto da precariedade não é a segurança, mas pelo contrário, a luta por uma ordem política e social igualitária na qual uma interdependência passível de ser vivida se torne possível”

QUEER COMO ALIANÇA

Aliança X Identidade

“o termo *queer* não designa identidades, mas alianças”

Tal visão, que **implica a relacionalidade social nos pronomes de primeira pessoa**, nos desafia a lidar com a insuficiência de ontologias identitárias para pensar sobre o problema da aliança . Pois o ponto central, aqui, não é afirmar que eu sou uma ‘coleção’ de identidades, mas que eu sou desde sempre uma assembleia, ou *assemblage*,

Aliança: Não é uma coleção de identidades, mas sim uma **assembleia**

CORPOS EM ALIANÇA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

“sucessivamente, manifestações de massa ganham lugar nas ruas e nas praças, e embora estas sejam frequentemente motivadas por propósitos políticos muito diferentes, ainda assim *algo similar acontece*: corpos se congregam, corpos se movem e falam juntos, e eles reivindicam certo espaço enquanto um espaço público . Corpos se congregam, corpos se movem e falam juntos, e eles reivindicam certo espaço enquanto espaço público”

“quando estas multidões se ajuntam, **o próprio caráter público do espaço está sendo objeto de disputa** ou até mesmo de luta, estaremos deixando escapar algo do sentido destas manifestações. Quando essas multidões se ajuntam, o próprio caráter público do espaço esta sendo objeto de disputa”

ASSEMBLY

A noção de assembleia aqui empregada tenta estabelecer conexão com o conceito de *assembly* usado por Judith Butler (2015) que, por sua vez, emerge do diálogo com o conceito de *agencement* desenvolvido por Deleuze e Guatarri (1975). Para os autores, *agencement* consiste em pensar o modo como algumas materialidades e sentidos da ação são estabelecidos a partir de produção de tecnologias de reunião de corpos, trata-se de uma teoria da agência que propõe pensar o que ação de juntar pessoas produz enquanto corpo social e corpo individual. Butler (2015) desenvolve o conceito de *assembly* para tentar dar conta de importantes manifestações políticas que reuniu milhares de pessoas em contextos distintos e em regiões distintas do mundo. Seu objetivo também é pensar sentidos e materialidades constituídos por tecnologia de junção de corpos, sugerindo que o olhar analítico para essas grandes manifestações políticas contemporâneas precisa se distanciar de leituras homogeneizadoras em relação aos sujeitos que participam, mas considerar que os sujeitos políticos se constituem nessa cena.

ASSEMBLY

O conceito de *assembly* de Butler se fundamenta na ideia de aparição, a assembleia expressa-se enquanto uma tecnologia de ajuntamento de corpos cujo objetivo é se fazer aparecer, assim, a assembleia consiste numa situação, um momento, uma cena no qual os corpos se engajam para serem vistos. Os equipamentos de visibilidade, a saber, as muitas formas de mídia, determinados espaços urbanos, construções, praças, parques, são fundamentais no exercício de aparição de corpos e na produção de um sujeito que emerge da ação de sua performatividade junto ao público (Butler, 2015: 51).

Ver mais em Phillips, John. (2006). Agencement/Assemblage. *Theory Culture & Society* - THEOR CULT SOC. 23. 108-109. 10.1177/026327640602300219.

CORPO COMO MATERIALIDADE DO PÚBLICO

“quando refletimos sobre o que significa se agregar formando uma multidão, uma multidão crescente, e sobre o que significa se mover através do espaço público de um modo que contesta a distinção entre público e privado, então se torna possível perceber alguns dos modos pelos quais os corpos, em sua pluralidade, reivindicam o espaço público, encontram e produzem o público confiscando e reconfigurando a matéria dos ambientes materiais.”

CORPO PÚBLICO

“a praça e a rua não são apenas suportes materiais para a ação, mas são em si mesmas parte de qualquer narrativa ou interpretação que possamos porventura propor sobre a ação corporal pública. A praça e a rua não são apenas suportes materiais para a ação, mas são em si mesmas parte de qualquer narrativa ou interpretação que possamos porventura propor sobre ação corporal pública.”

PERFORMATIVIDADE PÚBLICA

Performatividade de um corpo

“esta performatividade não é somente discurso, mas demandas apresentadas na ação corporal, do gesto, da movimentação, da congregação, da persistência e da exposição à possível violência. Como podemos compreender este agir em conjunto que abre o tempo e o espaço fora e contra a arquitetura estabelecida e a temporalidade do regime, que reivindica a materialidade, se ampara em seu suporte, e suga de suas dimensões técnicas e materiais visando retrabalhar suas funções? Tais ações reconfiguram o que virá a ser o “público” e o espaço da política”

CORPOS NA RUA

“Muitas das manifestações massivas e modos de resistência que temos visto nos últimos meses não somente produzem um espaço de aparecimento, elas se apossam de um espaço já estabelecido e permeado por poderes existentes, de modo a **lacerar as conexões existentes entre o espaço público, a praça pública e o regime vigente.**”

“os corpos na rua **reimplantam o espaço de aparecimento de modo a contestar e negar as formas existentes da legitimidade política** – e à medida que estes corpos ocupam ou se apossam do espaço público, a história material daquelas estruturas também opera sobre eles, tornando-se parte de sua própria ação, refazendo uma história enquanto imersos em meio aos mais concretos artifícios dessa história.”

CORPOS E A POLITICA DAS RUAS

Os corpos agiam juntos, mas também dormiam em público, em ambas essas modalidades estavam tanto vulneráveis quanto fazendo exigências, conferindo uma organização política e espacial as necessidades corporais elementares. (...) Dormir sobre a calçada não é apenas uma maneira de reivindicar o público, contestando a legitimidade do Estado, mas era também e muito claramente, uma maneira de colocar o corpo em risco em sua insistência, obstinação e precariedade, superando a distinção entre público e privado

A faded, grayscale background image of Hannah Arendt. She is shown from the chest up, looking slightly to the right with a thoughtful expression. Her hands are clasped together near her chin, and she is wearing a dark jacket over a light-colored blouse. The text is overlaid on this image.

HANNAH ARENDT:

Algumas considerações

Prof.^a Crislei de Oliveira Custódio

crislei.paula@usp.br



Hannah Arendt: **Breve biografia**



Nome: Johanna Arendt

Nascimento: 14 de outubro de 1906 em Hanôver, Prússia, Alemanha.

Ainda criança, seus pais se mudam de Hanôver para Königsberg, também na Prússia e onde hoje situa-se a cidade de Kaliningrado, Rússia. Depois da morte do pai em 1913, Arendt recebe uma educação de orientação liberal pela mãe, a qual era simpatizante da social democracia. Não frequentava a círculos religiosos, embora sempre tenha se identificado como judia, tendo até participado do movimento sionista.

Aos 17 anos, Arendt é obrigada a abandonar a escola por questões disciplinares e vai sozinha para Berlim, onde tem aulas sobre teologia cristã e sobre o pensamento de Kierkegaard. Em 1924, retorna a Königsberg e é aprovada no exame de maturidade.

Ingressa na Universidade de Marburg no mesmo ano. Lá conhece e tem aulas com Martin Heidegger, com quem mantém uma relação amorosa e secreta por quase 2 anos.

Em 1926, vai para a Universidade Albert Ludwig e depois para a Universidade de Heidelberg, onde se forma em 1928, sob a tutoria de Karl Jaspers, com a tese *O conceito de amor em Santo Agostinho*.



Após a ascensão de Hitler e seu nacional-socialismo ao poder em 1933, Arendt, devido à sua ascendência judaica, é impedida de defender sua tese sobre a obra de Rahel Varnhagen, a qual lhe daria acesso à docência nas universidades alemãs. Nesse período, ela também perde a cidadania alemã, tornando-se apátrida.

No mesmo ano, emigra para Paris, onde seu marido Günther Anders já estava instalado. Lá Arendt se torna amiga de Walter Benjamin e, com a invasão alemã em 1940, a pensadora é presa, junto do seu segundo marido, Heinrich Blücher, no campo de concentração de Gurs.

Em 1941, Arendt consegue escapar para os Estados Unidos, onde trabalha em várias editoras e organizações judaicas. Em 1963, ela é contratada pela Universidade de Chicago, onde leciona até 1967. No ano em questão, muda-se para Nova Iorque e passa a lecionar na New School for Social Research até o seu falecimento em 1975.

Quem foi Hannah Arendt?

“A principal característica dessa vida humana, cujo aparecimento e desaparecimento constituem eventos mundanos, é que ela é plena de eventos que no fim podem ser narrados como uma história [*story*] e estabelecer uma biografia; era essa vida, *bios*, em contraposição à mera *zoé*, que Aristóteles dizia ser, ‘de certa forma, uma espécie de *práxis*’” (*A Condição Humana*, 2010, p. 120).

Hannah Arendt: “mulher, judia, mas não alemã”

“Em nada me perturba ser mulher professora porque, primeiro, tenho o hábito de ser mulher” (*New York Times*, nota necrológica de 05/12/1975, citada por Young-Bruehl).

Na carta de recomendação que Karl Jaspers escreve para que Arendt pudesse obter uma pensão do governo alemão, como refugiada da Alemanha nazista, ele especifica que a pensadora que estudara sob sua orientação e de Heidegger, “teria, certamente, seguido com êxito uma carreira acadêmica, apesar do fato de ser mulher”, caso não houvesse tido uma ruptura da ordem a partir de 1933 (*Carta de 03/11/1959*).

Em célebre entrevista à TV Alemã, de 28/10/1964, Günther Gaus afirma que Arendt era “a primeira a exercer uma profissão que, habitualmente, se imagina reservada aos homens”.

Arendt retruca: “No entanto, não é necessário que um tal estado de coisas subsista; um dia, poderia muito bem haver uma mulher filósofa”

Hannah Arendt: “mulher, judia, mas não alemã”

“[...] Em 1953,] tendo sido convidada a dar uma série de conferências na Universidade de Princeton, no quadro dos Seminários Christian Gauss, lhe fizeram notar que ela era a primeira mulher a assumi-las. Tal como explica, numa carta de 16 de novembro de 1953, ao seu amigo Kurt Blumenfeld, esse papel de ‘mulher de exceção’ não deixava de lhe lembrar dolorosamente o dos ‘judeus de exceção’. [...] Hannah Arendt fora de novo convidada, em 1958, para dar uma série de conferências na Universidade de Princeton, o que fizera muito barulho, porque um estudante descobrira que ela seria a primeira mulher a lecionar em Princeton com uma posição magistral: o estudante comunicara a notícia aos jornais, o que tivera o dom de exasperar H. Arendt” (COURTINE-DÉNAMY, Sylvie, 1994, p. 15).

Hannah Arendt: “mulher, judia, mas não alemã”

“A Alemanha, para mim, é a língua materna, a filosofia e a poesia” (*Carta para Jaspers*, de 01/01/1933).

“Politicamente, sempre me exprimirei como judia, sempre que as circunstâncias me constrangerem a revelar a minha nacionalidade” (*Carta para Jaspers*, de 17/12/1946).

“O que resta é a língua e só nos apercebemos da sua importância quando, mais *nolens* que *volens*, falamos e escrevemos outras línguas. Isso não basta?” (*Carta para Jaspers*, de 17/12/1946).

<https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=wyHXE1rfiTU>



Ler Hannah Arendt: Alguns apontamentos

Ler Hannah Arendt: alguns apontamentos

“O que você é? Você é uma conservadora? Você é uma liberal? Onde está sua posição no interior das possibilidades contemporâneas? A resposta de Arendt é conhecida: Eu não sei. Eu realmente não sei e nunca soube. E suponho que nunca tive tal posição. Você sabe que a esquerda pensa que sou conservadora e os conservadores por vezes pensam que eu sou de esquerda ou que eu sou uma inconformista ou sabe lá Deus o que mais. E eu devo dizer que jamais me importei com isso”

- **Pensamento:** estar em acordo consigo mesmo; no mundo moderno, pensar sem corrimão.

Ler Hannah Arendt: alguns apontamentos

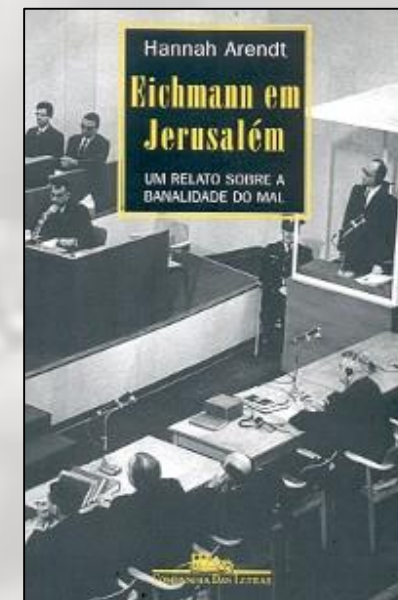
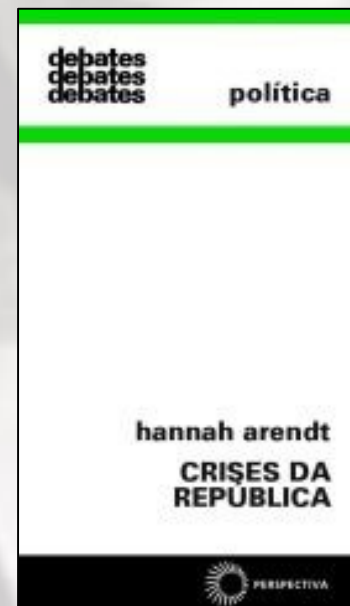
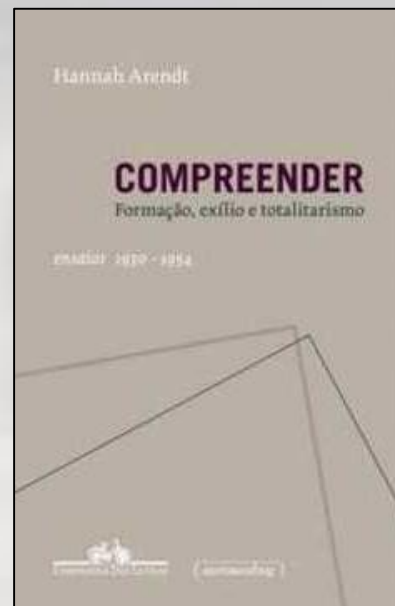
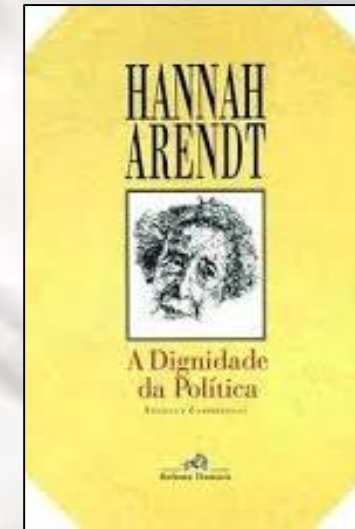
- Arendt dizia que não era filósofa por negar a tradição platônica em Filosofia.
- Problemática que perpassa a obra de Arendt: como foi possível a experiência totalitária no mundo moderno? Como podemos nos reconciliar com esse mundo?
- Temas: a dignidade da política, a ascensão da esfera social e a vitória do *animal laborans*, a crise do mundo moderno, a consciência moral e a banalidade do mal, as atividades do espírito.

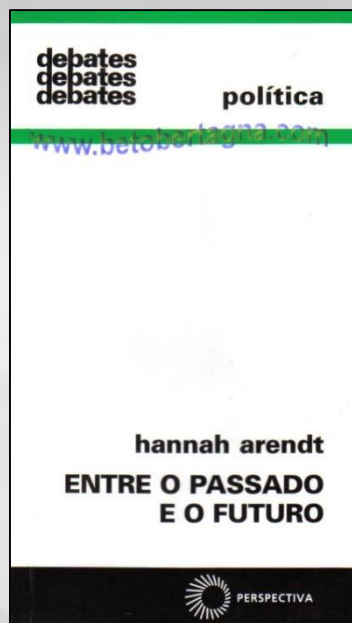
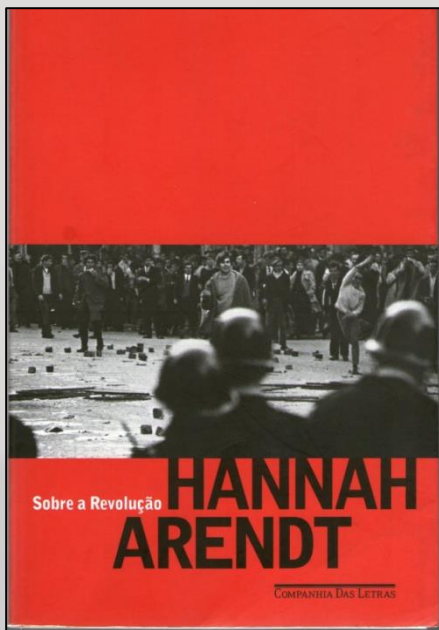
Ler Hannah Arendt: alguns apontamentos

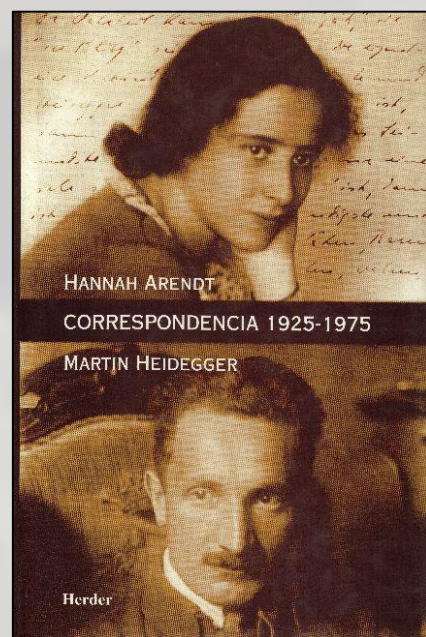
- As muitas distinções como marca da obra arendtiana: público, privado, social/ trabalho, fabricação, ação/ pensamento, julgamento, vontade/ poder, liberdade, força, persuasão, autoridade.
- O suposto saudosismo helênico.
- Fenomenologia: pensar a experiência, o fenômeno, o acontecimento. Arendt busca na eclosão do fenômeno, isto é, no acontecimento inicial as chaves de compreensão do presente.

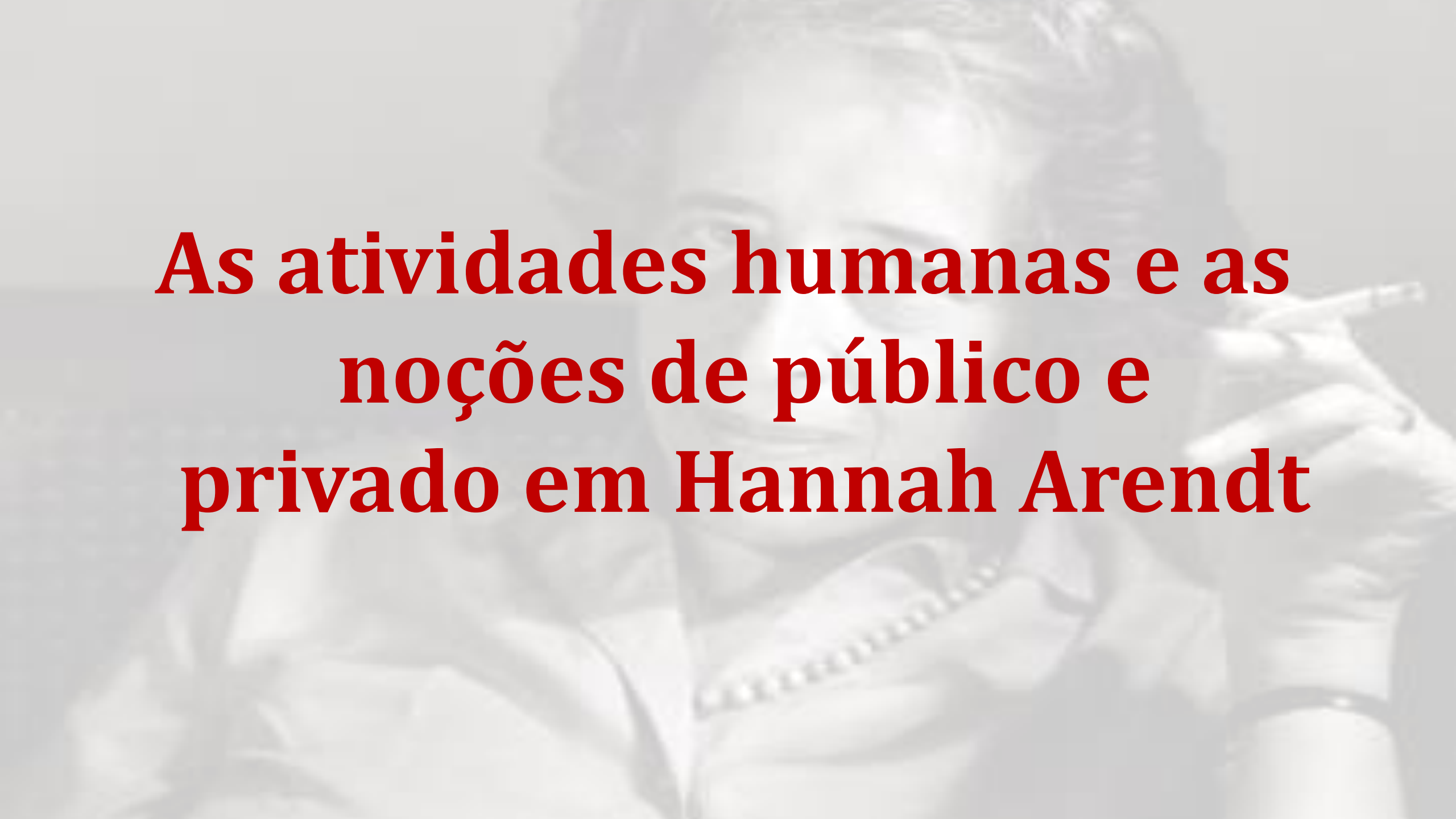


Obras de Arendt publicadas no Brasil







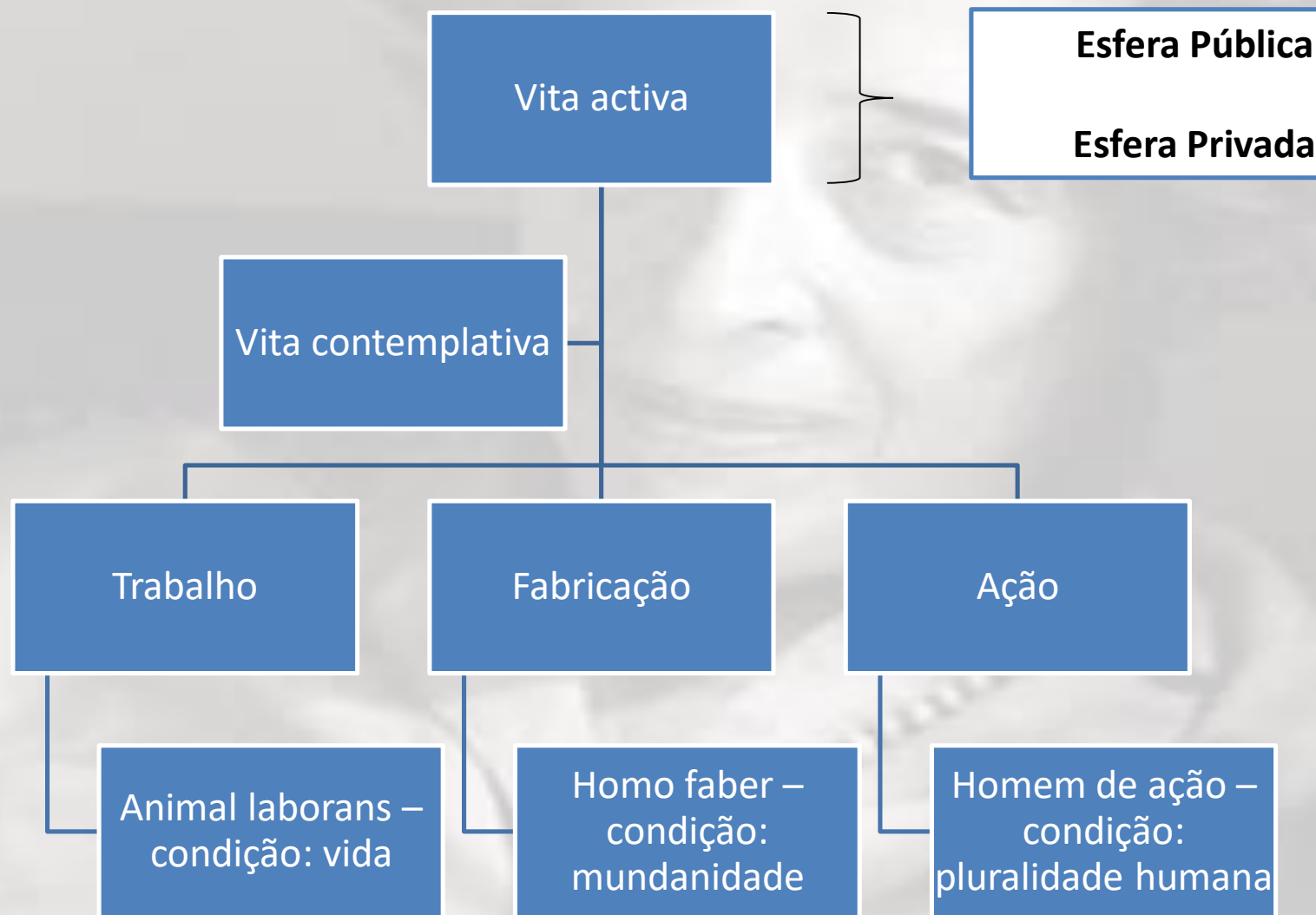


As atividades humanas e as noções de público e privado em Hannah Arendt

Objetivos da aula

- Compreender as distinções entre *vita contemplativa* e *vita activa*, bem como assimilar os princípios que orientam as atividades do *animal laborans*, do *homo faber* e do homem de ação.
- Entender as categorias de público e privado.

Percurso e rede conceitual



O esforço de separação e categorização arendtianos tem um propósito didático. Tal como na experiência cotidiana não enxergamos duas moléculas de hidrogênio e uma de oxigênio, mas a água como uma matéria una e não divisível, no mundo empírico nem sempre conseguiremos operar com as categorias de público, privado e social de Arendt em sua rigidez. No entanto, compreendê-las separadamente nos ajuda a enxergar nossa experiência no mundo com mais nitidez.

Vita contemplativa e vita activa

“Minhas questão é a seguinte: em que consiste uma vida ativa? *O que fazemos quando estamos ativos?* Ao propor esta questão, admitirei como válida a antiga distinção entre dois modos de vida, entre uma *vita contemplativa* e uma *vita activa*, que encontramos em nossa tradição de pensamento filosófico e religioso até o limiar da era moderna, e que quando falamos de contemplação e ação, nos referimos não apenas a certas faculdades humanas, mas a dois modos de vida distintos” (ARENDT, 2005, p. 175).

Vita activa como necessária

“[...] a vida ativa é não apenas aquela em que a maioria dos homens está engajada, mas ainda aquela de que nenhum homem pode escapar completamente. Pois é próprio da condição humana que a contemplação permaneça dependente de todos os tipos de atividade – ela depende do **trabalho** para produzir tudo o que é necessário para manter vivo o organismo humano, depende da **fabricação** para criar tudo o que é preciso para abrigar o corpo humano e necessita da ação para organizar a vida em comum dos muitos seres humanos, de tal modo que a paz, a condição para a quietude da contemplação, esteja assegurada (ARENDT, 2005, p. 176).

O trabalho

“O trabalho é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e resultante declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas e fornecidas ao processo vital pelo trabalho. A condição humana do trabalho é a própria vida” (ARENDT, 2010, p. 8)

- Processo cíclico de manutenção da vida
- Consumo e atendimento às necessidades

A fabricação ou obra

“A obra é a atividade correspondente à não-naturalidade da existência humana, que não está engastada no sempre-corrente ciclo vital da espécie e cuja mortalidade não é compensada por este último. A obra proporciona um mundo ‘artificial’ de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras é abrigada cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas elas. A condição humana da obra é a mundanidade” (ARENDT, 2010, p. 8).

- Construção de mundo humano que transcende a vida de cada um
- Inscreve a mortalidade de cada sujeito como traço linear, com começo, meio e fim, num mundo que permanece
- Se dá em isolamento e atende à ordem de meios e fins.

A ação

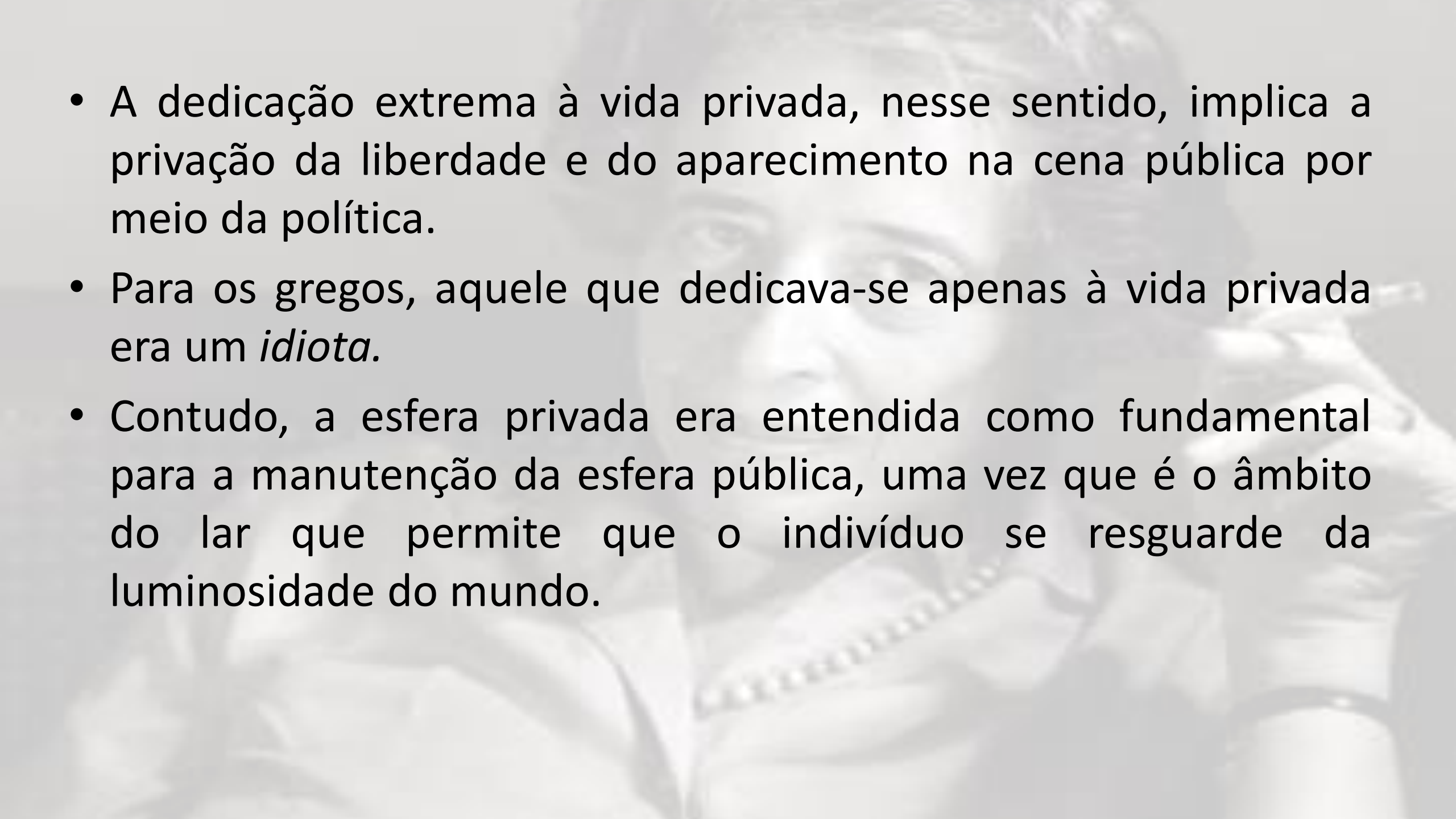
“A ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, essa pluralidade é especificamente *a* condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política” (ARENDT, 2010, pp. 8-9).

- Condição da política
- É o que permite que o sujeito apareça em sua singularidade
- Resulta nas histórias
- É imprevisível e irreversível

A esfera privada

- A separação entre esfera privada e esfera pública era, na Antiguidade, condição *sine qua non* da política.
- Para os gregos, o lar doméstico era o reino da necessidade: subsistência, economia, preservação da vida.
- Esfera privada, além de estar ligada à sobrevivência, assumia o sentido de privação.

De acordo com Arendt, “para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por todos, privado de uma relação ‘objetiva’ com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privatividade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse. O que quer que faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros” (ARENDT, 2005, p. 68).

- 
- A dedicação extrema à vida privada, nesse sentido, implica a privação da liberdade e do aparecimento na cena pública por meio da política.
 - Para os gregos, aquele que dedicava-se apenas à vida privada era um *idiota*.
 - Contudo, a esfera privada era entendida como fundamental para a manutenção da esfera pública, uma vez que é o âmbito do lar que permite que o indivíduo se resguarde da luminosidade do mundo.

A esfera pública

- Foram os gregos, mais especificamente os atenienses, quem criaram uma organização política que não tinha mais como base os laços de sangue ou o estamento social. A democracia, do grego *demos*, que significa povo, e *kratos*, que significa poder, surge na *polis* como o regime por meio do qual os cidadãos atenienses agem politicamente e deliberam sobre os assuntos públicos.
- Como a esfera da liberdade, só podia fazer política na ágora, aqueles que estavam liberados da necessidade de provisão ou subsistência; o que, no contexto da Grécia Antiga, implicava a posse de escravos.

- O modo de vida da política, *bios politikos*, se dava no espaço público das decisões políticas, entre **iguais***, por meio da ação (*práxis*) e do (*discurso*). A **política**, portanto, é, sobretudo a arte do agir em concerto com outros cidadãos, de propor e iniciar novos movimentos e de persuadir por meio do uso da palavra e não da força ou da violência.

*A igualdade para os antigos não é o mesmo que os modernos compreendem por igualdade.

- A distinção entre esfera privada e esfera pública corresponde, respectivamente, à existência das esferas da família e do mundo comum, os âmbitos da necessidade e da liberdade.
- Nesse sentido, o que diz respeito ao doméstico, ao econômico, à administração do lar estaria ligado à necessidade de subsistência e de manutenção da vida, por isso seria do domínio privado.
- Em contraposição a isso, surge a ideia de liberdade que, segundo os gregos, caracterizava o empreendimento das capacidades humanas mais elevadas, sem o comprometimento com as privações do ciclo vital.

O público em Arendt

- O termo “público” denomina dois fenômenos correlatos, porém, não idênticos. Em primeiro lugar, diz respeito à ideia de que tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos, assumindo uma larga divulgação – aparência e realidade.
- Em segundo lugar, o vocábulo “público” também designa o próprio mundo, “na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele” (ARENDT, 2005, p. 64). Ora, o mundo que aqui nos referimos não é a Terra, mas um produto das mãos humanas, em que as histórias, saberes e obras daqueles que o habitam fazem com que ele lhes seja comum. O mundo é aquilo que se interpõe entre os sujeitos, permitindo-lhes que haja coisas entre eles que os una e os relacione, mas que também os separe – uma vez que nele, cada um tem um lugar de onde o partilha.

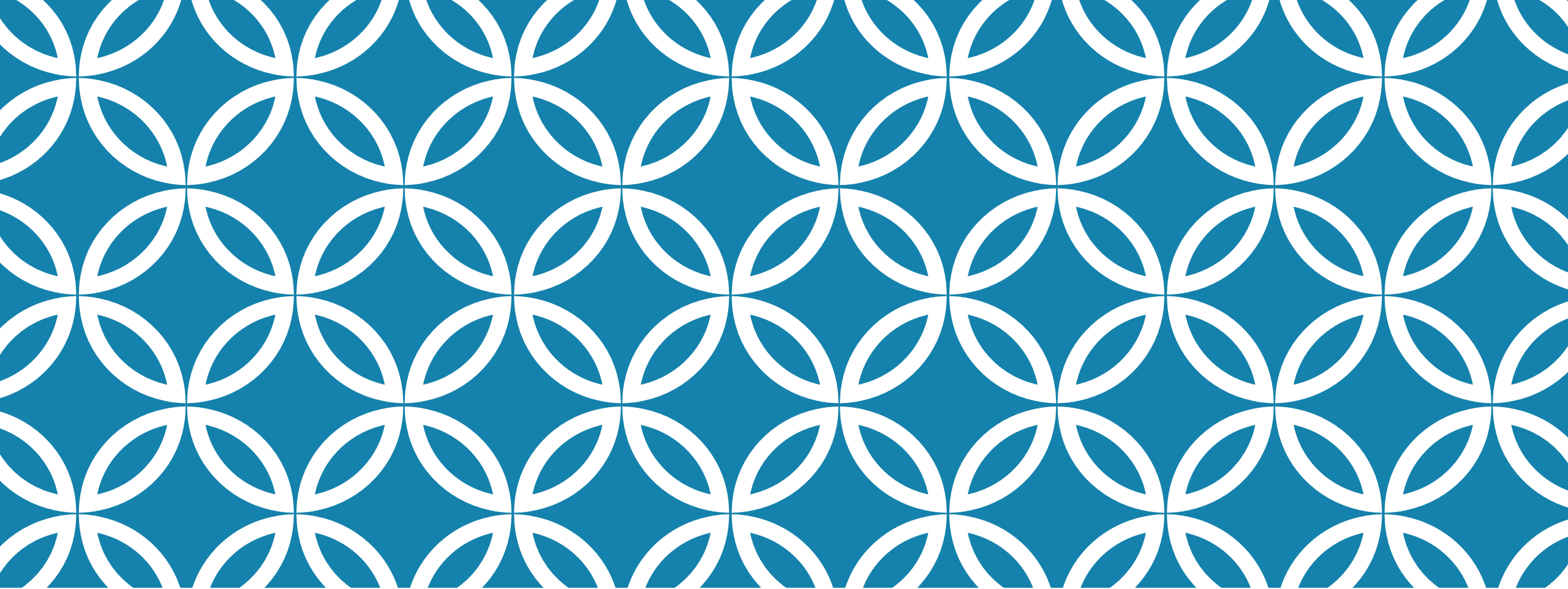
*Comum e coletivo são coisas diferentes.

Ora, a concepção arendtiana de que a esfera pública é a mola propulsora da política assenta-se na ideia de que ser visto e ouvido por todos significa ter assegurado para si o direito à circulação da palavra, ou seja, ter garantido que os sujeitos possam, juntos, agir, dialogar e julgar, estabelecendo algo em comum através do debate de ideias e não da violência.

O mundo comum é aquele que abriga também nossa herança cultural e tudo aquilo que consideramos importante de ser preservado da ruína do tempo: nossos saberes, obras, crenças, valores, aquilo que nos humaniza e que deve durar para além de uma geração, pois possui relevância pública. Para que tais coisas durem, elas precisam ser compartilhadas publicamente, elas precisam ser vistas, ouvidas, debatidas, olhadas sobre diferentes ângulos.

Público e político, em Arendt, tem uma forte relação, embora não sejam idênticos. A política só se dá no espaço público: um espaço de visibilidade, no qual o que é dito e ouvido ressoa para diferentes pessoas, as quais veem e são vistas de diferentes lugares. A condição para a ação política é exatamente essa pluralidade humana, o fato de que somos seres singulares e plurais, que aparecemos por meio de atos e palavras. Daí a importância de salientar que política em Arendt não é política representativa ou partidária. Política é a forma humana de lidar com os assuntos comuns por meio da palavra, em que sujeitos diferentes agem, iniciam novos movimentos, novos processos que rompem com automatismos, com o ciclo cotidiano. Política não é administração estatal e isso ficará mais claro quando falarmos da esfera social.

Ainda que a política só possa acontecer na esfera pública, o público não é apenas político. O espaço público abriga espaços em que o que nos é comum está interposto entre nós, mas que, não necessariamente, refere-se aos assuntos da cidade e do viver junto. Um museu é um espaço público porque reúne objetos, obras que consideramos relevantes de serem preservadas da ruína do tempo e que, portanto, entendemos que são produções humanas que devem ser comuns. Há outros espaços em que aparecemos, uns para os outros, dialogamos, somos vistos e ouvidos em nossa singularidade, mas nem por isso estamos a tratar de assuntos políticos.



A VIDA PSÍQUICA DO PODER

Teorias da sujeição

Butler, Judith. A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição. Belo Horizonte. Autentica, 2017

JUDITH BUTLER

Filósofa nascida em 24/02/1956 em Cleveland, Ohio, numa família de ascendência judaica e de origem russa e húngara, a maior parte da família de sua avó materna pereceu no Holocausto



Aos 14 anos começou a frequentar aulas de ética como disciplina da escola hebraica em que estudava por ser "muito falante na aula"

Judith Butler

Três questões a levaram para a filosofia:

1. Por que Spinoza foi excomungado da sinagoga?
2. O idealismo alemão foi responsabilizado pelo nazismo?
3. como compreender a teologia existencial, incluindo o trabalho de Martin Buber?

Frequentou o Bennington College e depois a Universidade de Yale, onde estudou filosofia, concluindo seu bacharelado em 1978 e seu Ph.D. em 1984.

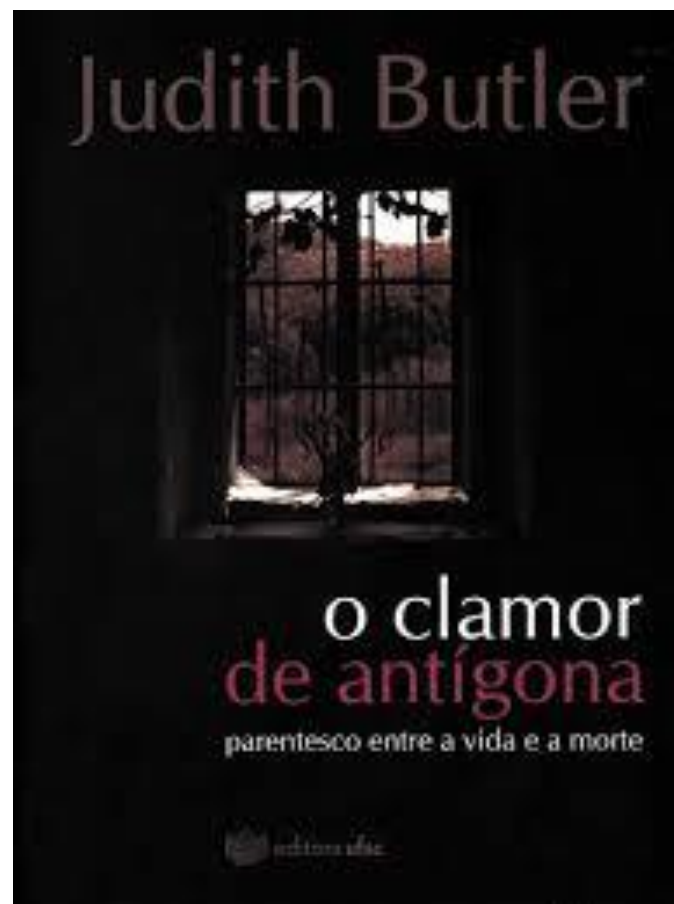
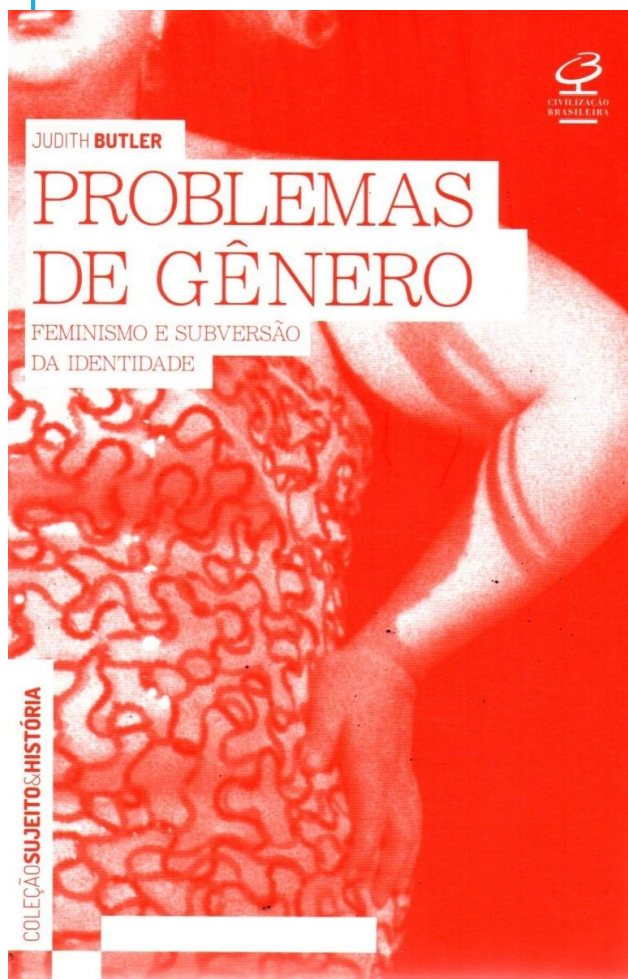


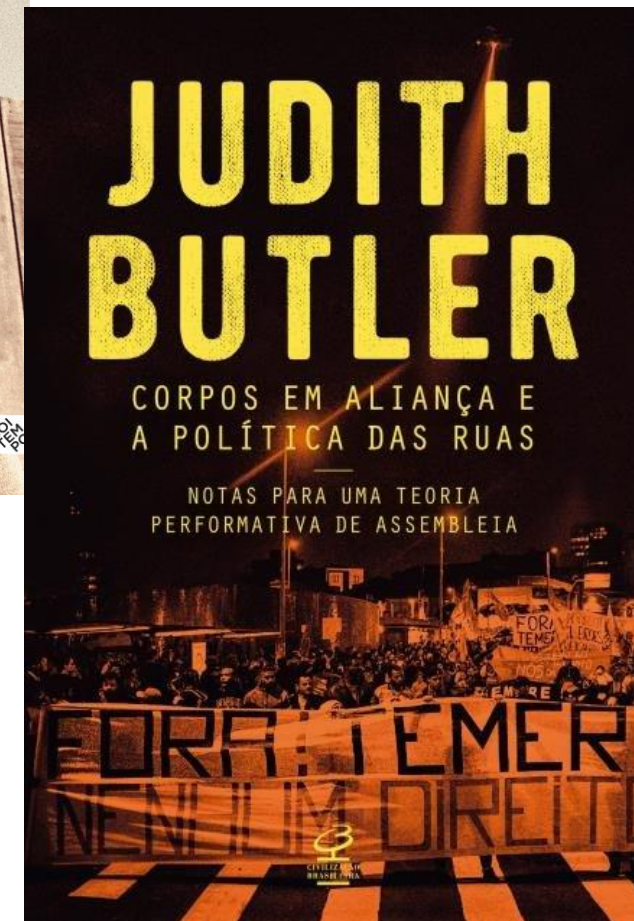
JUDITH BUTLER



Antes de ingressar como docente na Universidade de Berkeley, na Califórnia em 1993, Butler passou um ano acadêmico na Universidade de Heidelberg como Fulbright-Scholar. Ensinou na universidade de Wesleyan, na universidade de George Washington, e na universidade de Johns Hopkins.

Além disso, ela se juntou ao departamento de Inglês e Literatura Comparada na Universidade de Columbia. É também professora da cátedra Hannah Arendt e do Departamento de Filosofia da European Graduate School, em Saas-Fee, na Suíça.





METODOLOGIA E PROBLEMA GERAL DE PESQUISA

Metodologia: Trata-se de entender os mecanismos pelos quais o que é considerado um problema social ganha *status* de problema

(Isso permite a Butler transitar sua análise ampliando seus objetos empíricos, que se estendem desde pessoas *queers*, palestinas apátridas ou mesmo os prisioneiros de Guantánomo)

Problema geral: do construtivismo social ao desconstrutivismo

Pensar uma teoria da ação cujo o efeito são sujeitos reflexivos

Para Butler subjetividade se baseia numa noção de materialidade

- Papel da Linguagem na produção de uma facticidade enquanto realidade dada
- Descartes, Husserl e Sartre = distinção ontológica entre alma(consciência e mente) e corpo
- linguagem = situação e acontecimento histórico
- noção de materialidade = crítica a metafísica da substância

A matéria é um processo em curso, materializar-se é investir-se de poder

A matéria [é sempre materializada:

Para tanto é preciso pensar uma teoria da ação que produz materialidades

“ Todo o esforço de se referir a materialidade se dá através de um processo significante que, na sua fenomenalidade, é desde sempre material. Nesse sentido, então, linguagem e materialidade não se opõem,, pois a linguagem tanto é quanto se refere àquilo que é material, e o que é material nunca escapa do processo pelo qual é significado”

* Tese de doutoramento: (1984)

Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France

Conceito hegeliano de desejo



*O Desejo (*Begierde*) surge no livro IV da *Fenomenologia do Espírito* (*Phänomenologie des Geistes*) como um dos momentos essenciais do desenvolvimento da consciência de si (*Selbstbewusstsein*) na formação do homem.

“Em certo sentido, todos os meus trabalhos permanecem no interior da orbita de um certo conjunto de questões hegelianas: o que é a relação entre desejo e reconhecimento e como a constituição do sujeito implica numa relação radical e constitutiva à alteridade? (Butler, 1987:7)”

DESEJO EM HEGEL

Seria aquilo que fratura um eu metafisicamente integrado (...) um modo interrogativo de ser, um questionamento corporal de identidade e lugar

Uma fratura ontológica que faz do meu ser o espaço de um questionamento contínuo a respeito do lugar que ocupo e da identidade que me define

(Safatle, 2012)

O sujeito se constitui pelo exercício da interpelação;

Sujeito é = Trata-se de uma entidade relacional para a qual, há uma relação radical e constitutiva à alteridade

“o desejo é a operação de autoposição da consciência: através do desejo a consciência procura se intuir no objeto, tomar a si mesma como objeto”

DE HEGEL E A CONSCIÊNCIA INFELIZ PARA FOUCAULT E A REGULAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA

Para Hegel, os imperativos éticos surgem a princípio como uma resposta defensiva ao medo absoluto, e seu surgimento deve ser interpretado como uma transformação e uma recusa desse medo. Esse medo absoluto era o medo da morte, portanto, um medo condicionado ao caráter finito do corpo (p. 41)

Se a atividade trabalhadora do escravo podia ser expropriada pelo senhor, e se o senhor podia se apossar da essência do corpo do escravo, então o corpo constitui um espaço de propriedade controversa - uma propriedade que pela dominação ou ameaça de morte, sempre pode ser do outro. O corpo parece ser nada mais que uma ameaça ao projeto de segurança e autossuficiência que rege a trajetória da Fenomenologia (p. 60)

* Em Hegel, a supressão da vida corporal exige o mesmo corpo que ela busca suprimir

CORPO COMO MATÉRIA

O Termo materialização condensa a ideia de que o corpo é um processo temporal que se dá repetidamente na linguagem, que é, ela própria, material”.

“um processo de materialização que se estabiliza ao longo do tempo para produzir o efeito de limite, fixidez e superfície que chamamos de matéria” (p. 9)

Butler não supõe nenhuma materialidade anterior a significação, é porque isso é impossível, segundo seu conceito de materialidade: a ontologia não pode ser despida de sua historicidade, ela é uma injunção normativa, de modo que não há nenhum status ontológico para o gênero, sexo, corpo para além dos atos discursivos.

TEORIAS DA SUJEIÇÃO

Sujeição: ato ou efeito de estar sujeito, como a um monarca ou soberano, ou a um poder superior; (...) condição de estar sujeito ou exposto a,

“Captar a instância material da sujeição enquanto constituição dos sujeitos”

Michel Foucault in. *Soberania e disciplina*

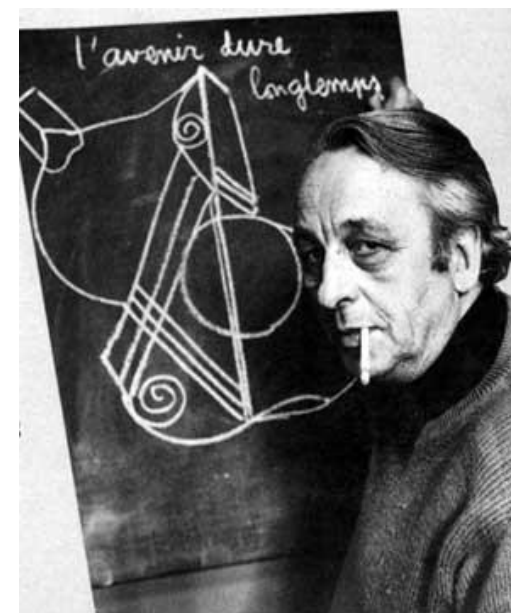
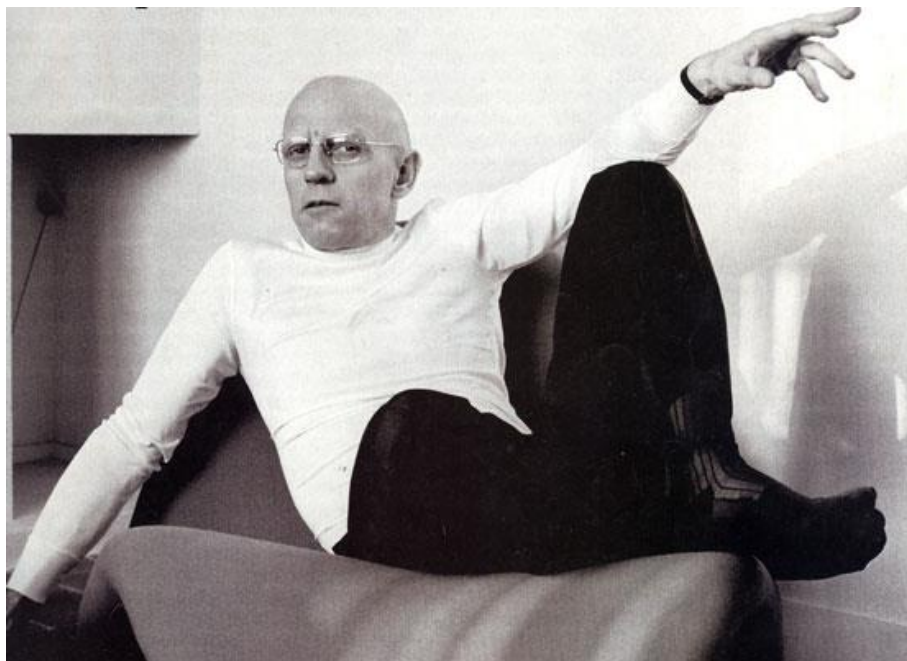
“ A sujeição significa tanto o processo de se tornar subordinado pelo poder quanto o processo de se tornar um sujeito ”

TEORIAS DO PODER

Seja pela interpelação, de Althusser,

seja pela produtividade discursiva, de Foucault

o sujeito é iniciado através de uma submissão primária ao poder



GENEALOGIA DO PODER

a noção de genealogia cunhada por Foucault tem herança nietzscheana, que propõe uma genealogia da moral que distancia sua genealogia de uma ideia de natureza, ao contrário, a moral passa a ser fomentada, desde os gregos, perpassando instituições sociais como religião, família e política.

* ver Genealogia da Moral ([1887], 2001)

“O poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos: a família, a vida sexual, a maneira como se tratam os loucos, a exclusão dos homossexuais, as relações entre os homens e as mulheres...” ([1973], 2006, p. 262).

“A genealogia seria portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico” (1979, p. 172).

- * O **poder** é imanente às relações a às coisas que institui
- * O **poder** não é passível de titularidade: todos o possuem ao mesmo tempo em que ninguém o detém, "onde há poder ele se exerce (...) não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui" (Microfísica do Poder 1979: 75)
- * O **poder** não se apóia em posições binárias do tipo dominantes *versus* dominados

PODER

- * **circula**: “O **poder** esta em toda a parte, não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (p.89)
- * **é um agir**: “o **poder** não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, o poder é algo que se exerce”(p.90)
- * **emerge da interação**: “o **poder** vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominantes e dominados. Deve-se , ao contrário supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos e clivagens que atravessam o conjunto do corpo social” (p. 90)
- * **é fruto de um cálculo estratégico**: “ se de fato são inteligíveis, não é porque sejam um efeito, em termos de causalidade, de uma outra instância que as explique, mas porque atravessadas de fora a fora por um cálculo: **não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos** (p. 90)

ALTHUSSER

A doutrina da interpelação, no pensamento de Althusser, prepara o terreno para as ideias posteriores de Foucault acerca da produção discursiva do sujeito

Em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, a subordinação do sujeito acontece pela linguagem como efeito e voz de autoridade que chama o indivíduo.

Ex: policial que chama um transeunte

A interpelação – a produção discursiva do sujeito social – acontece nessa troca pela qual o reconhecimento é oferecido e aceito

COMO OS SUJEITOS SÃO PRODUZIDOS?

Os sujeitos são produzidos na dinâmica da sujeição e da diferenciação

Como é possível que o sujeito, tido como condição e instrumento da ação, seja ao mesmo tempo o efeito da subordinação, entendido como privado da ação?

O sujeito é uma ocasião linguística para o indivíduo atingir e reproduzir a inteligibilidade, a condição linguística de sua existência e ação

SUJEITO COMO LUGAR DE AMBIVALÊNCIAS

Poder manifesta-se de duas maneiras ambivalentes:

1. O poder que constitui o sujeito
2. O poder do sujeito que age

O status do poder passa de condição da ação para a própria ação do sujeito

“Se, ao agir, o sujeito retém as condições de seu surgimento, isso não significa que toda sua ação continue presa a essas condições nem que elas sejam as mesmas em todas as ações” (p.21)

SUJEIÇÃO COMO AÇÃO

O poder age sobre o sujeito ao menos de duas maneiras, **primeiro**, como o que o torna o sujeito possível, **segundo**, como o que é retomado e reiterado no próprio agir do sujeito

A) sujeito ao poder

B) sujeito de poder (que o exerce)

O sujeito ofusca as condições do seu próprio surgimento, ofusca o poder com poder

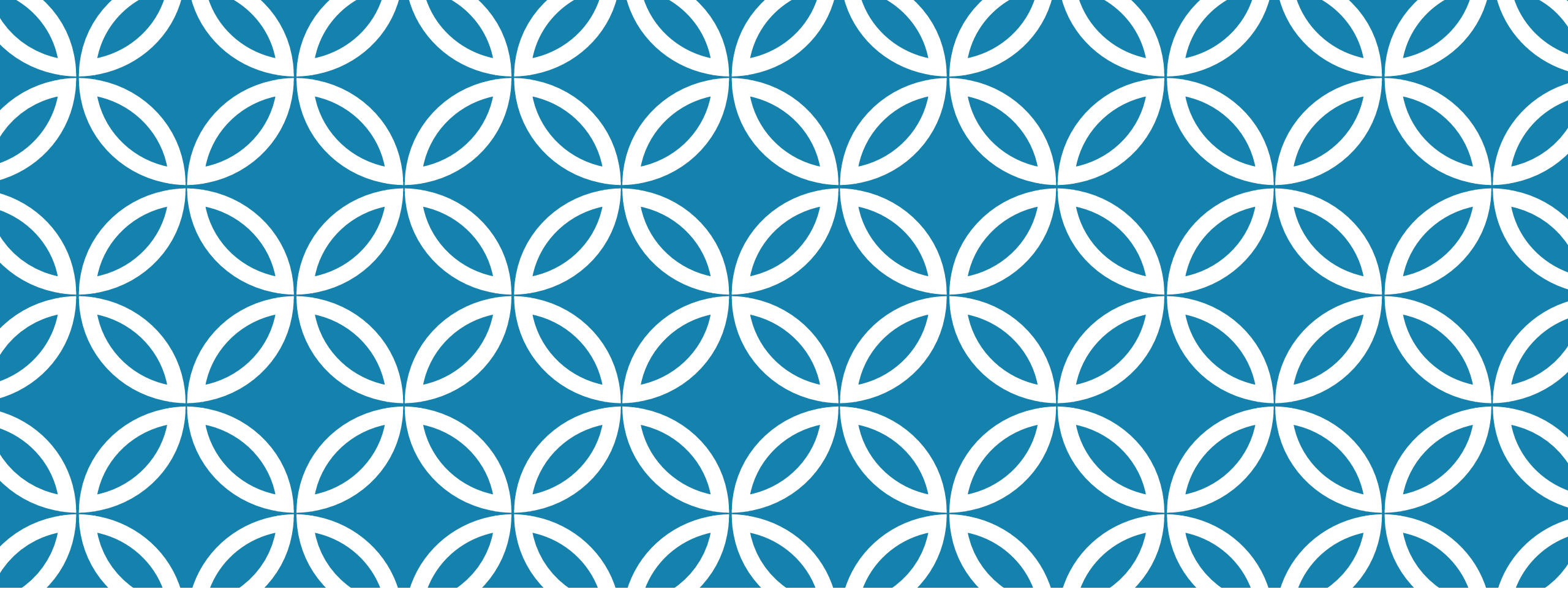
“ (...) a sujeição é tanto a subordinação quanto o devir do sujeito, o poder é, como subordinação, um conjunto de condições que precedem o sujeito, que o efetua e o subordinam desde o princípio”

SUJEIÇÃO E RESISTÊNCIA

“O poder não só age sobre o sujeito como também, em sentido transitivo, põe em ato o sujeito conferindo-lhe existência” (p. 22)

A noção de poder presente na sujeição afigura-se em duas modalidades temporais:

1. como algo que precede o sujeito
2. Como efeito desejado do sujeito, a sujeição é uma subordinação que o sujeito provoca sobre si mesmo; no entanto, se a submissão produz o sujeito e o sujeito é a condição da ação, então a sujeição é o motivo de o sujeito se tornar garantidor de sua própria resistência e oposição



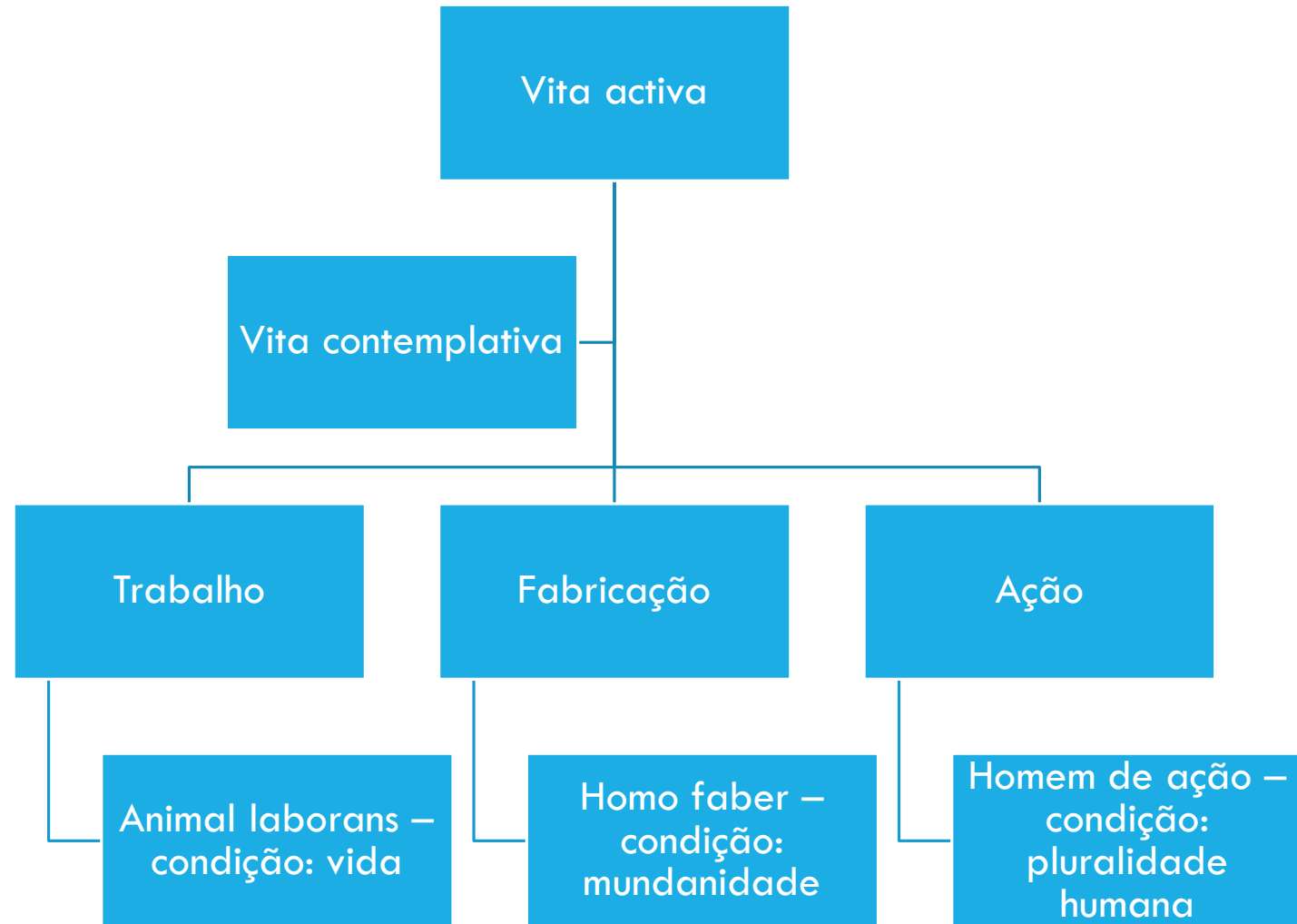
AÇÃO E NEGAÇÃO DA POLÍTICA

Prof.^a Crislei de Oliveira

Custódio

crislei.paula@usp.br

REDE CONCEITUAL



ATIVIDADES DA VITA ACTIVA

Trabalho (vida)

- Metabolismo do corpo
- Ciclo vital
- Consumo
- Suprimento das necessidades vitais

Obra (mundanidade)

- Construção de um mundo humano/ materialidade
- Meios e fins
- Isolamento e planejamento da fabricação
- Utilidade

Ação (pluralidade humana)

- Ser e aparecer coincidem
- Ação e discurso revelam o agente em sua singularidade
- Teia de relações humanas
- Resulta em histórias

A AÇÃO COMO A MAIS HUMANA DAS ATIVIDADES

“Os homens podem perfeitamente viver sem trabalhar, obrigando outros a trabalharem por eles; e podem muito bem decidir simplesmente usar e fruir do mundo de coisas sem lhe acrescentar um só objeto útil; a vida de um explorador ou senhor de escravos e a vida de um parasita podem ser injustas, mas certamente são humanas. Por outro lado, uma vida sem discurso e sem ação – e esse é o único modo de vida em que há sincera renúncia de toda aparência e de toda vaidade, na acepção bíblica da palavra – é literalmente morta para o mundo; deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens” (ARENDT, 2010, p. 221).

CONCEITOS A SEREM ABORDADOS NA AULA



AÇÃO E REVELAÇÃO DO AGENTE

“Ao agir e ao falar, os homens **mostram quem são**, revelam ativamente suas identidades pessoais únicas, e assim fazem seu aparecimento no mundo humano, enquanto suas identidades físicas aparecem, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz. Essa revelação de ‘quem’, em contrapartida a ‘o que’ alguém é — os dons, qualidades, talentos e defeitos que se podem exhibir ou ocultar —, está implícita em tudo o que esse alguém diz ou faz. [...] Essa qualidade reveladora do discurso e da ação passa a um primeiro plano quando as pessoas estão *com* as outras, nem ‘pró’ nem ‘contra’ elas — isto é, no puro estar junto dos homens. Embora ninguém saiba quem revela quando desvela a si mesmo no feito ou na palavra, deve-se estar disposto a correr o risco de se desvelar [...]” (ARENDT, 2010, p. 224-5).

AÇÃO: NATALIDADE, INÍCIO E PRINCÍPIO DA LIBERDADE

“É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano, e essa inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato simples do nosso aparecimento físico original. Não nos é imposta pela necessidade, como o trabalho, nem desencadeada pela utilidade, como a obra. [...] Agir, em seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, iniciar (como indica a palavra grega *archein*, ‘começar’, ‘conduzir’ e, finalmente, ‘governar’), imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*). Por constituírem um *initium*, por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascido, os homens tomam iniciativas, são impelidos a agir. [...] Com a criação do homem, veio ao mundo o próprio princípio do começar, e isso, naturalmente, é apenas outra maneira de dizer que o princípio da liberdade foi criado quando o homem foi criado, mas não antes” (ARENDT, 2010, p. 222).

AÇÃO E MILAGRE

“É da natureza do início que se comece algo novo, algo que não se poderia esperar de coisa alguma que tenha ocorrido antes. Esse caráter de surpreendente impresciência é inerente a todo início e a toda origem. [...] O novo sempre acontece em oposição à esmagadora possibilidade das leis estatísticas e à sua probabilidade que, para todos os fins práticos e cotidianos, equivale à certeza; assim, o novo sempre aparece na forma de um milagre. O fato de o homem ser capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isso, mais uma vez, só é possível porque cada homem é único, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. Desse alguém que é único pode-se dizer verdadeiramente que antes dele não havia ninguém” (ARENDT, 2010, pp. 222-3).

AÇÃO E TEIA DE RELAÇÕES HUMANAS

“A rigor, o domínio dos assuntos humanos consiste na teia de relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos. O desvelamento do ‘quem’ por meio do discurso e o estabelecimento de um novo início por meio da ação inserem-se sempre em uma teia já existente, onde suas consequências imediatas podem ser sentidas. Juntos, iniciam novo processo, que finalmente emerge como a singular história de vida do recém-chegado, que afeta de modo singular as histórias de vida de todos aqueles com quem ele entra em contato. [...] Embora todos comecem a própria vida inserindo-se no mundo humano por meio da ação e do discurso, **ninguém é autor ou produtor de sua própria história de vida**. Em outras palavras, as histórias, resultado da ação e do discurso, revelam um agente, mas esse agente não é autor nem produtor. Alguém as iniciou e delas é o sujeito, na dupla acepção da palavra, seu ator e seu paciente, mas ninguém é seu autor” (ARENDT, 2010, p. 230).

AÇÃO POLÍTICA

1º momento



☐ *Archein*: começar, liderar, governar

☐ *Agere*: pôr em movimento, liderar.

2º momento



☐ *Prattein*: atravessar, realizar, acabar

☐ *Gerere*: conduzir



PODER

AÇÃO E PODER

“É verdade que a ação nunca pode se dar em isolamento, dado que a pessoa que começa alguma coisa só pode aventurar-se nela depois de ter granjeado a ajuda de outros. Nesse sentido, toda ação é ação ‘concertada’, como Burke costumava dizer: ‘é impossível agir sem amigos e companheiros confiáveis’; impossível, bem entendido, no sentido do verbo grego *prattein*, pôr em prática e completar” (ARENDT, 2008, p. 183)

“o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome” (ARENDT, 2001, p.36).

AÇÃO POLÍTICA: IMPREVISIBILIDADE E IRREVERSIBILIDADE

“Pelo fato de que se movimenta sempre entre outros seres atuantes e em relação a eles, o ator nunca é simples ‘agente’, mas sempre, e ao mesmo tempo, paciente. Fazer e padecer são como as faces opostas da mesma moeda, e a estória iniciada por um ato compõe-se dos feitos e dos padecimentos dele decorrentes. Essas consequências são ilimitadas porque a ação, embora possa provir de nenhures, por assim dizer, atua em um meio no qual toda reação se converte em reação em cadeia, e no qual todo processo é causa de novos processos. Como a ação atua sobre seres que são capazes de realizar suas próprias ações, a reação, além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação que segue seu curso próprio e afeta os outros. Assim, a ação e a reação entre os homens jamais se passam em um círculo fechado, e jamais podem ser restringidas de modo confiável a dois parceiros. Essa ilimitabilidade é característica não só da ação política, no sentido mais restrito da palavra – [...] o menor dos atos, nas circunstâncias mais limitadas, traz em si a semente da mesma ilimitabilidade, pois basta um ato e, às vezes, uma palavra para mudar todo o conjunto” (ARENDT, 2010, p. 238).

OS REMÉDIOS DA AÇÃO

“A redenção possível para a vicissitude da irreversibilidade [...] é a faculdade de perdoar. O remédio para a imprevisibilidade, para a caótica incerteza do futuro, está contido na faculdade de prometer e cumprir promessas. As duas faculdades formam um par, pois a primeira delas, a de perdoar, serve para desfazer os atos do passado, cujos ‘pecados’ pendem [...] sobre cada nova geração; e a segunda, o obrigar-se através de promessas, serve para instaurar no futuro, que é por definição um oceano de incertezas, ilhas de segurança sem as quais nem mesmo a continuidade, sem falar na durabilidade de qualquer espécie, seria possível nas relações entre os homens” (ARENDT, 2010, p. 295).

POLÍTICA NA ATUALIDADE



O PRECONCEITO CONTRA A POLÍTICA

“Qualquer discurso sobre a política em nossa época deve começar pelos **preconceitos** que todos nós, que não somos políticos profissionais, temos **contra a política**. Nossos preconceitos comuns são, eles próprios, políticos em sentido amplo. [...] Uma vez que brotam no nosso próprio pensamento, não podemos ignorá-los; e, dado que se referem a realidades inegáveis e refletem fielmente a nossa situação presente precisamente em seus aspectos políticos, não podemos silenciá-los com argumentos. [...] Eles indicam que nos deparamos com uma situação a qual não sabemos, pelo menos não ainda, conduzir-nos politicamente. O perigo é a política vir a desaparecer inteiramente do mundo” (*A promessa da política*, 2008, p. 148).

O PRECONCEITO CONTRA A POLÍTICA

“Por trás dos nossos preconceitos atuais contra a política estão a esperança e o medo: o medo de que a humanidade se autodestrua por meio da política e dos meios de força que tem hoje à sua disposição; e a esperança, ligada a esse medo, de que a humanidade recobre a razão e livre o mundo não se si própria, mas da política. Um meio de fazê-lo seria a criação de um governo mundial que transformasse o Estado numa máquina administrativa, resolvesse burocraticamente os conflitos políticos e substituísse os exércitos por forças policiais” (*A promessa da política*, 2008, pp. 148-149).

A POLÍTICA AINDA TEM ALGUM SIGNIFICADO?

“[...] no mundo moderno, quer teórica ou praticamente, a política tem sido vista como meio de proteção dos recursos vitais da sociedade e da produtividade de seu desenvolvimento livre e aberto. [...] Se é verdade que a política nada mais é que um mal necessário para a sustentação da vida humana, então ela de fato começou a banir a si própria do mundo e a transformar seu significado em falta de significado. Essa falta de significado não é um problema inventado.

É um fato real, que experimentaríamos todos os dias se nos déssemos ao trabalho de não apenas ler o jornal, mas também, por indignação com a balbúrdia em que se transformaram todos os problemas políticos, de levantar a questão de como, dada essa situação, as coisas poderiam ser feitas de forma melhor. [...] podemos dizer que uma mudança decisiva para melhor só pode resultar de uma espécie de milagre” (*A promessa da política*, 2008, pp. 163-4).

QUAL O SIGNIFICADO DA POLÍTICA?

“A resposta à questão do significado da política é tão simples e conclusiva que se poderia pensar que todas as outras são absolutamente irrelevantes. A resposta é: o significado da política é a liberdade” (*A promessa da política*, 2008, p. 161).

“A liberdade [...] é na verdade o motivo por que os homens convivem politicamente organizados. Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado. A *raison d'être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação” (*Entre o passado e o futuro*, 2003, p. 192).

E O QUE É A LIBERDADE?

“[...] toda nova ocorrência irrompe num contexto de processos previsíveis como algo inesperado, imprevisível e, em última instância, inexplicável em termos causais – como um milagre. Em outras palavras, todo novo começo é por natureza um milagre quando visto e vivenciado desde o ponto de vista dos processos que ele necessariamente interrompe. [...]

O milagre da liberdade é inerente a essa capacidade de começar, ela própria inerente ao fato de que todo ser humano, simplesmente por nascer um mundo que já existia antes dele e seguirá existindo depois, é ele próprio um novo começo” (*A promessa da política*, 2008, pp. 165-167).

O QUE É A POLÍTICA?

“A política se baseia no fato da pluralidade humana. [...] Política diz respeito à coexistência e associação de homens *diferentes*. Os homens se organizam politicamente segundo certos atributos comuns essenciais existentes em, ou abstraídos de, um absoluto caos de diferenças [...] Desde o começo, a política organiza os absolutamente diferentes, tendo em vista a sua *relativa* igualdade e em contraposição a suas *relativas* diferenças” (*A promessa da política*, 2008, pp. 144-147).

SOBRE A POLÍTICA

“[...] no centro da política jaz a preocupação com o mundo, não com o homem – com o mundo, na verdade, constituído dessa ou daquela maneira, sem o qual aqueles que são ao mesmo tempo preocupados e políticos não achariam que a vida é digna de ser vivida. [...] Pois o mundo e as coisas deste mundo, em meio aos quais os assuntos humanos têm lugar, não são a expressão da natureza humana, isto é, a marca da natureza humana exteriorizada, mas, ao contrário, resultam do fato de que os seres humanos produzem o que eles próprios são [...]” (*A promessa da política*, 2008, pp. 159-160).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

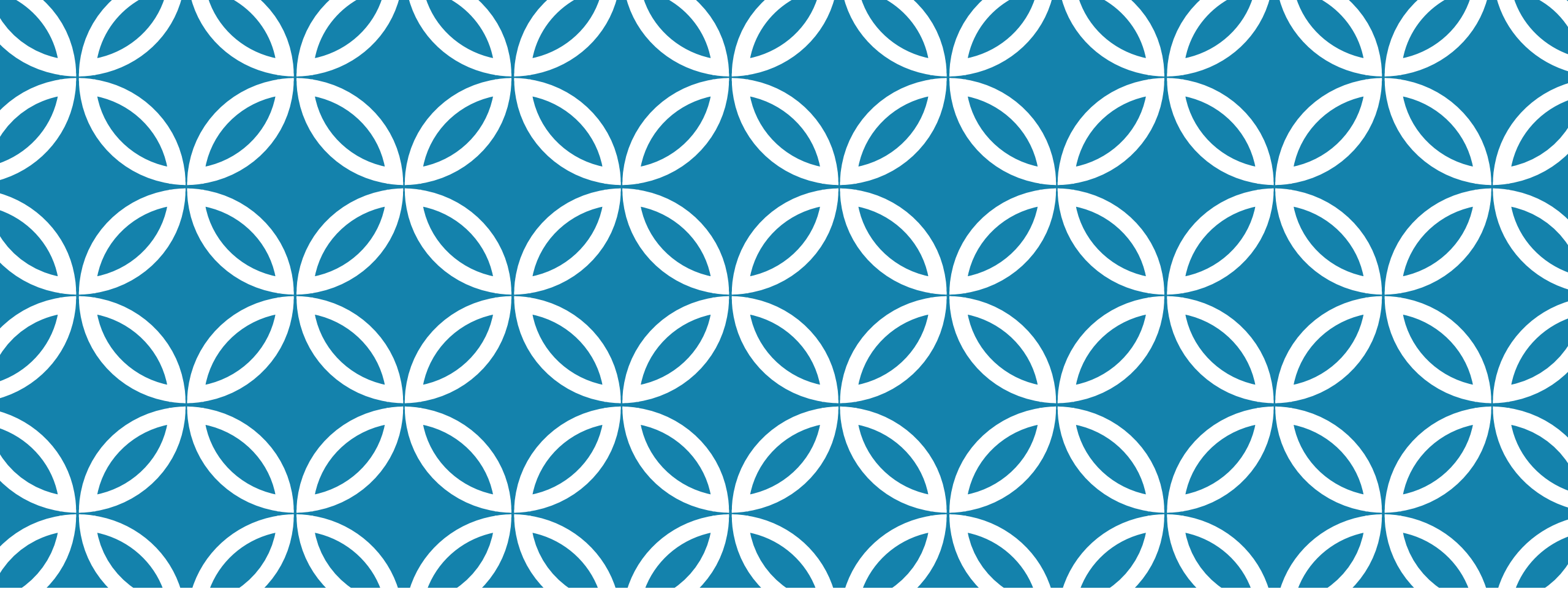
ARENDT, Hannah. Introdução na política. In: **A promessa da política**. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

_____. **A condição humana**. 11ª edição revista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

<https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=W0bg0xXLF8U>

<https://www.youtube.com/watch?v=RwlYYp61nm4>



Judith Butler:
Relatar a si mesmo:
crítica da violência ética



Para Butler subjetividade se baseia numa noção de materialidade

- Papel da Linguagem na produção de uma facticidade enquanto realidade dada
- Descartes, Husserl e Sartre = distinção ontológica entre alma(consciência e mente) e corpo
- linguagem = situação e acontecimento histórico
- noção de materialidade = crítica a metafísica da substância

A matéria é um processo em curso, materializar-se é investir-se de poder

A matéria [é sempre materializada:

Para tanto é preciso pensar uma teoria da ação que produz materialidades

“ Todo o esforço de se referir a materialidade se dá através de um processo significante que, na sua fenomenalidade, é desde sempre material. Nesse sentido, então, linguagem e materialidade não se opõem,, pois a linguagem tanto é quanto se refere àquilo que é material, e o que é material nunca escapa do processo pelo qual é significado”

AÇÃO : ENTRE ARENDT E BUTLER

Arendt	Butler
artefato	Materialidade
Ser e aparecer (não há essência)	Fazer e aparecer (não há essência)
A ação é a forma por meio do qual os sujeitos aparecem no mundo	A ação é a forma por meio do qual os sujeitos são
Não se age sozinho	Não se age sozinho
Práxis/ logos	Agir/ falar
O que sobra das ações são histórias/ narrativas	Toda ação produz materialidades que permanecem durante um tempo e se configuram como espaço
É pela ação que revelamos quem nós somos	Pela ação constituímos quem nós somos
Quem? O que?	Como? Quando? Quem?
Singularidades	Aliança
Comportamento não é ação	Tudo é ação
Ação é imprevisível	Ação é imprevisível

Teoria dos Atos de fala

enunciado performativo (performative utterance)

conceito desenvolvido pelo filósofo britânico J. L. Austin



para descrever determinada forma dos atos da fala ou da linguagem. Os atos da fala, segundo ele, podem se realizar de duas formas:

1) como ação **constativa**: constatação, relatos ou descrições ou

2) como ação **performativa** (*performative utterance*)

ordens, pedidos, advertências, ofensas, promessas, garantias, perguntas, apostas, vetos..., os quais implicam a realização de uma ação.

DO ATO PERFORMATIVO A PERFORMATIVIDADE

Para Butler, o significado da ação não se dá no tempo exclusivo de sua enunciação, mas é a “condensação” dos significados passados, dos significados presentes e até mesmo de significados futuros e imprevisíveis

* Um enunciado sempre pode “exceder o momento que ocasiona” (*Excitable Speech*, 1998, p. 14)

“Na mesma medida em que os falantes são formados pela linguagem, eles também a formam.”

“não existe um ‘ser’ por trás do fazer, do atuar, do devir; o agente é uma ficção acrescentada a ação – a ação é tudo” (*Excitable Speech*, 1998, p. 36)

AO PENSAR AÇÃO COMO PERFORMATIVIDADE

Fala excitável: toda ação (fala) é ex citada na situação (cena)

A linguagem é uma cadeia citacional que precede e excede os sujeitos falantes

Citacional ou Citacionalidade: Jacques Derrida

a performatividade deve ser compreendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional [3] pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia

Em Problemas de Gênero: não há nenhuma identidade de gênero por trás das expressões de gênero; a identidade é performatividade constituída pelas próprias expressões e supostamente são seus resultados (Problemas de gênero, 1990, p. 25)

FALA EX CITAVEL

Butler focaliza o conceito de linguagem performativa (de Austin), a eficácia da interpelação (de Althusser) e a lógica que move os que dirigem ofensas verbais a grupos ou pessoas sem ser agentes soberanos do que dizem.

“não há nenhum falante-do-ódio por trás das expressões do discurso de ódio; a identidade do falante-do-ódio é performativamente constituída pelas próprias ‘expressões’ que supostamente são seus resultados”

RELATAR A SI MESMO E A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE

“ o eu não tem história própria que não seja também a história de uma relação”
(Re465latar a si mesmo, p. 18)

Moral – Ética “as questões que caracterizam a investigação moral são formuladas ou estilizadas pelas condições históricas que as suscitam”

“Temos que perguntar, no entanto, se o “eu” que deve se apropriar das normas morais de uma maneira vital não é, por sua vez, condicionado por essas mesmas normas que estabelecem a viabilidade do sujeito”

RECONHECIMENTO COMO RESPOSTA ÉTICA

“ a possibilidade de uma resposta ética ao sujeito (...) já existe não só um quadro epistemológico dentro do qual o sujeito aparece, mas também uma operação de poder (...) Afinal, sobre quais condições alguns indivíduos adquirem um rosto legível e visível e outros não?” (p. 42)

A pergunta mais central para o reconhecimento é direta e voltada para o outro:

-quem és tu?

“ A ação e o discurso são tão intimamente relacionados porque o ato primordial e especificamente humano deve conter, ao mesmo tempo, a resposta à pergunta que se faz a todo recém chegado: quem és tu” (Arendt apud Butler, p.45)

RESPOSTA ÉTICA E SUJEITO

É a ação (narrativa) que constitui o ser

da ação

DIALÉTICA DO RECONHECIMENTO

Ato de reconhecer:

“O reconhecimento se torna o processo pelo qual eu me torno outro diferente do que eu fui e assim deixo de ser capaz de retornar ao que eu era. (...) o eu é transformado pelo ato do reconhecimento (...) o ato altera a organização do passado e seu significado ao mesmo tempo que transforma o presente de quem é reconhecido (...) o encontro com o outro realiza uma transformação de si mesmo na qual não há retorno” (Butler, 2015:41)

VIOLÊNCIA ÉTICA

Caráter histórico mutável da investigação moral

O contexto não é externo ao problema: ele condiciona a forma que o problema vai assumir. As questões que caracterizam a investigação moral são formuladas ou estilizadas pelas condições históricas que as suscitam (p. 16)

Quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse “si mesmo” já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidade de narração (p. 18)

O “eu” não tem história própria que não seja a história de uma relação

O ATO DA INTERPELAÇÃO

Genealogia da Moral: o ato do castigo como criação de uma memória

“ Ao perguntarmos se somos os causadores do sofrimento, um autoridade estabelecida nos pede não apenas para admitir a existência de uma ligação entre nossas ações e o sofrimento resultante, mas também para assumir a responsabilidade por essas ações e seus efeitos (p.21)

Relatamos a nós mesmos porque somos interpelados...

Nietzsche acertou muito bem quando disse que só começamos a contar uma história de nós mesmos frente a um “tu” que nos pede que o façamos

AÇÃO DE RELATAR E CONTAR UMA HISTÓRIA

A diferença entre relatar a si e contar uma história ...

O ato de relatar a si mesmo adquire uma forma narrativa, que não apenas depende da capacidade de transmitir eventos, mas também recorre a uma autoridade narrativa, cujo objetivo é persuadir o público

Em Nietzsche, a cena da interpelação provocada por um sistema de punição é que vai constituir o sujeito reflexivo

NIETZSCHE *VERSUS* FOUCAULT

A explicação nietzschiana de castigo foi fundamental para Foucault explicar sobre o poder disciplinar na prisão

Porém, diferente de Nietzsche para quem a moral surge como resposta aterrorizante ao castigo, em Foucault investe na ideia de “má consciência como um meio para a criação de uma ética e de valores”.

Foucault o que se produz são códigos de conduta, e não códigos de castigo

Modos de subjetivação:

Não há criação de si fora de um modo de subjetivação (p. 30)

SUJEITOS FOUCAULTIANOS

A constituição de si, ou os termos que possibilitam o reconhecimento de si são dados por um regime de verdade

Regimes e verdade e modos de engendramento de si

“o próprio ser do si-mesmo é dependente não só da existência do outro em sua singularidade, mas também da dimensão social da normatividade que governa a cena de reconhecimento”

CONDIÇÃO CORPORAL DO RELATO NARRATIVO

1. Exposição

A exposição, como a operação da norma, constitui as condições do meu próprio surgimento como ser reflexivo, um ser dotado de memória, um ser de quem se poderia dizer que tem uma história para contar (p. 55)

2. Relações primárias

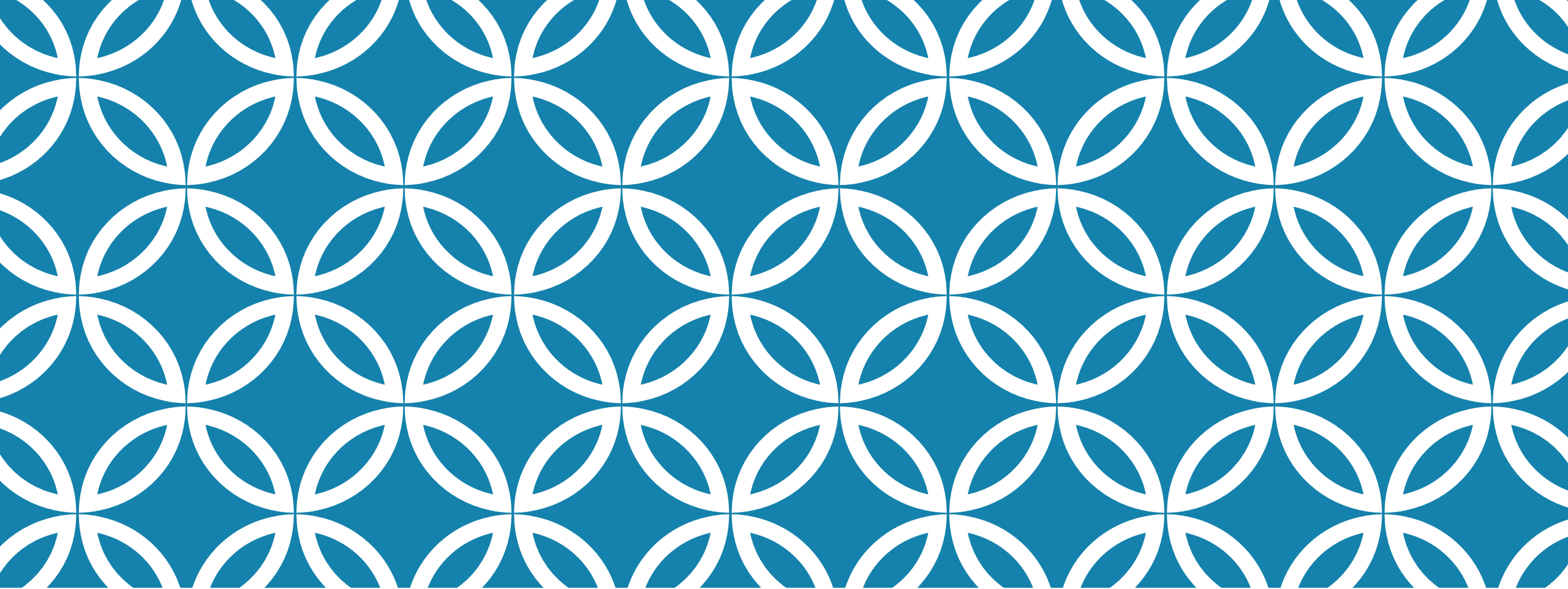
Irrecuperáveis que formam impressões duradouras da minha história de vida

3. História que estabeleça opacidade parcial comigo mesma

Densidade como sujeito singular

4. Normas

Que fazem de mim substituível no momento que conta da minha singularidade



DA NEGAÇÃO DA POLÍTICA NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DE MASSAS

Prof.^a Crislei de Oliveira
Custódio

crislei.paula@usp.br

POLÍTICA NA ATUALIDADE



O PRECONCEITO CONTRA A POLÍTICA

“Qualquer discurso sobre a política em nossa época deve começar pelos **preconceitos** que todos nós, que não somos políticos profissionais, temos **contra a política**. Nossos preconceitos comuns são, eles próprios, políticos em sentido amplo. [...] Uma vez que brotam no nosso próprio pensamento, não podemos ignorá-los; e, dado que se referem a realidades inegáveis e refletem fielmente a nossa situação presente precisamente em seus aspectos políticos, não podemos silenciá-los com argumentos. [...] Eles indicam que nos deparamos com uma situação a qual não sabemos, pelo menos não ainda, conduzir-nos politicamente. O perigo é a política vir a desaparecer inteiramente do mundo” (*A promessa da política*, 2008, p. 148).

O PRECONCEITO CONTRA A POLÍTICA

“Por trás dos nossos preconceitos atuais contra a política estão a esperança e o medo: o medo de que a humanidade se autodestrua por meio da política e dos meios de força que tem hoje à sua disposição; e a esperança, ligada a esse medo, de que a humanidade recobre a razão e livre o mundo não se si própria, mas da política. Um meio de fazê-lo seria a criação de um governo mundial que transformasse o Estado numa máquina administrativa, resolvesse burocraticamente os conflitos políticos e substituísse os exércitos por forças policiais” (*A promessa da política*, 2008, pp. 148-149).

A POLÍTICA AINDA TEM ALGUM SIGNIFICADO?

“[...] no mundo moderno, quer teórica ou praticamente, a política tem sido vista como meio de proteção dos recursos vitais da sociedade e da produtividade de seu desenvolvimento livre e aberto. [...] Se é verdade que a política nada mais é que um mal necessário para a sustentação da vida humana, então ela de fato começou a banir a si própria do mundo e a transformar seu significado em falta de significado. Essa falta de significado não é um problema inventado.

É um fato real, que experimentaríamos todos os dias se nos déssemos ao trabalho de não apenas ler o jornal, mas também, por indignação com a balbúrdia em que se transformaram todos os problemas políticos, de levantar a questão de como, dada essa situação, as coisas poderiam ser feitas de forma melhor. [...] podemos dizer que uma mudança decisiva para melhor só pode resultar de uma espécie de milagre” (*A promessa da política*, 2008, pp. 163-4).

QUAL O SIGNIFICADO DA POLÍTICA?

“A resposta à questão do significado da política é tão simples e conclusiva que se poderia pensar que todas as outras são absolutamente irrelevantes. A resposta é: o significado da política é a liberdade” (*A promessa da política*, 2008, p. 161).

“A liberdade [...] é na verdade o motivo por que os homens convivem politicamente organizados. Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado. A *raison d'être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação” (*Entre o passado e o futuro*, 2003, p. 192).

E O QUE É A LIBERDADE?

“[...] toda nova ocorrência irrompe num contexto de processos previsíveis como algo inesperado, imprevisível e, em última instância, inexplicável em termos causais – como um milagre. Em outras palavras, todo novo começo é por natureza um milagre quando visto e vivenciado desde o ponto de vista dos processos que ele necessariamente interrompe. [...]

O milagre da liberdade é inerente a essa capacidade de começar, ela própria inerente ao fato de que todo ser humano, simplesmente por nascer um mundo que já existia antes dele e seguirá existindo depois, é ele próprio um novo começo” (*A promessa da política*, 2008, pp. 165-167).

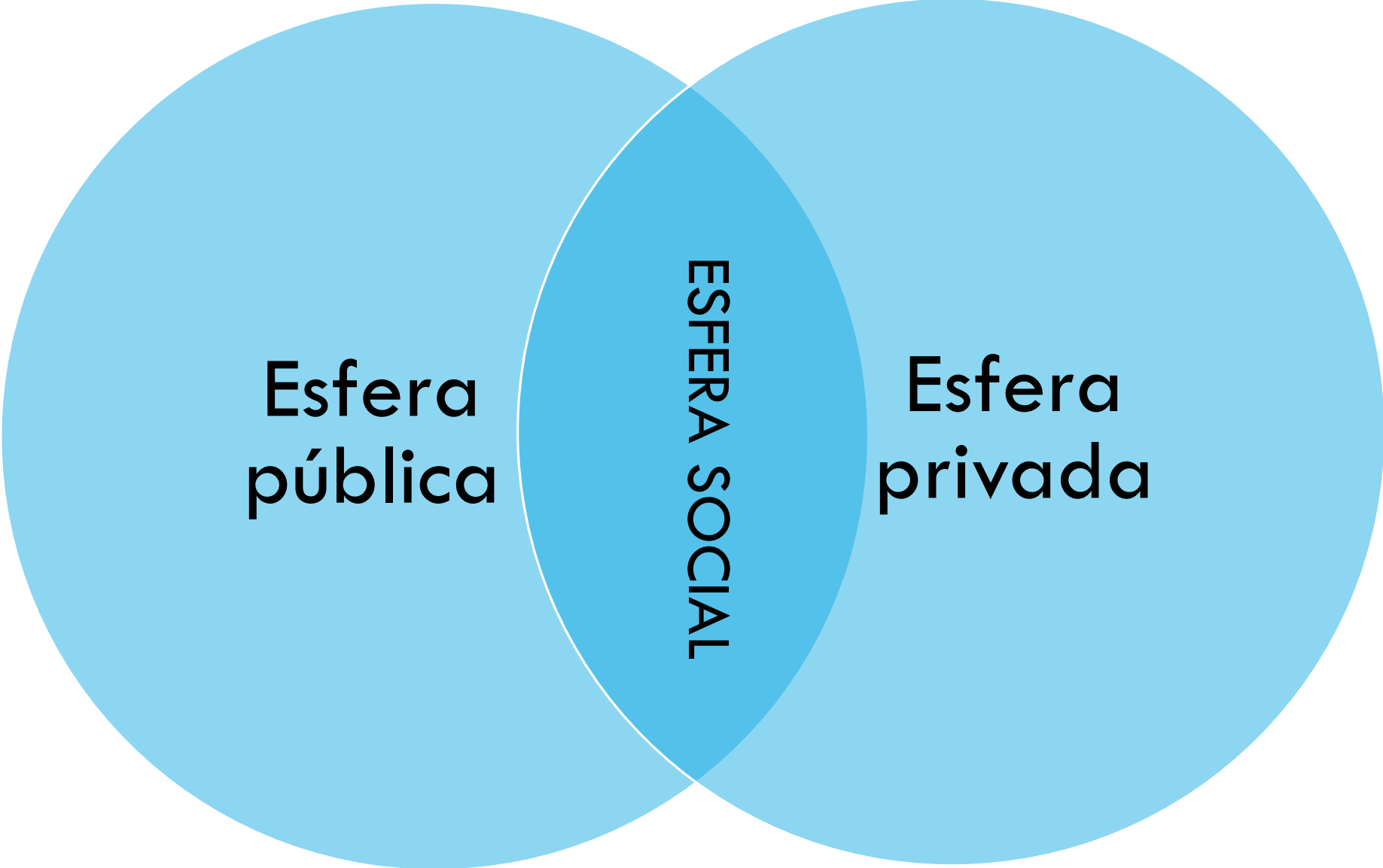
O QUE É A POLÍTICA?

“A política se baseia no fato da pluralidade humana. [...] Política diz respeito à coexistência e associação de homens *diferentes*. Os homens se organizam politicamente segundo certos atributos comuns essenciais existentes em, ou abstraídos de, um absoluto caos de diferenças [...] Desde o começo, a política organiza os absolutamente diferentes, tendo em vista a sua *relativa* igualdade e em contraposição a suas *relativas* diferenças” (*A promessa da política*, 2008, pp. 144-147).

SOBRE A POLÍTICA

“[...] no centro da política jaz a preocupação com o mundo, não com o homem – com o mundo, na verdade, constituído dessa ou daquela maneira, sem o qual aqueles que são ao mesmo tempo preocupados e políticos não achariam que a vida é digna de ser vivida. [...] Pois o mundo e as coisas deste mundo, em meio aos quais os assuntos humanos têm lugar, não são a expressão da natureza humana, isto é, a marca da natureza humana exteriorizada, mas, ao contrário, resultam do fato de que os seres humanos produzem o que eles próprios são [...]” (*A promessa da política*, 2008, pp. 159-160).

“O aparecimento da sociedade – a ascensão da administração do lar, de suas atividades, seus problemas e dispositivos organizacionais – do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública não apenas turvou a antiga fronteira entre o privado e o político, mas também alterou o significado dos dois termos e a sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão, ao ponto de torná-los quase irreconhecíveis” (ARENDT, 2010, p. 46).



Esfera
pública

ESFERA SOCIAL

Esfera
privada

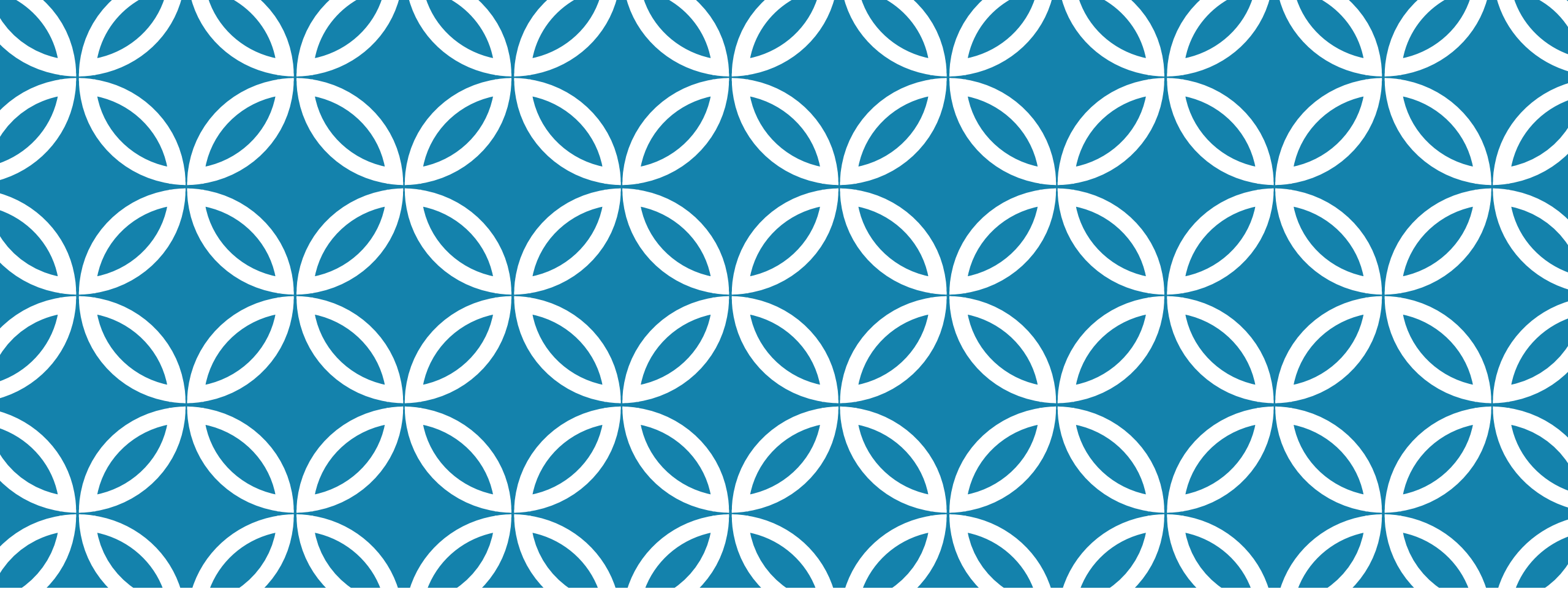
“Um fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação, que outrora era excluída do lar doméstico. Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a excluir a ação espontânea ou a façanha extraordinária. [...] a sociedade iguala em quaisquer circunstâncias [...]” (ARENDT, 2010, p. 49)



Estatística

A esfera social, como produto da Era Moderna, configurou-se como eixo de intersecção entre a esfera pública e a esfera privada, descaracterizando ambas. Isso significa que, nesta terceira esfera as necessidades, que são tudo o que é ligado à sobrevivência e à preservação do corpo, migraram do âmbito privado para o âmbito público. Por outro lado, a liberdade, que antes era concebida como precondition e resultado da ação política, recebeu *status* de direito individual.

A esfera social, que tem sua base alicerçada no enriquecimento do trabalho como forma de manutenção da vida e no conformismo, concebe o mundo como um produto descartável, ou seja, obsoleto e passível de ser consumido com o intuito de sanar as necessidades imediatas. Se não há espaços nos quais podemos aparecer, falar, agir e compartilhar assuntos e coisas relevantes, que concernem a todos, não há também necessidade de preservação do mundo, dos saberes, valores, objetos e obras os quais atribuímos importância.



DAS CARACTERÍSTICAS DO REGIME TOTALITÁRIO

HAVERIA ALGO DE INÉDITO NO TOTALITARISMO?

[...] podemos indagar se o governo totalitário [...] é apenas um arranjo improvisado que adota os métodos de intimidação, os meios de organização e os instrumentos de violência do conhecido arsenal político da tirania, do despotismo e das ditaduras, e deve a sua existência apenas ao fracasso, deplorável mas talvez accidental, das tradicionais forças políticas – liberais ou conservadoras, nacionais ou socialistas, republicanas ou monarquistas, autoritárias ou democratas. Ou se, pelo contrário, existe algo que se possa chamar de *natureza* do governo totalitário [...]. Se a segunda suposição for verdadeira, então as formas inteiramente novas e inauditas da organização e do modo de agir do totalitarismo devem ter fundamento numa das poucas experiências básicas que os homens podem realizar quando vivem juntos e se interessam por assuntos públicos. Se existe uma experiência básica que encontre expressão no domínio totalitário, então, dada a novidade da forma totalitária de governo, deve ser uma experiência que, por algum motivo, nunca antes havia servido como base para uma estrutura política [...] (*Origens do totalitarismo*, 2009, p. 51 2-3)

LEGALIDADE TOTALITÁRIA E TERROR

❖ Legalidade totalitária X legalidade positiva: a legitimidade da lei não repousaria numa ideia de lei natural ou lei divina estável; mas há a compreensão da lei da natureza ou da lei da história enquanto movimento (a constante geração do que é indigno de viver ou da classe que deve ser eliminada para o cumprimento de tal lei). “Em outras palavras, a lei de matar, pela qual os movimentos totalitários tomam e exercem o poder, permaneceria como lei do movimento mesmo que conseguissem submeter toda a humanidade ao seu domínio” (*Origens do totalitarismo*, 2009, p. 516).

“No corpo político totalitário, o lugar das leis positivas é tomado pelo terror total, que se destina a converter em realidade a lei do movimento da história ou da natureza. [...] também o terror no governo totalitário deixa de ser um meio para suprimir a oposição, embora ainda seja usado para tais fins. O terror torna-se total quando independente de toda oposição; reina supremo quando ninguém mais lhe barra o caminho. Se a legalidade é a essência do governo não tirânico e a ilegalidade é a essência da tirania, então o terror é a essência do domínio totalitário. [...] Culpa e inocência viram conceitos vazios; o ‘culpado’ é quem estorva o caminho do processo natural ou histórico que já emitiu o seu julgamento quanto às ‘raças inferiores’, quanto a quem é ‘indigno de viver’, quanto a ‘classes agonizantes e povos decadentes’” (*Origens do totalitarismo*, 2009, p. 516-17).

SOBRE O TERROR

❖ O terror total não é sintoma de um governo tirânico, mas uma das chaves-mestras do regime totalitário, que, em seu início é tirânico – isto é, sustentado numa ilegalidade arbitrária. No entanto, o terror total avança, eliminando uma lógica arbitrária e ilegal e o poder despótico de um homem contra todos ou da guerra de todos contra todos.

“Em lugar das fronteiras e dos canais de comunicação entre os homens individuais, constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantesca. Pressionando os homens, uns contra os outros, o terror total destrói o espaço entre eles; comparado às condições que prevalecem dentro do cinturão de ferro [...]. O terror, portanto, como servo obediente do movimento natural e histórico, tem de eliminar do processo não apenas a liberdade que está no nascimento do homem e na sua capacidade de começar o novo” (*Origens do totalitarismo*, 2009, p. 518).

❖ Isso é necessário para se acelerar o processo histórico e/ou natural, eliminando um de seus entraves, a ação espontânea do homem.

❖ O terror constitui, no regime totalitário, essência e princípio de movimento.

“Nas condições do terror total, nem mesmo o medo pode aconselhar a conduta do cidadão, porque o terror escolhe as suas vítimas independentemente de ações ou pensamentos individuais, unicamente segundo a necessidade objetiva do processo natural ou histórico.

A IDEOLOGIA

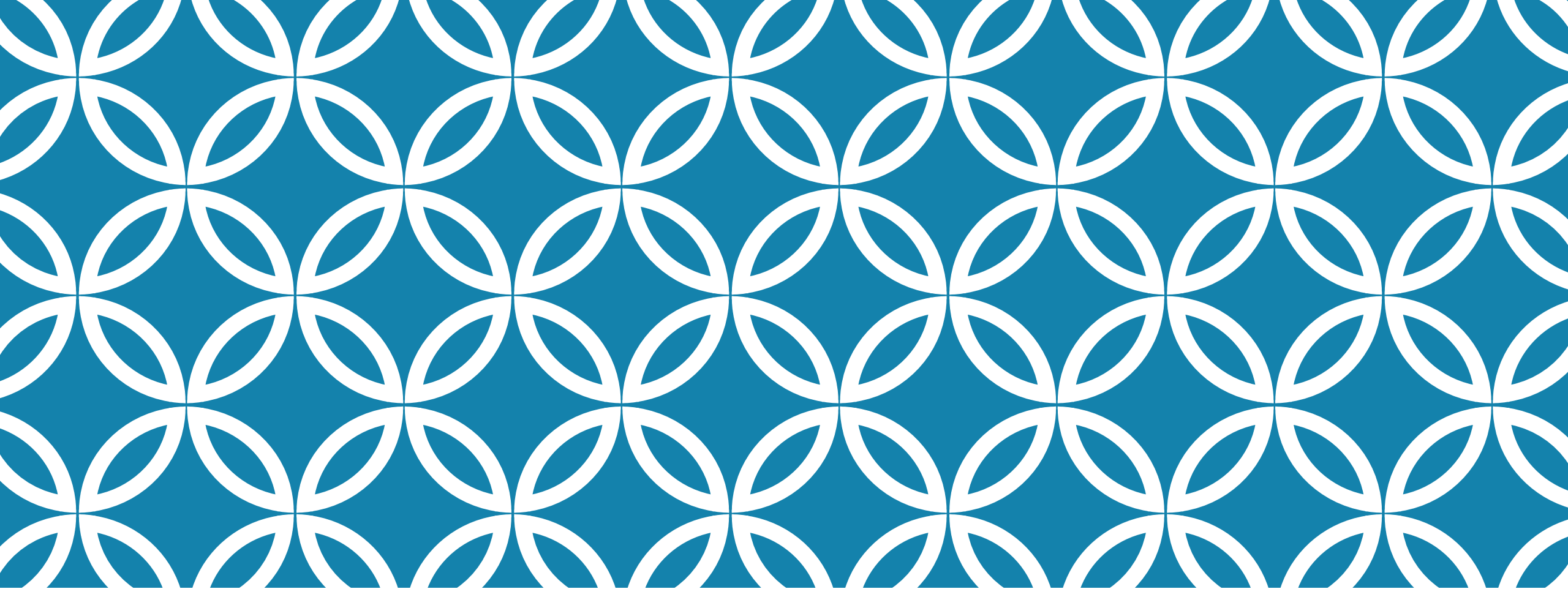
“Uma ideologia é bem literalmente o que o seu nome indica: é a lógica de uma ideia. O seu objeto de estudo é a história, à qual a ideia é aplicada; o resultado dessa aplicação não é um conjunto de postulados acerca de algo que é, mas a revelação de um processo que está em constante mudança” (*Origens do totalitarismo*, 2009, p. 521).

❖ Na ideologia, o que se preza é a lógica de uma ideia, a qual não requer fatualidade alguma. Na lógica interna da ideologia, a tese que ela aporta é a sua própria premissa de movimento, da qual se faz deduções.

“As ideologias pressupõem sempre que uma ideia é suficiente para explicar tudo no desenvolvimento da premissa, e que nenhuma experiência ensina coisa alguma porque tudo está compreendido nesse coerente processo de dedução lógica” (*Origens do totalitarismo*, 2009, p. 522).

A IDEOLOGIA

- ❖ Pretensão de explicação total dos acontecimentos históricos;
- ❖ Emancipação da experiência e da realidade a partir da insistência na existência de uma realidade mais verdadeira que não pode ser apreendida na experiência;
- ❖ Lógica interna de argumentação a partir de uma premissa aceita como axioma, da qual pode-se deduzir inúmeros processos.



SOBRE TOTALITARISMO E BANALIDADE DO MAL

Prof.^a Crislei de Oliveira Custódio

SOBRE O TERROR

❖ O terror total não é sintoma de um governo tirânico, mas uma das chaves-mestras do regime totalitário, que, em seu início é tirânico – isto é, sustentado numa ilegalidade arbitrária. No entanto, o terror total avança, eliminando uma lógica arbitrária e ilegal e o poder despótico de um homem contra todos ou da guerra de todos contra todos.

“Em lugar das fronteiras e dos canais de comunicação entre os homens individuais, constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantesca. Pressionando os homens, uns contra os outros, o terror total destrói o espaço entre eles; comparado às condições que prevalecem dentro do cinturão de ferro [...]. O terror, portanto, como servo obediente do movimento natural e histórico, tem de eliminar do processo não apenas a liberdade que está no nascimento do homem e na sua capacidade de começar o novo” (*Origens do totalitarismo*, 2009, p. 518).

❖ Isso é necessário para se acelerar o processo histórico e/ou natural, eliminando um de seus entraves, a ação espontânea do homem.

❖ **O terror constitui, no regime totalitário, essência e o movimento.**

“Nas condições do terror total, nem mesmo o medo pode aconselhar a conduta do cidadão, porque o terror escolhe as suas vítimas independentemente de ações ou pensamentos individuais, unicamente segundo a necessidade objetiva do processo natural ou histórico.

A IDEOLOGIA

“Uma ideologia é bem literalmente o que o seu nome indica: é a lógica de uma ideia. O seu objeto de estudo é a história, à qual a ideia é aplicada; o resultado dessa aplicação não é um conjunto de postulados acerca de algo que é, mas a revelação de um processo que está em constante mudança” (*Origens do totalitarismo*, 2009, p. 521).

❖ Na ideologia, o que se preza é a lógica de uma ideia, a qual não requer fatualidade alguma. Na lógica interna da ideologia, a tese que ela aporta é a sua própria premissa de movimento, da qual se faz deduções.

“As ideologias pressupõem sempre que uma ideia é suficiente para explicar tudo no desenvolvimento da premissa, e que nenhuma experiência ensina coisa alguma porque tudo está compreendido nesse coerente processo de dedução lógica” (*Origens do totalitarismo*, 2009, p. 522).

A IDEOLOGIA

“[...] Todas as ideologias contêm elementos totalitários, mas estes só se manifestam inteiramente através de movimentos totalitários – o que nos dá a falsa impressão de que somente o racismo e o comunismo são de caráter totalitário. Mas, no fundo, é a verdadeira natureza de todas as ideologias que se revelou no papel que a ideologia desempenha no mecanismo do domínio totalitário” (*Origens do totalitarismo*, 2009, p. 522).

1. Pretensão de explicação total dos acontecimentos históricos, de modo que as ideologias têm a tendência de explicar não o que é, mas o que vem a ser, elas têm um caráter projetivo que traduz a lei natural ou da história;

“A pretensão de explicação total promete esclarecer todos os acontecimentos históricos – a explanação total do passado, o conhecimento total do presente e a previsão do futuro” (*Origens do totalitarismo*, 2009, p. 523).

A IDEOLOGIA

2. Emancipação da experiência e da realidade a partir da insistência na existência de uma realidade mais verdadeira que não pode ser apreendida na experiência;

“A propaganda do movimento totalitário serve também para libertar o pensamento da experiência e da realidade; procura sempre injetar um significado secreto em cada evento público tangível e farejar intenções secretas atrás de cada ato político público. Quando chegam ao poder, os movimentos passam a alterar a realidade segundo as suas afirmações ideológicas. O conceito de inimizade é substituído pelo conceito de conspiração [...]” (*Origens do totalitarismo*, 2009, p. 523).

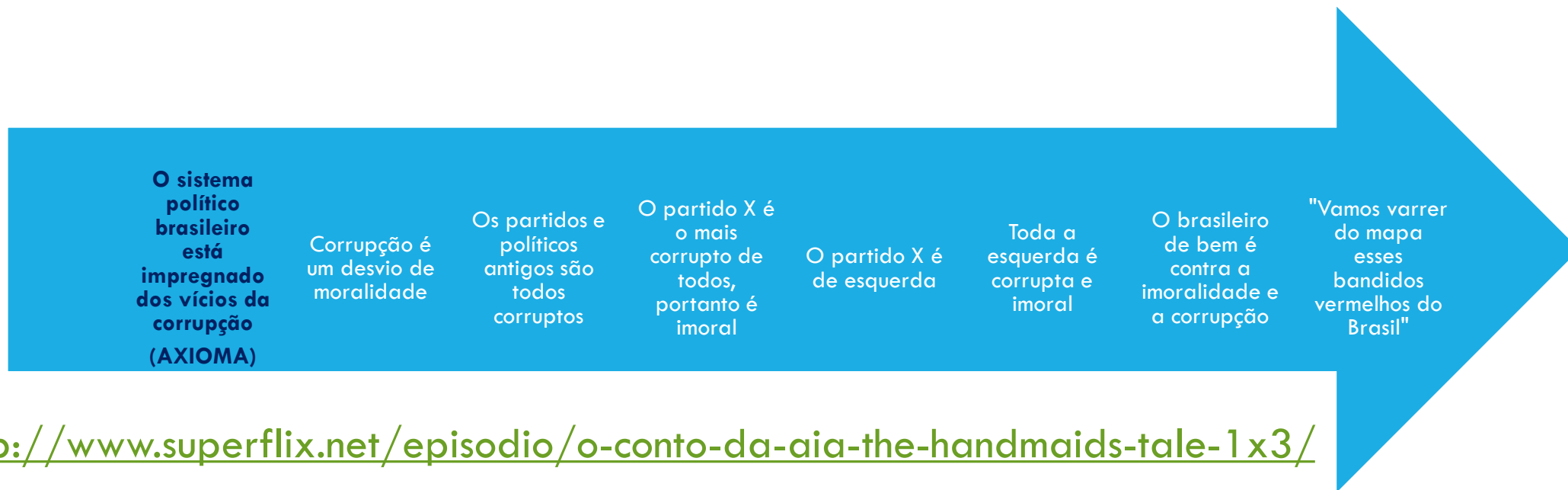
3. Lógica interna de argumentação a partir de uma premissa aceita como axioma, da qual pode-se deduzir inúmeros processos.

“[...] como as ideologias não têm o poder de transformar a realidade, conseguem libertar o pensamento da experiência por meio de certos métodos de demonstração. O pensamento ideológico arruma os fatos sob a forma de um processo absolutamente lógico, que se inicia a partir de uma premissa aceita axiomáticamente, tudo mais sendo deduzido dela [...]” (*Origens do totalitarismo*, 2009, p. 523).

IDEOLOGIA E TERROR COMO OPERADORES DO DOMÍNIO TOTALITÁRIO

❖ Em regimes totalitários, a força da “ideia” que atrai as massas é devorada pelo próprio processo lógico que dela pode ser deduzido. Nesse sentido, concordar com a existência de classes agonizantes ou raças inferiores implicava, logicamente, assentir com o extermínio de seus membros.

Exemplo:



*Ver: <http://www.superflix.net/episodio/o-conto-da-aia-the-handmaids-tale-1x3/>

IDEOLOGIA E TERROR COMO OPERADORES DO DOMÍNIO TOTALITÁRIO

❖ O pensamento é oposto da força coercitiva da lógica.

“Do mesmo modo como o terror, mesmo em sua forma pré-total e meramente tirânica, arruína todas as relações entre os homens, também a autocompulsão do pensamento ideológico destrói toda a relação com a realidade. O preparo triunfa quando as pessoas perdem o contato com os seus semelhantes e com a realidade que as rodeia; pois justamente com esses contatos, os homens perdem a capacidade de sentir e de pensar. O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto [...], mas aquele para quem não existe a diferença entre o fato e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios de pensamento)” (*Origens do totalitarismo*, 2009, p. 526).

ISOLAMENTO, SOLIDÃO E TOTALITARISMO

- ❖ Isolamento é solo fértil para o terror, constituindo-se como condição pré-totalitária, uma vez que, na esfera política, traz consigo a impotência, “isto é, a incapacidade básica de agir” (p. 526). Entretanto, embora o isolamento faça com que os sujeitos rompam com seus contatos devido a destruição da esfera da ação política, ainda deixa intactas a esfera privada, “juntamente com a capacidade de sentir, de inventar e de pensar” (p. 527).
- ❖ Solidão refere-se à vida humana como um todo. “[...] o domínio totalitário como forma de governo é novo no sentido de que não se contenta com esse isolamento, e destrói também a vida privada. Baseia-se na solidão, na experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter. A solidão, o fundamento para o terror, a essência do governo totalitário, e, para a ideologia ou a lógica, a preparação de seus carrascos e vítimas, tem íntima ligação com o desarraigamento e a superfluidade [...]” (pp. 527-8).



A vida numa sociedade de massas na qual o indivíduo é reduzido à condição de ser vivente que trabalha para ganhar a vida e para manter a ordem produtiva da sociedade é solo fértil para o terror e para o regime totalitário por gerar isolamento e solidão.

“O que torna a solidão tão insuportável é a perda do próprio eu, que pode realizar-se quando está a sós, mas cuja identidade só é confirmada pela companhia confiante e fidedigna dos meus iguais. Nessa situação, o homem perde a confiança em si mesmo como parceiro dos próprios pensamentos, e perde aquela confiança elementar no mundo que é necessária para que se possam ter quaisquer experiências. O eu e o mundo, a capacidade de pensar e de sentir, perdem-se ao mesmo tempo (*Origens do totalitarismo*, 2009, p. 529).

“Como bem se sabe, os antigos consideravam os amigos indispensáveis à vida humana, e na verdade uma vida sem amigos não era realmente digna de ser vivida. Ao sustentar esse ponto de vista, pouca consideração davam à ideia de precisarmos da ajuda de amigos nos momentos de infortúnio; pelo contrário, antes achavam que não pode haver felicidade ou boa sorte para a pessoa, a não ser que tenha um amigo com quem partilhar sua alegria. É claro que existe também a máxima segundo a qual é apenas no infortúnio que descobrimos os verdadeiros amigos; mas os que consideramos nossos verdadeiros amigos, sem tais demonstrações, são em geral as pessoas a quem revelamos sem hesitar nossa felicidade e de quem esperamos que compartilhem de nosso regozijo. Estamos habituados a ver a amizade apenas como um fenômeno da intimidade, onde os amigos abrem mutuamente seus corações sem serem perturbados pelo mundo e suas exigências. [...] Mas, para os gregos, a essência da amizade consistia no discurso. Sustentavam que apenas o intercâmbio constante de conversas unia os cidadãos numa *polis*. No discurso, tornavam-se manifestas a importância política da amizade e a qualidade humana própria a ela. Essa conversa [...], ainda que talvez permeada pelo prazer com a presença do amigo, refere-se ao mundo comum, que se mantém ‘inumano’ num sentido muito literal, a menos que seja constantemente comentado por seres humanos. Pois o mundo não é humano simplesmente por ser feito por seres humanos, e nem se torna humano simplesmente porque a voz humana nele ressoa, mas apenas quando se tornou objeto de discurso. Por mais afetados que sejamos pelas coisas do mundo, por mais profundamente que possam nos instigar e nos estimular, só se tornam humanas para nós quando podemos discuti-las com nossos companheiros. Tudo o que não possa se converter em objeto de discurso – o realmente sublime, o realmente horrível ou o misterioso – pode encontrar uma voz humana com a qual ressoe no mundo, mas não é exatamente humano. Humanizamos o que ocorre no mundo e em nós mesmos apenas ao falar disso, e no curso da fala aprendemos a ser humanos” (*Homens em tempos sombrios*, 2010, pp. 32-34).

PENSAMENTO E MORAL

CONSIDERAÇÕES SOBRE A MORAL NO PENSAMENTO DE ARENDT

- ❖ A autora não faz distinção entre ética e moral, concebendo-as como termos correlatos.
- ❖ É o julgamento de Adolf Eichmann que faz com que Arendt se debruce de maneira mais detida sobre as questões que envolvem a moralidade.
- ❖ A partir da constatação de um duplo desmoronamento da moralidade (moral enquanto *mores* e ética enquanto *ethos*), a autora vai se questionar sobre a possibilidade ou não do pensamento evitar o mal.
- ❖ Nesse sentido, por se tratar de uma concepção da moral em tempos de crise, desmoronamento das certezas e princípios de ação, a moralidade será tomada por Arendt, à contramão da maior parte dos filósofos, como uma relação do sujeito consigo e não do sujeito com os outros.

SOBRE O JULGAMENTO DE EICHMANN

- ❖ Não é possível julgar-se sistemas, regimes ou ideologias. A lógica do julgamento pressupõe que julgue pessoas e atos;
- ❖ Entretanto, Eichmann será descrito por Arendt como um ninguém, como um indivíduo incapaz de pensar.
- ❖ A incapacidade de pensar do referido alto funcionário do Terceiro Reich não se dá por algum problema cognitivo, mas por sua recusa de ver-se como um sujeito que age, toma decisões e faz escolhas. Como alguém que julga o certo e o errado, o verdadeiro e o falso. Eichmann se via como um “dente de engrenagem” da maquinaria nazista que levou à morte de milhões de pessoas.
- ❖ Daí a autora infere que o mal que Eichmann praticou não era um mal por convicção, mas um mal banal.

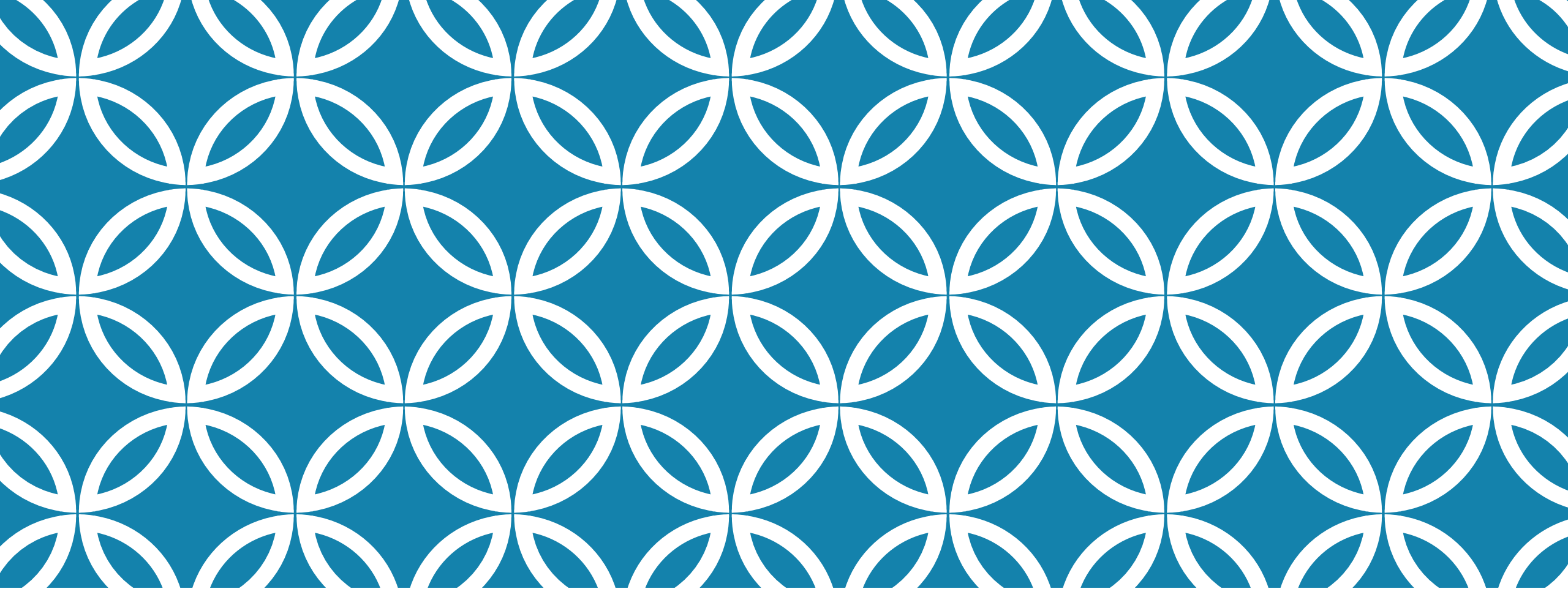
<https://www.youtube.com/watch?v=06jufTlnFbU>

O QUE É O PENSAMENTO?

- ❖ O pensar é uma atividade do espírito e distingue-se do conhecer.
- ❖ Para pensar é preciso estar só, pois quando penso, me cindo num dois-em-um e inicio um diálogo interno de mim para comigo mesma. Este diálogo nunca é definitivo. Tal como o trabalho de Penélope, na Odisseia, de fiar e desmanchar um sudário, assim é o pensamento. Ele não tem fim e por isso é destruidor, pois dilacera certezas estanques a cada diálogo travado no dois-em-um.
- ❖ O pensamento é retrospectivo: pensa-se sobre experiências e coisas do mundo.
- ❖ Sócrates é o protótipo que Arendt elege para figurar a atividade do pensamento. E ela destaca duas máximas socráticas presentes no diálogo *Górgias*.

é melhor sofrer o mal do que o cometer

é melhor estar em desacordo com o mundo inteiro do que, sendo um, estar em desacordo consigo mesmo



Judith Butler:
Quadros de Guerra

RESPOSTA ÉTICA E SUJEITO

É a ação (narrativa) que constitui o ser
da ação

VIOLÊNCIA ÉTICA

Caráter histórico mutável da investigação moral

O contexto não é externo ao problema: ele condiciona a forma que o problema vai assumir. As questões que caracterizam a investigação moral são formuladas ou estilizadas pelas condições históricas que as suscitam (p. 16)

Quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse “si mesmo” já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidade de narração (p. 18)

O “eu” não tem história própria que não seja a história de uma relação

O ATO DA INTERPELAÇÃO

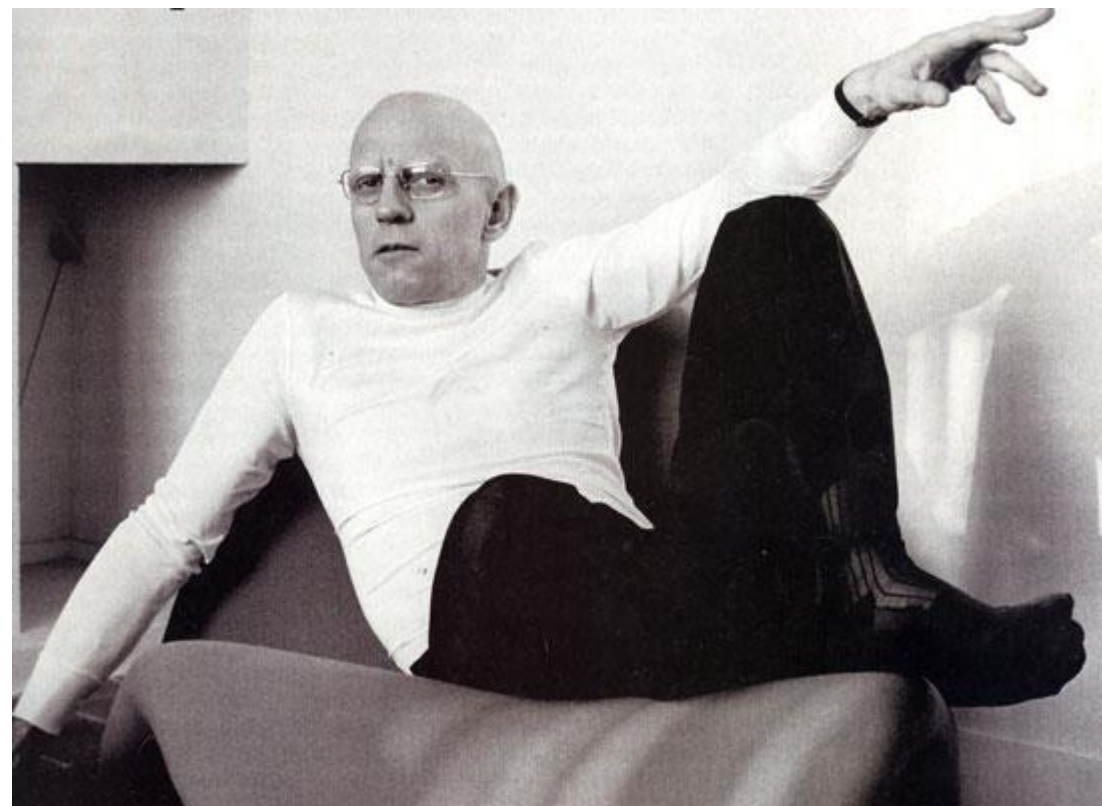
Genealogia da Moral: o ato do castigo como criação de uma memória

“ Ao perguntarmos se somos os causadores do sofrimento, um autoridade estabelecida nos pede não apenas para admitir a existência de uma ligação entre nossas ações e o sofrimento resultante, mas também para assumir a responsabilidade por essas ações e seus efeitos (p.21)

Relatamos a nós mesmos porque somos interpelados...

Nietzsche acertou muito bem quando disse que só começamos a contar uma história de nós mesmos frente a um “tu” que nos pede que o façamos

QUAL A DIFERENÇA ENTRE POPULAÇÃO PRECÁRIA (BUTLER) E POPULAÇÃO (FOUCAULT)?



O BIPODER EM FOUCAULT

Se aplica na vida da população

Dispositivos: regulamentação, biopolítica

Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra (Em defesa da Sociedade 1999: 302).

QUAL É O ESTATUTO DA VIDA NA OBRA DE BUTLER?

“Há sujeitos que não são necessariamente reconhecidos como sujeitos e há vidas que dificilmente, - ou melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (QG, p. 17)

“o fato de ser passível de luto é uma condição do surgimento e da manutenção de uma vida” (p. 33)

“a vida cuja perda é passível de luto, o que significa que esta será uma vida que poderá ser considerada vida, e será preservada em virtude dessa consideração. Sem a condição de ser enlutada, não há vida”.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Metodologia de análise:

Enquadramento/ quadro: pensar uma moldura que restringem e ao mesmo tempo configuram o olhar

Foco nos modos culturais de regular as disposições afetivas e éticas por meio de um enquadramento seletivo e diferenciado de violência

“Não há vida nem morte sem relação com um determinado enquadramento”

“questionar a moldura significa mostrar que ela nunca conteve de fato a cena que se propunha ilustrar” (QG, p. 24)

OBJETIVO

“Minha contribuição pessoal , contudo, não é para a genealogia dos conceitos de vida e morte, mas para pensar a precariedade como algo ao mesmo tempo pressuposto e orientado por esse discurso” (p. 36)

Vida precária: condição de estar condicionado (p. 43)

“Esses enquadramentos são atuantes em situações de prisão e tortura, mas também nas políticas de imigração, de acordo com as quais determinadas vidas são percebidas como vidas, ao passo que outras, embora aparentemente estejam vivas, não conseguem assumir uma forma percebível como tal.” (p. 44)

INTERACIONISMO SIMBÓLICO E ENQUADRAMENTO

Ervin Goffman



Gregory Bateson

ENQUADRAMENTO

Enquadramento noticioso ou framing, no original, em inglês, é uma teoria de Comunicação, a princípio formulada por Gregory Bateson (1954) e depois por Erving Goffman (1974). De acordo com tal perspectiva, a mídia se utiliza de certas palavras, ideias, expressões e adjetivos que promovem uma abordagem que molda o acontecimento, destacando alguns aspectos e ocultando outros

De modo geral, o enquadramento diz respeito à forma como uma dada situação é apresentada e interpretada para e pelo interlocutor

QUANDO A VIDA É PASSÍVEL DE LUTO?

“normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos”. Assim, há sujeitos que não são reconhecíveis e “há ‘vidas’ que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas”

luto público

a distribuição desigual do luto público é uma questão política de grande importância no Iraque e às práticas de tortura na baía de Guantánamo e em Abu Ghraib.

Isso fica evidente, por exemplo, na “concordância da mídia em não mostrar fotos dos mortos na guerra [...] com a justificativa de que isso minaria o esforço de guerra e colocaria a nação em perigo”

QUANDO A VIDA É PASSÍVEL DE LUTO?

Luto público

Clamor de Antígona: Sófocles decidiu chorar publicamente pela morte de um de seus irmãos, contrariando a lei soberana, os governos tentam, com muita frequência, regular e controlar quem será e quem não será lamentado publicamente

“ Aqueles que matamos não são completamente humanos, não estão de todo vivos, o que significa que não sentimos o mesmo horror e a mesma indignação diante da perda das suas vidas”

RESPONSABILIDADE ÉTICA

“se algumas vidas não são percebidas como vidas, e isso inclui seres sensíveis que não são humanos, então a proibição moral da violência será aplicada apenas de maneira seletiva.” (p. 82)

“é só desafiando a mídia dominante que determinados tipos de vida podem se tornar visíveis e reconhecíveis em sua precariedade.”

SOBREVIVER COMO POESIA



SOBREVIVER COMO POESIA

“ Paz eles dizem.

Paz de espírito?

Paz na terra?

Eu os vejo falando, discutindo, brigando...

Que tipo de paz eles estão buscando?

Por que eles matam? O que estão planejando?

É apenas conversa? Por que discutem?

Matar é tão simples assim? É esse o plano deles?

Claro que sim!

Eles conversam, eles discutem, eles matam –

Eles lutam pela paz.

O redemoinho de nossas lágrimas

Move-se depressa em direção a ele

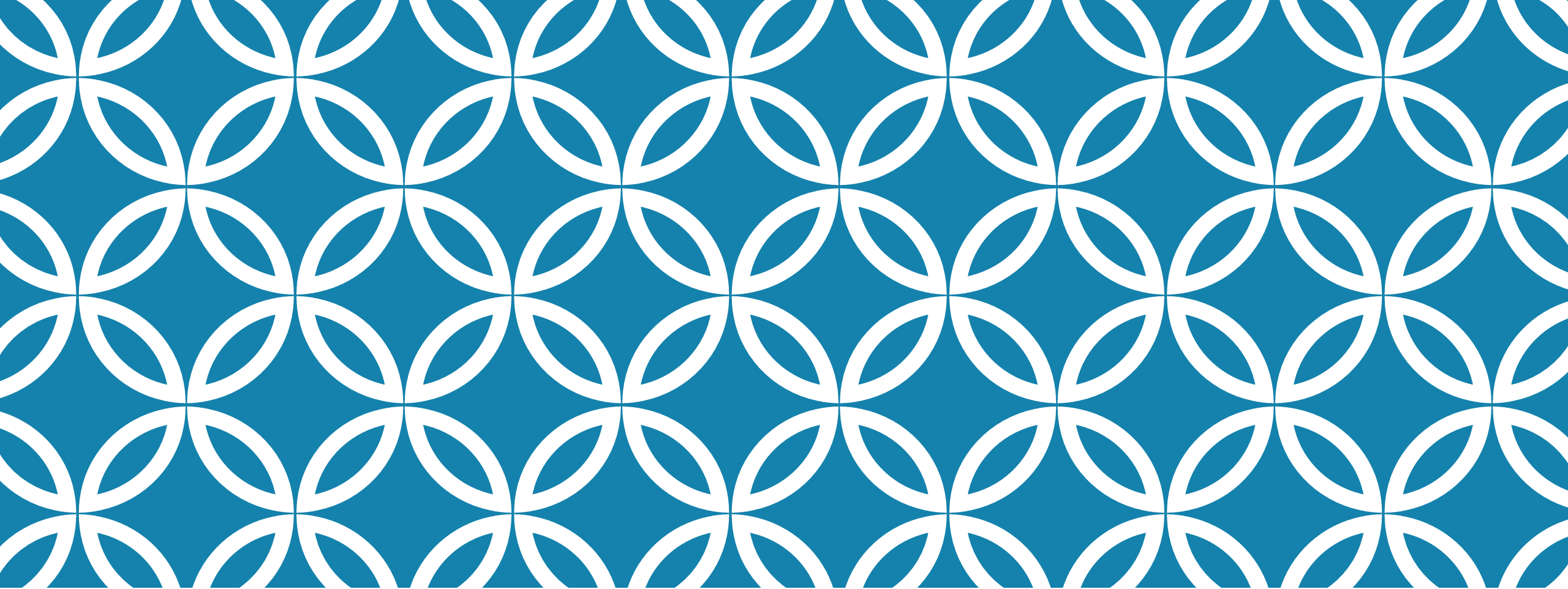
Ninguém consegue resistir a força dessa torrente

POESIA COMO RESISTÊNCIA

O poema move-se entre a confusão, o horror, a ironia e, em sua conclusão, expõe a hipocrisia dos militares americanos

Os poemas de Guantánamo são repletos de anseios. São eco do corpo encarcerado quando faz sua suplica

Como uma rede de comoções transitivas, os poemas – na sua criação e na sua disseminação – são atos críticos de resistência, atos incendiários que, de algum modo e inacreditavelmente, vivem através da violência à qual se opõem (p. 97)



PENSAMENTO E MORAL EM ARENDT

Prof.^a Crislei de Oliveira Custódio

ARENDT E A QUESTÃO DA MORAL

É o julgamento de Adolf Eichmann que faz com que Arendt se debruce de maneira mais detida sobre as questões que envolvem a moralidade.



“Otto Adolf, filho de Karl Adolf Eichmann e Maria, em solteira Schefferling, capturado num subúrbio de Buenos Aires na noite de 11 de maio de 1960, voou para Israel nove dias depois, foi levado a julgamento na Corte Distrital de Jerusalém em 11 de abril de 1961, objeto de cinco acusações: ‘entre outros’, cometera crimes contra o povo judeu, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, durante todo o período do regime nazista e principalmente durante o período da Segunda Guerra Mundial. A Lei (de Punição) dos Nazistas e Colaboradores dos Nazistas, de 1950, sob a qual estava sendo julgado, previa que ‘uma pessoa que cometeu um desses [...] crimes [...] está sujeita à pena de morte’.

A cada uma das acusações, Eichmann declarou-se: ‘Inocente, no sentido da acusação’. Em que sentido então se considerava culpado? Na longa inquirição do acusado, [...] nem a defesa, nem a acusação, nem nenhum dos três juízes se deu ao trabalho de lhe fazer essa pergunta óbvia. [...] ‘Eichmann se considera culpado perante a Deus, não perante a lei’, mas essa resposta nunca foi confirmada pelo próprio acusado” (ARENDT, 2011, p. 32).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A MORAL NO PENSAMENTO DE ARENDT

- ❖ A autora não faz distinção entre ética e moral, concebendo-as como termos correlatos.
- ❖ A partir da constatação de um duplo desmoronamento da moralidade (moral enquanto *mores* e ética enquanto *ethos*), a autora vai se questionar sobre a possibilidade ou não do pensamento evitar o mal.
- ❖ Nesse sentido, por se tratar de uma concepção da moral em tempos de crise, desmoronamento das certezas e princípios de ação, a moralidade será tomada por Arendt, à contramão da maior parte dos filósofos, como uma relação do sujeito consigo e não do sujeito com os outros.

“O novo regime nos propunha então nada mais do que um problema político muito complexo, e um de seus aspectos era a introdução da criminalidade no domínio público. [...] Em suma, o que nos perturbou não foi o comportamento de nossos inimigos, mas o de nossos amigos, que não tinham feito nada para produzir essa situação. Eles não eram responsáveis pelos nazistas, estavam apenas impressionados com o sucesso nazista e incapacitados de opor o seu próprio julgamento ao veredicto da História, assim como eles o interpretavam. Sem levar em consideração o colapso quase universal, não da responsabilidade pessoal, mas do *julgamento* pessoal nos primeiros estágios do regime nazista, é impossível compreender o que realmente aconteceu. [...] Tivemos de aprender tudo do zero, como que em estado bruto, isto é, sem a ajuda de categorias e regras gerais nas quais incluir as nossas experiências” (ARENDT, 2004, pp. 86-7).

CRISE E DESMORONAMENTO DA MORAL

- ❖ Crise: perda de sentidos compartilhados

- ❖ Desmoronamento da moral: a recusa ao julgamento pessoal

“Como podemos pensar e, ainda mais importante em nosso contexto, como podemos julgar sem nos sustentarmos em padrões preconcebidos, normas e regras gerais em que os casos e exemplos particulares podem ser subsumidos? Ou, em outras palavras, o que acontece à faculdade humana de julgamento quando confrontada com ocorrências que significam o colapso de todos os padrões costumeiros e, assim, não possuem precedentes, no sentido em que não são previstas nas regras gerais, nem mesmo como exceções a essas regras?” (ARENDT, 2004, p. 89).

SOBRE O JULGAMENTO DE EICHMANN

- ❖ Não é possível julgar-se sistemas, regimes ou ideologias. A lógica do julgamento pressupõe que julgue pessoas e atos;
- ❖ Entretanto, Eichmann será descrito por Arendt como um ninguém, como um indivíduo incapaz de pensar.
- ❖ A incapacidade de pensar do referido alto funcionário do Terceiro Reich não se dá por algum problema cognitivo, mas por sua recusa de ver-se como um sujeito que age, toma decisões e faz escolhas. Como alguém que julga o certo e o errado, o verdadeiro e o falso. Eichmann se via como um “dente de engrenagem” da maquinaria nazista que levou à morte de milhões de pessoas.
- ❖ Daí a autora infere que o mal que Eichmann praticou não era um mal por convicção, mas um mal banal.

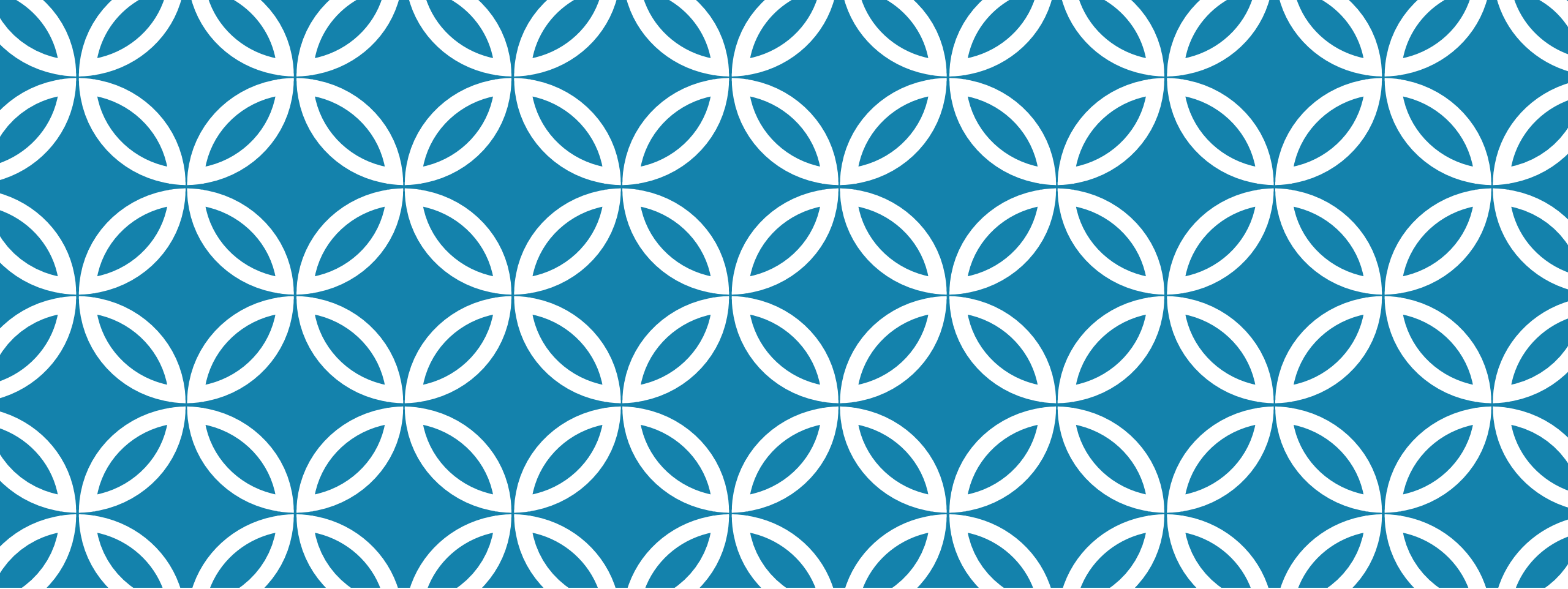
<https://www.youtube.com/watch?v=06jufTlnFbU>

O QUE É O PENSAMENTO?

- ❖ O pensar é uma atividade do espírito e distingue-se do conhecer.
- ❖ Para pensar é preciso estar só, pois quando penso, me cindo num dois-em-um e inicio um diálogo interno de mim para comigo mesma. Este diálogo nunca é definitivo. Tal como o trabalho de Penélope, na Odisseia, de fiar e desmanchar um sudário, assim é o pensamento. Ele não tem fim e por isso é destruidor, pois dilacera certezas estanques a cada diálogo travado no dois-em-um.
- ❖ O pensamento é retrospectivo: pensa-se sobre experiências e coisas do mundo.
- ❖ Sócrates é o protótipo que Arendt elege para figurar a atividade do pensamento. E ela destaca duas máximas socráticas presentes no diálogo *Górgias*.

é melhor sofrer o mal do que o cometer

é melhor estar em desacordo com o mundo inteiro do que, sendo um, estar em desacordo consigo mesmo



Judith Butler:
Corpos em aliança e a política das ruas

VIDA PRECÁRIA E ÉTICA DA CONVIVÊNCIA

Entre a filosofia da ética e a filosofia política

tanto Arendt quanto Levinas contestam a concepção liberal clássica de individualismo, ou seja, a ideia de que os indivíduos concordam conscientemente com certos contratos, resultando daí a obrigação de terem entrado de maneira deliberada e voluntária com o outro

Butler, diz que Arendt, ao falar de Eichmann dizia que ele achava que podia escolher quais populações deveriam viver e morrer, e nesse sentido pensava que poderia escolher com quem conviver na terra. O que ele não entendia, de acordo com Arendt, é que ninguém goza da prerrogativa de escolher com quem conviver na terra.

podemos escolher de certa maneira como e onde viver mas estamos impedidos de decidir qual porção da humanidade deve viver e qual porção deve morrer

qualquer escolha sobre quem pode ou não pode viver é invariavelmente uma prática genocida (p. 123)

Na visão de Arendt, Eichmann já teria destruído a si mesmo ao deixar de perceber que sua própria vida estaria ligada a vida daqueles que distorci a vida individual não faz sentido, não tem realidade fora de um enquadramento social e político no qual todas as vidas são igualmente valorizadas

Eichman e seus superiores falharam em perceber que a heterogeneidade da população na terra é uma condição irreversível da vida política e social

aqueles com os quais convivemos na terra nos são dados, algo que é precedente a qualquer escolha e quaisquer contratos sociais e políticos nos quais possamos entrar com nossa deliberação e vontade

No caso de Eichmann, o esforço para escolher com quem conviver na terra era um esforço explícito para aniquilar uma determinada parte da população, judeus, ciganos, homossexuais, comunistas, pessoas com deficiência e doentes, entre outros -, e, assim, o exercício de liberdade que ele insistia era o genocídio. Essa escolha não apenas é um ataque à convivência como uma precondição da vida política

que nos compromete com a seguinte proposição:

devemos conceber instituições e políticas que preservem e afirmem, de maneira ativa, o caráter compulsório de uma convivência plural e ilimitada

ÉTICA DA COABITAÇÃO

Pensar uma política de alianças que se baseia e requer, uma ética da coabitação

A ação humana é sempre uma ação apoiada

1) porque se dá numa relação

2) porque requer um espaço (produz seu próprio espaço de ação)

“ a ação tem a capacidade de criar uma localização” (p. 83)

“espaço e localização são criados pela ação plural”

“Hannah Arendt certamente tinha tanto a polis grega clássica quanto o fórum romano em mente quando afirmou que toda ação política requer um “espaço de aparecimento”

CORPOS EM ALIANÇA E A POLÍTICA DAS RUAS

Para Butler, toda a ação pode se tornar política dependendo de sua capacidade de produzir localidades, de produzir um espaço de aparição

Uma ação política sempre acontece na condição de aparecimento de um corpo

Conceito de público

CORPOS EM ALIANÇA E A POLÍTICA DAS RUAS

A Política de Gênero e o Direito de Aparecer

as políticas de gênero devem necessariamente implicar o estabelecimento de alianças com outras populações caracterizadas, de modo bastante abrangente, como populações “precárias”

Para que a luta pelos direitos das minorias de gênero e sexualidade consista em uma luta por justiça social – ou seja, para que ela venha a ser caracterizada como um projeto democrático radical – é necessário tomarmos consciência de que não somos senão uma *única* população, que tem sido e pode vir a ser exposta a condições de precariedade e de revogação de direitos políticos.

“Disenfranchisement”: designa em um sentido estrito a suspensão do direito ao voto em regimes democráticos

PERFORMATIVIDADE PÚBLICA

exercício público do gênero

“o exercício público do gênero (o exercício público do direito ao gênero) já é, poderíamos dizer, desde sempre um movimento social, um movimento que depende mais fortemente dos laços entre pessoas do que de qualquer noção de “individualismo”. Movimento social que depende mais fortemente dos laços entre pessoas do que da noção de individualismo”

“O oposto da precariedade não é a segurança, mas pelo contrário, a luta por uma ordem política e social igualitária na qual uma interdependência passível de ser vivida se torne possível”

QUEER COMO ALIANÇA

Aliança X Identidade

“o termo *queer* não designa identidades, mas alianças”

Tal visão, que **implica a relacionalidade social nos pronomes de primeira pessoa**, nos desafia a lidar com a insuficiência de ontologias identitárias para pensar sobre o problema da aliança . Pois o ponto central, aqui, não é afirmar que eu sou uma ‘coleção’ de identidades, mas que eu sou desde sempre uma assembleia, ou *assemblage*,

Aliança: Não é uma coleção de identidades, mas sim uma **assembleia**

CORPOS EM ALIANÇA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

“sucessivamente, manifestações de massa ganham lugar nas ruas e nas praças, e embora estas sejam frequentemente motivadas por propósitos políticos muito diferentes, ainda assim *algo similar acontece*: corpos se congregam, corpos se movem e falam juntos, e eles reivindicam certo espaço enquanto um espaço público . Corpos se congregam, corpos se movem e falam juntos, e eles reivindicam certo espaço enquanto espaço público”

“quando estas multidões se ajuntam, **o próprio caráter público do espaço está sendo objeto de disputa** ou até mesmo de luta, estaremos deixando escapar algo do sentido destas manifestações. Quando essas multidões se ajuntam, o próprio caráter público do espaço esta sendo objeto de disputa”

ASSEMBLY

A noção de assembleia aqui empregada tenta estabelecer conexão com o conceito de *assembly* usado por Judith Butler (2015) que, por sua vez, emerge do diálogo com o conceito de *agencement* desenvolvido por Deleuze e Guatarri (1975). Para os autores, *agencement* consiste em pensar o modo como algumas materialidades e sentidos da ação são estabelecidos a partir de produção de tecnologias de reunião de corpos, trata-se de uma teoria da agência que propõe pensar o que ação de juntar pessoas produz enquanto corpo social e corpo individual. Butler (2015) desenvolve o conceito de *assembly* para tentar dar conta de importantes manifestações políticas que reuniu milhares de pessoas em contextos distintos e em regiões distintas do mundo. Seu objetivo também é pensar sentidos e materialidades constituídos por tecnologia de junção de corpos, sugerindo que o olhar analítico para essas grandes manifestações políticas contemporâneas precisa se distanciar de leituras homogeneizadoras em relação aos sujeitos que participam, mas considerar que os sujeitos políticos se constituem nessa cena.

ASSEMBLY

O conceito de *assembly* de Butler se fundamenta na ideia de aparição, a assembleia expressa-se enquanto uma tecnologia de ajuntamento de corpos cujo objetivo é se fazer aparecer, assim, a assembleia consiste numa situação, um momento, uma cena no qual os corpos se engajam para serem vistos. Os equipamentos de visibilidade, a saber, as muitas formas de mídia, determinados espaços urbanos, construções, praças, parques, são fundamentais no exercício de aparição de corpos e na produção de um sujeito que emerge da ação de sua performatividade junto ao público (Butler, 2015: 51).

Ver mais em Phillips, John. (2006). Agencement/Assemblage. *Theory Culture & Society* - THEOR CULT SOC. 23. 108-109. 10.1177/026327640602300219.

CORPO COMO MATERIALIDADE DO PÚBLICO

“quando refletimos sobre o que significa se agregar formando uma multidão, uma multidão crescente, e sobre o que significa se mover através do espaço público de um modo que contesta a distinção entre público e privado, então se torna possível perceber alguns dos modos pelos quais os corpos, em sua pluralidade, reivindicam o espaço público, encontram e produzem o público confiscando e reconfigurando a matéria dos ambientes materiais.”

CORPO PÚBLICO

“a praça e a rua não são apenas suportes materiais para a ação, mas são em si mesmas parte de qualquer narrativa ou interpretação que possamos porventura propor sobre a ação corporal pública. A praça e a rua não são apenas suportes materiais para a ação, mas são em si mesmas parte de qualquer narrativa ou interpretação que possamos porventura propor sobre ação corporal pública.”

PERFORMATIVIDADE PÚBLICA

Performatividade de um corpo

“esta performatividade não é somente discurso, mas demandas apresentadas na ação corporal, do gesto, da movimentação, da congregação, da persistência e da exposição à possível violência. Como podemos compreender este agir em conjunto que abre o tempo e o espaço fora e contra a arquitetura estabelecida e a temporalidade do regime, que reivindica a materialidade, se ampara em seu suporte, e suga de suas dimensões técnicas e materiais visando retrabalhar suas funções? Tais ações reconfiguram o que virá a ser o “público” e o espaço da política”

CORPOS NA RUA

“Muitas das manifestações massivas e modos de resistência que temos visto nos últimos meses não somente produzem um espaço de aparecimento, elas se apossam de um espaço já estabelecido e permeado por poderes existentes, de modo a **lacerar as conexões existentes entre o espaço público, a praça pública e o regime vigente.**”

“os corpos na rua **reimplantam o espaço de aparecimento de modo a contestar e negar as formas existentes da legitimidade política** – e à medida que estes corpos ocupam ou se apossam do espaço público, a história material daquelas estruturas também opera sobre eles, tornando-se parte de sua própria ação, refazendo uma história enquanto imersos em meio aos mais concretos artifícios dessa história.”

CORPOS E A POLITICA DAS RUAS

Os corpos agiam juntos, mas também dormiam em público, em ambas essas modalidades estavam tanto vulneráveis quanto fazendo exigências, conferindo uma organização política e espacial as necessidades corporais elementares. (...) Dormir sobre a calçada não é apenas uma maneira de reivindicar o público, contestando a legitimidade do Estado, mas era também e muito claramente, uma maneira de colocar o corpo em risco em sua insistência, obstinação e precariedade, superando a distinção entre público e privado